

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**TURISMO E TERRITÓRIO: UM ESTUDO SOBRE A  
TURISTIFICAÇÃO DE PORTIMÃO (ALGARVE/PORTUGAL)  
A PARTIR DA GEOGRAFIA DO TURISMO**

**NATHÁLIA KÖRÖSSY LEITE**

MESTRADO EM GEOGRAFIA  
Área de Especialização: Urbanização e Ordenamento do Território

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**TURISMO E TERRITÓRIO: UM ESTUDO SOBRE A  
TURISTIFICAÇÃO DE PORTIMÃO (ALGARVE/PORTUGAL)  
A PARTIR DA GEOGRAFIA DO TURISMO**

**NATHÁLIA KÖRÖSSY LEITE**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Geografia, com área de especialização em Urbanização e Ordenamento do Território, sob a orientação do Prof. Doutor José Manuel Simões

## AGRADECIMENTOS

Cada nome citado nessa lista contribuiu, de alguma maneira, para a realização dessa dissertação, seja com idéias, sugestões, seja pela simples presença ou pelo apoio emocional ou logístico:

Meus pais, Monique e Alexandre, por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim. Por todo o apoio nessa jornada, mesmo com a distância física que nos separa.

Professor Doutor José Manuel Simões, professor orientador que desde o início ofereceu apoio fundamental tanto à candidatura ao mestrado, quanto à realização desta pesquisa.

Todos os professores do Mestrado em Geografia, pelas discussões em sala de aula, pelo estímulo e pelos novos temas que tive contato ao longo do curso.

Dona Arlete e suas colegas dos Serviços Acadêmicos, pela atenção e apoio durante o curso.

Roberto Kramer, pela correção do *abstract* e pelo companheirismo, juntamente com sua esposa Viviane, durante a estadia em Lisboa.

Dr. Luís Monteiro da Divisão de Turismo da Câmara Municipal de Portimão pela atenção e disponibilidade no fornecimento de informações sobre o desenvolvimento turístico de Portimão.

Instituto Geográfico Português pelas fotografias aéreas da praia da Rocha.

Programa ALBan pelo financiamento da pesquisa e da estadia em Portugal.

## SUMÁRIO

Enquanto uma das mais significativas forças econômicas da atualidade, o turismo tem influência em vários aspectos da sociedade. A turistificação do território é um deles. Conceitualmente, a turistificação do território é o processo de transformação de um local em território turístico. Tal processo é importante de ser estudado porque traz consigo um conjunto de consequências no território que vão desde a inserção de novos objetos e a refuncionalização de antigos, até a alteração da dinâmica local. O objetivo da presente investigação foi o de, a partir da Geografia do Turismo, tentar entender as relações que se desenvolvem entre o turismo e o território através da análise da turistificação do caso de estudo do Concelho de Portimão, e mais especificamente da Praia da Rocha, uma das primeiras estâncias turísticas balneares do Algarve. Como resultado, é apresentada uma síntese do processo de turistificação de Portimão, desde um pólo de pescas até um destino turístico consolidado. A partir das observações diretas na área de estudo e do cruzamento com as informações coletadas na revisão de literatura, foi possível atestar que o turismo induziu e ainda induz em Portimão uma forma *sui generis* de urbanização – a urbanização turística, a qual demanda uma forma *sui generis* de ordenamento do território.

**Palavras-chave:** Turismo. Território. Turistificação. Geografia do Turismo. Urbanização.

## ABSTRACT

Considered as one of the most significant economic forces, the tourism has influence in many aspects of society and the space's touristification is one of them. Conceptually, the space's touristification is the transformation of a general territory in a touristic one. This process is important to be researched because brings with itself a set of consequences like the insertion of new structures, reutilization of older ones and changes in the local dynamics. The aim of this research was an attempt to understand the relationships established between tourism and territory through the analysis of the Portimão's case and more specifically the Rocha Beach, one of the first Algarve's beach resorts. As finding, it is presented a synthesis about the process of touristification of Portimão, since a fish pool until an established tourism destination. Based in the *in loco* observations and review literature, it was possible to observe that tourism induced and still induces a *sui generis* type of urbanization – a tourist urbanization, and it requires a *sui generis* spatial planning approach.

**Keywords:** Tourism. Territory. Touristification. Tourism Geography. Urbanization.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
DGOTDU	Direcção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo
EUA	Estados Unidos da América
INE	Instituto Nacional de Estatística
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDM	Plano Director Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PROT	Plano Regional de Turismo
RTA	Região de Turismo do Algarve

# ÍNDICE DE MATÉRIAS

SUMÁRIO .....	3
ABSTRACT .....	4
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	5
ÍNDICE DE QUADROS .....	7
ÍNDICE DE TABELAS .....	7
INTRODUÇÃO .....	9
1 TURISMO E SUA NATUREZA GEOGRÁFICA .....	14
1.1 Aspectos Gerais do Fenômeno Turístico .....	14
1.1.1 A importância do tempo de lazer para a prática do turismo .....	19
1.1.2 As investigações sobre o turismo .....	21
1.2 A Ciência Geográfica e o Estudo do Turismo .....	24
1.2.1 A Geografia do Turismo: origem e evolução .....	27
1.2.2 Os estudos em Geografia do Turismo .....	34
2 AS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E TERRITÓRIO: DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE O CARÁTER TERRITORIAL DO TURISMO .....	42
2.1 A Apropriação dos Territórios pelo Turismo: considerações sobre o processo de turistificação .....	42
2.2 A Urbanização Turística como um Efeito da Turistificação .....	51
2.3 Os Agentes Produtores dos Territórios Turísticos .....	63
2.4 O Espaço Litoral como uma das Principais Apropriações do Território pelo Turismo .....	67
2.4.1 A configuração territorial das estâncias turísticas costeiras .....	71
2.4.2 As alterações nas dinâmicas dos territórios turísticos de litoral .....	74
3 O DESTINO TURÍSTICO PORTIMÃO: UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL .....	79
3.1 A trajetória de Portimão ao longo dos séculos: uma breve descrição .....	79
3.2 O Destino Turístico Portimão .....	88
3.2.1 Os atrativos turísticos .....	88
3.2.2 A oferta de alojamentos turísticos .....	91
3.2.3 A demanda turística .....	95
4 DINÂMICAS E INTERAÇÕES ENTRE TURISMO E TERRITÓRIO EM PORTIMÃO: UM ENFOQUE NA PRAIA DA ROCHA .....	98
4.1 O Processo de Turistificação: origem e evolução do turismo em Portimão .....	98
4.1.1 A praia da Rocha: a constituição de um território turístico .....	100
4.1.2 Análise da dinâmica turística de Portimão .....	110
4.2 As Transformações Sócio-espaciais no Território de Portimão: desenvolvimento turístico, urbanização e impactos territoriais .....	120
4.3 Portimão, uma cidade turística? Considerações sobre a urbanização turística... ..	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	152
REFERÊNCIAS .....	155
ANEXOS .....	167

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Características de viagem de tipos psicográficos .....	36
Quadro 2: Densidade e Crescimento Efetivo da População em 2006 (Portugal, Algarve, Concelhos).....	82
Quadro 3: Recursos turísticos do concelho de Portimão (por freguesias).....	89
Quadro 4: Capacidade dos estabelecimentos hoteleiros classificados do país (2006) ...	91
Quadro 5: Demanda turística dos concelhos do Algarve em 2006.....	96
Quadro 6: Estada média e taxa de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros classificados (2006).....	97

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Composição do alojamento por tipologia de utilização (Portimão 1991-2001) .....	94
Tabela 2: Evolução da população do concelho de Portimão, por freguesias (1864-1950) .....	124
Tabela 3: Evolução da população residente no concelho de Portimão, por freguesias (1960-2001) .....	126
Tabela 4: Evolução da densidade populacional (Hab/Km <sup>2</sup> ) no concelho de Portimão, por freguesias (1960-2001) .....	126

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Gormsen.....	37
Figura 2: Ciclo de Vida dos Destinos Turísticos (Modelo de Butler).....	39
Figura 3: Mapa da Região Algarve (Concelhos e Freguesias).....	80
Figura 4: Cidade Estatística de Portimão.....	82
Figura 5: Total de estabelecimentos hoteleiros classificados em 2006 (Portimão)	92
Figura 6: Capacidade total dos estabelecimentos hoteleiros classificados em 2006 (Portimão).....	92
Figuras 7 e 8: Oferta de apartamentos para alugar por temporadas.....	94
Figura 9: Foto Aérea da praia da Rocha (escala 1:5900).....	100
Figura 10: Evolução do Número de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006).....	111
Figura 11: Evolução do Número de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006).....	112
Figura 12: Evolução da representatividade dos números de dormidas e hóspedes registrados em Portimão em relação aos números do País (1969-2006).....	113
Figura 13: Evolução da representatividade dos números de dormidas e hóspedes registrados em Portimão em relação aos números do Algarve (1969-2006).....	114
Figura 14: Proporção de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006).....	114
Figura 15: Proporção de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006).....	115
Figura 16: Hóspedes do Estrangeiro nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006).....	116
Figura 17: Evolução do número de estabelecimentos hoteleiros em Portimão (1969-2006).....	116
Figura 18: Evolução da capacidade dos estabelecimentos hoteleiros em Portimão (1969-2006).....	117
Figura 19: Representatividade da capacidade hoteleira de Portimão em relação ao Algarve (%).....	118
Figura 20: Evolução do perfil da oferta hoteleira de Portimão (1969-2006).....	118
Figura 21: Proporção da capacidade dos diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros de Portimão (1969-2006).....	119
Figura 22: Evolução do Número de Edifícios clássicos na praia da Rocha.....	130
Figuras 23, 24, 25 e 26: Edificações para fins turísticos no topo das falésias.....	132
Figura 27: Vista Parcial da praia da Rocha.....	133
Figura 28: Orla da praia da Rocha.....	133
Figura 29: Marina de Portimão.....	135
Figura 30: Museu Municipal de Portimão em antiga fábrica de conservas.....	136
Figura 31: Visão parcial do areal da praia da Rocha após projeto de requalificação.....	136
Figura 32: Estruturas de apoio da praia da Rocha – equipamentos de restauração	137
Figura 33: Concentração urbana na praia da Rocha.....	140
Figuras 34, 35, 36 e 37: Estruturas de apoio ao turista na praia da Rocha.....	140
Figuras 38, 39, 40 e 41: Construções na cidade de Portimão.....	141
Figura 42: Restaurante chinês e bares.....	147
Figura 43: <i>Pub</i> irlandês.....	146

## INTRODUÇÃO

Com o aperfeiçoamento dos meios de transporte, a redução das jornadas de trabalho e a instituição das férias remuneradas, entre outros fatores, assistiu-se, a partir da segunda metade do século XX, a uma verdadeira “explosão” da atividade turística mundial. Com efeito, o turismo tem se destacado como uma das atividades econômicas mais importantes da atualidade e tem se expandido pelas diversas paisagens terrestres (ambientes de montanha, costeiros, insulares, urbanos, etc.) com um ritmo intenso, proporcionado, em grande parte, pelo desenvolvimento tecnológico e o aumento do tempo livre (KRIPPENDORF, 2003).

Na medida em que cada vez mais pessoas buscam preencher os tempos livres com a prática do turismo (URRY, 1996; SOUSA, 1994), constata-se uma verdadeira multiplicação de territórios turísticos, configurados de forma a realizar os anseios e desejos daqueles que os visitam, através do oferecimento de equipamentos voltados para o lazer e o consumo supérfluo.

Uma das prováveis justificativas para a crescente quantidade de territórios turísticos deve-se à expectativa gerada em torno da possibilidade do turismo servir como uma via para melhorar as economias locais (OURIQUES, 2005). De fato, várias são as economias que experimentaram crescimentos substanciais devido ao turismo; não obstante, a importância da atividade não deve basear-se exclusivamente em estatísticas. Outras questões são igualmente relevantes de serem investigadas: é o caso da materialização da função turística no território, em outras palavras, os efeitos decorrentes do processo de transformação de um local em território turístico.

Através desse processo, comumente denominado turistificação, o turismo dialoga com o território, produzindo nele transformações (sociais, culturais, econômicas, políticas, físicas e ambientais), inserindo nele novos objetos (meios de hospedagem, equipamentos de lazer, ócio, restauração, etc.), se apropriando de objetos já existentes, modificando seus antigos significados, ou ainda, refuncionalizando áreas, atribuindo novos usos ao espaço e adaptando as estruturas territoriais pré-existentes (ALMEIDA, 1999). Um efeito particular que a turistificação pode gerar no território é o processo de urbanização turística, que tem sido investigado por autores como Mullins (1991, 1994,

2003), Gladstone (1998), Anton Clavé (1998), Luchiari (2000), Lopes Junior (1997, 2000b) e Mascarenhas (2004).

Com efeito, enquanto fenômeno sócio-cultural e econômico, o turismo tem a capacidade de alterar as dinâmicas locais, seja através da dotação de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da atividade, seja devido ao aumento dos fluxos de pessoas. Fonseca & Costa (2004), por exemplo, observam que o crescimento da atividade turística tem vindo a provocar a refuncionalização de muitas áreas e o surgimento de novas formas aos destinos turísticos. Já para Loureiro & Souza (2003, p. 197), o espectro de atuação da atividade tem repercussões para além do próprio destino turístico em si e chegam a atribuir à atividade a responsabilidade pela “transformação sócioespacial de muitas cidades”. Embora esta questão do raio de influência seja discutível, outra consideração apresenta-se como certa: os processos de expansão territorial da atividade turística têm vindo a alterar as dinâmicas locais dos sítios onde a atividade se instala.

Conforme observa Coriolano (2005, p.19), “o caráter geográfico do turismo manifesta-se de forma tão evidente no espaço que precisa ser estudado seja por suas evidências empíricas, seja por suas normas, regras e modelos que regem as relações do turismo com o território”. É diante da incidência territorial do turismo e do fato do mesmo constituir-se em um importante consumidor do espaço geográfico (CRUZ, 2002) que a Geografia, ao longo das décadas, vem dedicando uma especial atenção a esse fenômeno, ao ponto de fazer emergir um ramo específico: a Geografia do Turismo.

Contudo, como lembra Andrade (1992), o papel daqueles que se ocupam em estudar o turismo e suas relações com o território é o de avançar para além do óbvio. Ou seja, é preciso estudar a ação da sociedade sobre o território, que produz e reproduz formas que são visíveis ao observador, mas que necessitam ser investigadas nas suas origens. Isso implica reconhecer que o território turístico que se apresenta não é um dado pronto, mas resulta de uma série de processos que não se encontram claramente evidenciados. É, portanto, papel do pesquisador descobrir os nexos que estão ocultos e juntar as partes<sup>1</sup>. Com essa perspectiva, a presente dissertação consiste em uma reflexão sobre as relações que se desenvolvem entre o turismo e o território, a partir da Geografia do Turismo.

---

<sup>1</sup> “É necessário possuir (...) certa consciência de que existe uma verdade oculta das coisas e que, para descobri-la, é preciso realizar uma busca, porque a estrutura dos fenômenos não é diretamente acessível” (BERNARDES, 2003, p. 242).

Para levar a cabo uma ação desta natureza é preciso selecionar um estudo de caso que seja suficientemente representativo, ou seja, um território onde o fenômeno turístico tenha expressão significativa. No contexto português, que melhor opção que a região Algarve?

Como área de estudo, selecionou-se o concelho de Portimão por quatro motivos principais: 1) por abrigar uma das primeiras estâncias turísticas balneares algarvias: a praia da Rocha, principal praia do concelho e onde o turismo se manifesta de forma intensa e evidente; 2) por ser um local onde o turismo se faz presente como uma das principais atividades econômicas e que, por isso mesmo, exerce influência direta na estruturação do território; 3) por possuir uma interessante particularidade: a evolução de um centro especializado na indústria de conservas de peixe para um centro especializado na função turística e de lazer; 4) por se tratar de uma área relativamente pouco estudada em sua relação com o turismo.

Tendo em conta que Portimão se encontra inserido na principal região turística de Portugal e que, por isso mesmo, tem suas dinâmicas sócio-espaciais direta e significativamente influenciadas pela atividade turística, a presente dissertação buscou responder uma questão central: como se dá a relação entre turismo e território em Portimão e, mais especificamente, na praia da Rocha? Dessa indagação, decorrem outros questionamentos, tais como: Como ocorreu o processo de transformação de Portimão em destino turístico? Quais são as principais transformações sócio-espaciais decorrentes da turistificação? Quais as características do atual cenário turístico de Portimão? Por fim, pode-se denominar Portimão como uma cidade turística?

Assim, a presente dissertação tem como **objetivo geral**: analisar a relação entre turismo e território a partir do caso específico do destino turístico Portimão, com especial enfoque na praia da Rocha.

Como **objetivos específicos**, pretendem-se:

- Caracterizar o concelho de Portimão enquanto um destino turístico;
- Descrever o processo de transformação de Portimão em destino turístico balnear, dando ênfase à praia da Rocha;

- Identificar as principais transformações sócio-espaciais decorrentes do processo de turistificação;
- Distinguir elementos que possam caracterizar Portimão como uma cidade turística.

Assumindo-se que o território influencia e é influenciado por várias atividades (ALVES, 2007) e entendendo o território turístico como um produto do diálogo entre a atividade turística e o território no qual a mesma se desenvolve; este estudo centra-se na análise do processo pelo qual um território se transforma em território turístico: a turistificação (VERA *et al*, 1997; BARROS, 1998; ALMEIDA, 1999).

Uma abordagem em particular da Geografia do Turismo tem um papel significativo no cumprimento dos propósitos desse estudo: a natureza dinâmica e evolutiva dos territórios turísticos. A relevância dessa abordagem consubstancia-se na dinamicidade dos espaços turísticos, já que estes, conforme observa Santos (*apud* CRUZ, 1999, p. 263), constituem-se em uma “realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação, sem deixar de mencionar a sua condição anterior de espaço geográfico”. Em síntese, pretende-se estudar o território a partir da prerrogativa de que o mesmo está em constante evolução.

Para tanto, empreenderam-se os seguintes procedimentos metodológicos:

**Revisão bibliográfica:** Objetivando reunir um arcabouço teórico sobre o nexos entre turismo e território, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, periódicos científicos, teses, anais de congressos em turismo e geografia, jornais, etc.

**Revisão documental e estatística,** cuja intenção foi identificar nos documentos oficiais e nas fontes estatísticas a origem e evolução da atividade turística na área de estudo. Para a caracterização da área de estudo, foram utilizados dados relativos à oferta e demanda turísticas, às estratégias de desenvolvimento turístico, à promoção do destino turístico, entre outros, presentes em documentos obtidos junto ao Instituto Nacional de Estatística (INE), à Agência do Arade, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, à Região de Turismo do Algarve (RTA), à Direcção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo (DGOTDU) e à Câmara Municipal de Portimão.

**Pesquisa de campo:** Para além do levantamento bibliográfico e documental, a observação da realidade *in loco* é fundamental. Sendo assim, realizaram-se visitas de reconhecimento, com a intenção de apreender o cotidiano e a realidade da área estudada. Neste processo, empreenderam-se entrevistas e conversas informais com alguns atores locais além de registros fotográficos.

Feitas, pois, essas considerações preliminares, cumpre apresentar a estrutura da presente dissertação. Composta por quatro capítulos, o primeiro capítulo realiza uma caracterização geral da atividade turística, empreendendo uma reflexão teórica sobre sua natureza geográfica. O capítulo dois é dedicado à discussão sobre o caráter territorial do turismo, em outras palavras, sobre a forma como a atividade se materializa no território, imprimindo nele transformações. Por tratar-se de um capítulo dedicado à revisão de literatura, apresenta e discute alguns termos e definições imprescindíveis ao tema tratado.

Já o capítulo três tenciona realizar uma caracterização geral do concelho de Portimão enquanto um destino turístico. O quarto capítulo apresenta e discute os resultados desse estudo. Em seguida, são apresentadas as conclusões e algumas recomendações/sugestões para futuros trabalhos que desejem seguir por esta linha de pesquisa.

# **1 TURISMO E SUA NATUREZA GEOGRÁFICA**

O fenômeno turístico se faz presente de uma forma cada vez mais marcante na atual sociedade. Praticamente todos os lugares do planeta estão acessíveis a essa prática e, por isto mesmo, são potenciais destinos turísticos. A cada ano, milhares de pessoas se põem a viajar e, com isso, acabam por movimentar grandes montantes de divisas que, por seu turno, acabam por dinamizar as economias locais. Está-se diante, pois, de uma importante atividade econômica, multiplicadora e indutora de outras economias, promotora de desenvolvimento local; de uma prática social. Em suma, o turismo configura-se como um dos componentes do novo estilo de vida da sociedade pós-moderna (URRY, 1996).

É precisamente por conta das proporções que o fenômeno turístico vem alcançando, que emerge o interesse das ciências sociais e aplicadas em seu estudo (RODRIGUES, 1997). Levando em consideração os rebatimentos do turismo no território, ou seja, as incidências espaciais do turismo, verifica-se que “o tratamento geográfico do fenômeno vem tornando-se cada vez mais destacado” (RODRIGUES, 1997, p. 40). Desse modo, a Geografia, dentre outras áreas do conhecimento, tem se ocupado em investigar esse fenômeno, através de seu aporte científico, fornecendo mecanismos de análise dos efeitos decorrentes da difusão espaço-temporal da função turística.

Com essa perspectiva, o primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo principal apresentar e discutir sobre as principais características da atividade turística, procurando-se destacar a sua natureza geográfica.

## **1.1 Aspectos Gerais do Fenômeno Turístico**

Considerado como “um dos fenômenos mais notáveis e singulares da nossa época” (KRIPPENDORF, 2003, p. 21), o turismo destaca-se como uma importante atividade econômica, que vem apresentando índices de crescimento cada vez mais pronunciados nos últimos anos. De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (*apud* MTUR, 2004), o fluxo turístico internacional no ano de 2003 foi de 700 milhões de pessoas, tendo-se gerado uma receita de U\$ 483 bilhões. Confirmando as tendências de crescimento do tráfego turístico, em 2004 observou-se um aumento de 10% no fluxo médio de turistas em escala mundial.

Durante 2006, segundo Turismo de Portugal (2008), as chegadas de turistas a nível mundial foram de 842 milhões, com crescimento de 4,9% em relação a 2005. A Europa representou 54,3% desse número de chegadas e 51,3% do volume de receitas. O principal destino turístico do mundo, em chegada de turistas internacionais, continuou em 2006 a ser a França (com 79,1 milhões de chegadas), seguida pela Espanha (58,5 milhões) e EUA (51,1 milhões) (OMT *apud* TURISMO DE PORTUGAL, 2008).

Os cenários de crescimento do fluxo turístico para os próximos anos também são otimistas: para o ano de 2010 há a previsão que o número de turistas a viajar pelo mundo ultrapasse a marca de 1 bilhão e, para 2020, espera-se que alcance de 1,5 bilhões de turistas (OMT *apud* MTUR, 2004). Diante das boas previsões e das possibilidades de incremento das receitas nacionais, muitos países têm enxergado no turismo uma alternativa para o tão almejado crescimento econômico; fato que leva à observação de que nenhuma instância pública, atualmente, “*deja de lado el turismo cuando se plantea una estrategia de futuro*” (VERA *et al*, 1997, p. 233).

Na Europa, a atividade turística assume grande relevância, na medida em que é responsável por aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e fornecimento de 20 milhões de postos de trabalho (COMISSÃO EUROPÉIA, 2007). À semelhança de outros países europeus, Portugal não ficou alheio à relevância do turismo enquanto um instrumento de dinamização econômica, passando a considerar a atividade turística uma ferramenta estratégica para a sua economia. A importância do turismo para o país pode ser evidenciada por dois indicadores representativos: a parcela da população ativa empregada no setor (cerca de 10%, o que torna essa atividade um dos principais setores geradores de empregos) e o PIB (em torno de 11%, ou seja, 6,3 bilhões de euros) (PENT, 2007). Estes dados só reforçam a idéia de que o turismo consiste em um dos setores com maior importância para o emprego nacional, na medida em que empregou cerca de 10,2% da população ativa no ano de 2004 (MEI, 2007) e tem a possibilidade de continuar a fazê-lo nos próximos anos.

De acordo com a OMT (*apud* MEI, 2007), Portugal estava situado no *ranking* dos 20 destinos mais procurados do mundo em 2004 (tendo-se registrado 1,5% dos turistas recebidos no mundo), o que se repetiu em 2006 (TURISMO DE PORTUGAL, 2008). Os principais países emissores para Portugal em termos de dormidas em 2006 foram o Reino Unido, a Alemanha e a Espanha, que juntos concentraram 57% das dormidas; e

foram as regiões do Algarve, Lisboa e Madeira que concentraram 74,7% do total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros classificados (TURISMO DE PORTUGAL, 2008).

Contudo, apesar dos dados animadores, é imperativo considerar que “a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento de territórios para sua realização” (CRUZ, 2002, p. 08). Mais que simplesmente uma atividade econômica, o turismo é um sistema complexo (BENI, 2002) e caracterizado por um intrínseco conjunto de relações sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas (MCKERCHER, 1999; KÖRÖSSY, 2007).

Trata-se, antes de tudo, de um fenômeno sociocultural (CORIOLANO, 2006), de uma prática sócio-territorial que se realiza mediante um conjunto de interesses econômicos, políticos e ideológicos (CASTILHO, 1998, p.30), de uma prática social (NICOLAS, 1996) cujas origens remontam a tempos antigos, mas que somente começou a tomar a forma atualmente conhecida a partir da Revolução Industrial no século XVIII<sup>2</sup> (BARRETTO, 1997; VERA *et al*, 1997).

Contudo, o período mais marcante na historiografia do turismo deu-se a partir da década de 1950, após o término da II Guerra Mundial. Com os progressos na produtividade, com as conquistas trabalhistas (redução da jornada de trabalho e instituição das férias remuneradas, proporcionando conseqüentemente aumento do tempo livre) e com o desenvolvimento no campo dos transportes foram geradas as condições propícias para o ser humano viajar (OURIQUES, 2005).

De maneira mais analítica, Vera *et al* (1997) identificam quatro fatores-chave, os quais, associados, proporcionaram o desenvolvimento do turismo contemporâneo: i) a conquista do espaço, isto é, a redução de distâncias e superação de fronteiras; ii) o aumento dos rendimentos e da capacidade de gastos turísticos; iii) a conquista do tempo livre; e iv) a conversão das férias e da viagem turística em necessidade básica.

---

<sup>2</sup> Vera *et al* (1997, p. 08) consideram a Revolução Industrial como “*el punto clave para identificar el origen del turismo contemporáneo. En efecto, como en otras facetas consideradas ahora como habituales en el mundo actual, la industrialización y la división internacional del trabajo son causas y aspectos estructurantes del turismo contemporáneo*”.

Para a OMT (2003), foram as novas tecnologias do século XX (aviões mais modernos, computadores, comunicações por satélite, etc.), que proporcionaram uma transformação no modo de vida das pessoas e na forma como trabalham e se divertem. Neste sentido, a Instituição considera que a tecnologia favoreceu o desenvolvimento do turismo massificado na medida em que proporcionou o aumento do tempo de lazer, propiciou uma renda adicional, intensificou as redes de comunicação e criou modos mais eficientes de transportes. Estes últimos são particularmente importantes, de vez que sem transporte, o turismo seria impossível (BECKEN, 2002).

Também Cavaco (2006, p. 310) se refere ao desenvolvimento do setor de transportes como um fator-chave no processo de expansão do turismo mundial:

Os novos transportes colectivos possibilitaram a difusão espacial e social dos fluxos de férias e favoreceram as primeiras massificações ao nível da classe média que dispunha de tempo livre (mães domésticas, crianças e avós), pela baixa dos custos das deslocações.

Mas a evolução dos transportes foi apenas um fator de ordem meramente técnica. Outras variáveis menos óbvias também colaboraram decisivamente para o *boom* do turismo. Para Krippendorf (2003)<sup>3</sup> e Russell (2001)<sup>4</sup>, por exemplo, a expansão do turismo em escala mundial esteve intimamente relacionada com a necessidade que as pessoas tinham (e ainda têm) em “fugir” da cidade em busca de lazer. Nesta mesma perspectiva, Luchiari (2000, p. 113) argumenta que foi exatamente “a racionalidade espacial das cidades, fruto da revolução industrial, [que] separou o trabalho, o lazer e a moradia em formas e funções isoladas, articuladas apenas por frias vias de acesso, restritas aos automóveis”. Conclui a autora que se a preocupação com a racionalização tivesse dado lugar à humanização, as sociedades não precisariam fugir para descansar.

Embora pareçam razoáveis os argumentos de que o estresse e a necessidade de fuga dos centros urbanos para áreas naturais são a principal razão para as viagens e o turismo, é prudente considerar que isto não pode ser considerado como uma regra, já que atualmente grandes centros urbanos são considerados importantes destinos turísticos

---

<sup>3</sup> “As cidades não se preocupam muito com o lazer nem com as necessidades de relaxamento de seus habitantes. A maioria são cidades de trabalho, incompatíveis com uma vida plena (...). Ainda que diretamente ligado à urbanização, o custo do lazer não é levado em consideração pelas cidades, que não se sentem responsáveis pelo mesmo e nem o assumem.” (KRIPPENDORF, 2003, p. 37-38).

<sup>4</sup> Para Russell (2001, p. 69), o principal motivo da fuga das cidades está associado ao fato de que “as diversões das modernas populações urbanas tendem a ser cada vez mais passivas e coletivas, consistindo na observação inativa da habilidade dos outros”.

mundiais. Assim, parece mais plausível admitir que a fuga não seja do centro urbano propriamente dito, mas sim do cotidiano<sup>5</sup>.

Nesse sentido, convém lembrar Krippendorf (2003, p. 14-15), quando este afirma que...

(...) nos nossos dias, a necessidade de viajar é sobretudo criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho, seja onde moram. Sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem.

Por outro lado, também é pertinente considerar que embora o desejo de fuga possa ser um dos motivos, certamente não é o único. Como lembram Sousa (1994) e Fonseca (2005), não há um motivo único na hora de realizar uma viagem, mas vários. Com efeito, entre as diversas motivações das viagens, Mattos (2004) enumera: a necessidade de descanso físico e mental; diversão; prestígio social; conhecer novas culturas, povos e países; fugir da rotina; praticar esportes radicais; desfrutar da companhia da família ou dos amigos; estar só; desfrutar as férias; realizar aventuras; realizar compras; conhecer um local muito comentado e visitado; conhecer pessoas e lugares diferentes; viajar por prazer, sem muitas pretensões; curtir a paisagem; visitar parentes e amigos; estar em contato com a natureza; viver novas experiências; dedicar-se a seus interesses; ter a sensação de liberdade.

Como se percebe, as razões que levam o ser humano a praticar turismo não são tão óbvias e simples. Aliás, tornam-se ainda mais complexas quando se considera uma variável fundamental de ordem psicológica: o tempo. Todas as ações humanas se desenvolvem ao longo de certo período de tempo e o turismo não é exceção. Contudo, o que há de diferente com o turismo é que o mesmo é praticado durante um período especial do tempo humano: o tempo destinado ao lazer. Mas o que seria exatamente esse tempo de lazer, porque ele é tão especial e qual, mais concretamente, é sua relação com o turismo?

---

<sup>5</sup> “A possibilidade de sair, de viajar, reveste-se de uma grande importância. Afinal, o cotidiano só será suportável se pudermos escapar do mesmo, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos” (KRIPPENDORF, 2003, p.36).

### **1.1.1 A importância do tempo de lazer para a prática do turismo**

Nas palavras de De Masi (2000b, p.129), “uma coisa é de luxo se é rara”. Ora, num contexto onde o trabalho ocupa lugar central nas preocupações humanas<sup>6</sup>; pode-se certamente considerar o lazer e, mais especificamente, o tempo destinado ao lazer como uma raridade e, conseqüentemente, um artigo de luxo. É por este motivo que o tempo de lazer do homem moderno chega a ser tão meticulosamente planejado (KRIPPENDORF, 2003).

De acordo com Sousa (1994), Umbelino (1999), De Masi (2000a), Luchiari (2000), Russell (2001) e Adorno (2003), o tempo, na atual sociedade, encontra-se dicotomizado em tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. Este último pode ser entendido como o período de tempo de que o homem dispõe após concluir as atividades de trabalho, que envolve atividades dedicadas à satisfação de necessidades básicas (como sono e alimentação), e também manifestações gratuitas, como as de repouso e distração (BACAL, 2003).

O tempo de não-trabalho, portanto, corresponde ao período de tempo que não é empregado no exercício do trabalho, sendo dividido entre a parcela destinada à satisfação das necessidades básicas (comer, dormir, etc.) e a parcela de tempo efetivamente livre. Na concepção de Umbelino (1999, p. 35) esse tempo de não-trabalho é sinônimo de tempo livre, tempo esse que engloba não somente o lazer, mas também muitas obrigações para além dele, “as quais se diferenciam pela não liberdade de escolha e pela eventual não fruição de uma qualquer forma de prazer”.

Para Sousa (1994), o tempo livre pode ser empregado tanto em atividades de lazer (das quais o turismo é apenas uma das possibilidades), como em atividades de outra natureza, por exemplo, trabalhos comunitários, obras de caridade, etc. É, portanto, da parcela de tempo livre dedicado às atividades de lazer (ou seja, do tempo de lazer), que pode derivar o tempo destinado à realização de viagens turísticas<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> “Todos os modelos ocidentais de vida e de sociedade baseiam-se no tempo de trabalho” (De Masi, 2000, p. 132).

<sup>7</sup> Deve-se atentar que há viagens realizadas durante o tempo de trabalho, teoricamente não destinado a atividades de lazer: as viagens de negócios ou comumente denominadas turismo de negócios. Embora se deva ressaltar que, durante tais viagens, também podem ser praticadas atividades de lazer.

É interessante notar que pelo simples fato de serem partes do tempo total do ser humano (e embora sejam costumeiramente entendidos como antagônicos), trabalho e lazer são complementares. Urry (1996), por exemplo, adverte que para compreender o surgimento do turista é necessário analisar aquilo que é o oposto do lazer, ou seja, o trabalho. Segundo o autor, “o turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado” (URRY, 1996, p. 17). Igualmente, Adorno (2002, p. 103) lembra que “o tempo livre é acorrentado ao seu oposto” e Umbelino (1999, p. 26) afirma que “não é possível estudar o lazer fora do enquadramento evolutivo do mundo do trabalho e da vida econômica”, enquanto que Coriolano (2006, p. 21) reconhece que “só é possível falar de lazer e turismo na relação com o trabalho”. Em suma, a necessidade de lazer demandada pelas sociedades pós-modernas é originada, principalmente, do trabalho (KRIPPENDORF, 2003).

Assim, considerando que na atualidade o tempo de ócio ocorre após o tempo de trabalho, o mês de férias sucede os onze meses de trabalho e o fim de semana sucede os cinco dias de tarefas (SOUSA, 1994), o grande papel do tempo de lazer, no atual contexto da sociedade, acaba por ser o de restaurar a força do trabalho (ADORNO, 2002). Eis, portanto, a ligação entre ambos e o motivo pelo qual devem ser entendidos como complementares: da rotina exaustiva de trabalho, irrompe a necessidade de se desfrutar do tempo livre; e do efetivo aproveitamento do tempo livre, recupera-se a energia para se voltar às atividades de trabalho. É a isso que Krippendorf (2003, p. 15) denomina de “ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial”<sup>8</sup>.

Assim, quando Russel (2001, p. 54) assevera que “o lazer é essencial à civilização”, de certa forma alinha com Brito Henriques (1996, p. 33) quando afirma que com as práticas de lazer “a sociedade industrial parece finalmente ter encontrado o modelo existencial apropriado, capaz de garantir a fidelidade do indivíduo ao trabalho, às obrigações e ao propósito do progresso material”.

---

<sup>8</sup> “(...) o tempo livre e as férias tornaram-se também uma indústria. (...) Todo esse sistema organiza-se numa espécie de alternância que poderíamos chamar de ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial: viajamos para recarregar as baterias, para reconstituir as forças físicas e mentais. Durante a escapada, consumimos o clima, a natureza e a paisagem, a cultura e os seres humanos das regiões visitadas, que transmutamos em espaços terapêuticos. A seguir, voltamos para casa, mais ou menos em forma, para suportar o cotidiano durante um certo tempo – até a próxima vez. (...). Trabalhamos sobretudo para poder sair de férias, e temos necessidade das férias para poder retomar o trabalho” (KRIPPENDORF, 2003, p. 15-16).

Nesse contexto, a viagem<sup>9</sup> turística se afirma como uma válvula de escape da rotina de trabalho e uma forma de renovar as energias para novamente se voltar ao trabalho. Estas evasões do cotidiano intensificam-se no momento em que a sociedade passa a fornecer “simultaneamente aos seus membros os meios de realizar tal evasão: dinheiro, sob a forma de salários mais elevados e tempo, graças a horários de trabalho cada vez mais reduzidos” (KRIPPENDORF, 2003, p. 15). São estas características que levam Brito Henriques (1996) e Beni (2002) a considerar o turismo como um produto da sociedade moderna, capitalista e industrial.

Com efeito, a partir do momento em que a sociedade capitalista industrial cria as condições necessárias à “fuga temporária em massa”, o turismo deixa de ser uma prática exclusivamente de cunho elitista para tornar-se uma parte da cultura de massa (KNAFOU, 1996; NICOLAS, 1996; SHOVAL *et al*, 2003). Assim, o que no ano de 1950 era algo em torno de 25 milhões de turistas internacionais, transformou-se em 600 milhões de pessoas nos anos 90, o que corresponde a uma taxa de crescimento de mais de 2.000% (RODRIGUES, 2006).

A emergência do turismo massivo na Europa – e posteriormente em todo o mundo – possibilitou às classes trabalhadoras modificarem suas práticas espaciais, antes limitadas por falta de recursos e de tempo livre (NICOLAS, 1996). A prática turística, enquanto uma atividade de lazer, estava, pois, acessível às pessoas comuns. Evidentemente, quando um quantitativo de pessoas que, por questões tecnológicas e socioeconômicas, deixa de estar “preso” a determinado lugar e se põe em movimento, tal fato tem alterações no território. Como seria de se esperar, tal fato não permaneceu ignorado por muito tempo pelos pesquisadores. É quando surgem as primeiras investigações sobre o fenômeno turístico.

### **1.1.2 As investigações sobre o turismo**

A massificação do ato de viajar a lazer teve conseqüências de diversas naturezas. Fonteles (2004), por exemplo, identifica que as comunidades locais foram sensivelmente afetadas pelo turismo. Outros, como Beni (2002), Becken (2002), Gössling (2002), Hunter (2002), Høyer (2000) e Rodrigues (1997, 1996), entendem que

---

<sup>9</sup> Para Nicolas (1996, p. 43), “*el viaje – transición de espacios – es el desplazamiento fundamental del individuo que permite cambiar de ‘mundos’: del trabajo al ocio*”.

os efeitos de uma viagem, embora sejam mais facilmente verificáveis nos destinos turísticos, na verdade distribuem-se ao longo dos três espaços percorridos pelo turista: os pólos representados pelas áreas emissoras, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação desses pólos, por onde circulam os turistas e as informações.

Foi exatamente esta difusão espacial da atividade turística, com sua influência em praticamente todo o planeta (BENI, 2002) e com a geração de impactos (positivos e negativos), que despertou uma atenção cada vez maior por parte dos estudiosos acerca da compreensão do fenômeno e de seus efeitos. Butler (1980) e Vera *et al* (1997), por exemplo, reconhecem que a dinâmica e evolução de um destino turístico está fortemente condicionada:

- Pelas componentes territoriais, econômicas e sociais que caracterizam esse espaço;
- Pelo contexto econômico da região onde está localizado;
- Pelas tendências econômicas que afetam tanto a oferta, quanto a demanda.

Ora, abrangendo tantos domínios, entende-se claramente porque o turismo converteu-se em objeto de investigação de tantas áreas do conhecimento. Como é natural no universo científico, as primeiras considerações no estudo da atividade buscaram atribuir-lhe uma definição conceitual. Neste sentido, surgem diversas tentativas por parte de economistas, sociólogos, geógrafos, juristas, etc., o que leva Beni (2002, p. 36) a concluir que...

(...) há tantas definições de Turismo quantos autores que tratam do assunto. Mas quanto maior o número de pesquisadores que se preocupam em estudá-lo, tanto mais evidentes se apresentarão a amplitude e extensão do fenômeno do Turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes<sup>10</sup>.

De igual modo, Acerenza (1991) atribui à complexidade do fenômeno turístico a ausência de uma definição unanimemente aceita. Para Beni (2002, p. 39), essa multiplicidade conceitual pode ser explicada pelo fato “de o Turismo encontrar-se ligado, praticamente, a quase todos os setores da atividade social humana”.

---

<sup>10</sup> Embora o autor considere que as tentativas de diversas áreas do conhecimento em definir o turismo são válidas “enquanto se circunscrevem aos campos em que é estudado” (BENI, 2002, p. 39).

Desse modo, Beni (2002) identifica três tendências para a definição do turismo: econômica, técnica e holística. A primeira, como o próprio nome sugere, reconhece apenas as implicações econômicas do turismo. Como um exemplo dessa tendência há a definição proposta por Palomo (*apud* BENI, 2002, p. 35), cujo entendimento do turismo como uma atividade econômica se deve aos seguintes motivos:

a) a propensão a viajar é um ato humano; b) a recreação é uma atividade desenvolvida por indivíduos, isolada ou grupalmente; c) os deslocamentos são atos que compreendem gastos e receitas; d) o consumo de bens e serviços turístico pode enquadrar-se em atos de uma atividade econômica; e) a geração de riqueza por meio de um processo produtivo é clara e tipicamente uma atividade econômica.

Já as definições de cunho técnico são aquelas formuladas por organizações governamentais e empresas de turismo. Segundo Beni (2002, p. 35) “várias definições assumiram linhas radicalmente diferentes dos três elementos da definição de turista. Objetivo e duração da viagem e distância viajada”. Por fim, há as definições holísticas, as quais buscam abranger a “essência total do assunto” (BENI, 2002, p. 36).

Rodrigues (1996, p. 17-18), por sua vez, questiona-se sobre o significado do turismo, apresentando uma caracterização holística acerca do fenômeno:

Afinal o que é o turismo além de um fluxo de pessoas? O que é o turismo além de uma atividade econômica? É certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços –, uma “indústria”, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

Também demonstrando uma visão holística do turismo, Faria & Carneiro (2001, p.12) afirmam:

Do ponto de vista do indivíduo envolvido, turismo é todo o processo compreendido no deslocamento humano para algum local fora de sua residência ou trabalho, desde sua locomoção, hospedagem, recreação, trabalho ou evento, até sua partida e todo sentimento de satisfação ou frustração. (...). Do ponto de vista do local turístico, o turismo é o processo de recepção de indivíduos para a realização de atividades definidas explicitamente, ou não, por um contrato próprio. A estabilidade da oferta turística passa a ser interesse prioritário da comunidade envolvida, como modo de garantir a permanência do aporte financeiro, o que faz com que o processo adquira uma perspectiva a longo prazo, envolvendo não só os aspectos socioeconômicos mas também ambientais, naturais ou manejados, urbanos ou não.

Para De La Torre (*apud* BARRETTO, 2002, p. 13), o turismo configura-se como...

(...) um *fenômeno social* que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Fonseca (2005, p. 31-32) enumera quatro idéias centrais identificadas em diversas definições:

- 1) o movimento físico dos turistas ao se deslocar de seu local de residência;
- 2) a permanência no destino turístico deve ser por um período de tempo determinado;
- 3) a prática turística compreende a viagem ao destino e todas as atividades realizadas durante a permanência no lugar visitado;
- 4) independente da motivação da viagem, o turismo engloba os serviços e produtos elaborados para atender às necessidades dos turistas.

Por fim, Knafou (1996, p. 63) reconhece que “turismo” corresponde a uma palavra “particularmente polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social, hoje convertida em fundamental, e todo aparelho econômico – igualmente muito importante – que a rejunta”.

Foi exatamente esta complexidade e polissemia que fizeram despertar a atenção dos diversos segmentos do conhecimento humano para o estudo da atividade (COLLINS, 2004). Assim, as várias definições nada mais são que, ao fim e ao cabo, um reflexo da multiplicidade de disciplinas envolvidas no estudo do turismo<sup>11</sup>. Contudo, para uma área do conhecimento em particular, o turismo tem se mostrado um campo de investigação bastante profícuo e interessante: a Geografia.

## 1.2 A Ciência Geográfica e o Estudo do Turismo

O turismo é um fenômeno complexo (RODRIGUES, 1996; VERA *et al*, 1997) e é justamente por isso que para melhor compreendê-lo torna-se necessário estudá-lo a partir de diversos ângulos. Nesta perspectiva, serão várias as disciplinas do conhecimento humano que se habilitarão a estudar a atividade. A Geografia<sup>12</sup>, como

---

<sup>11</sup> Para Vera *et al* (1997, p. 21) “*el turismo, fenómeno de naturaleza compleja y concebido como conjunto de actividades diversas, ha constituido y constituye un factor de transformación y un componente estructural de nuestra sociedad. Su complejidad y diversidad se concretan en distintas manifestaciones (sociales, económicas, geográficas, políticas...) y por ello ha sido objeto de estudio por parte de diversas disciplinas científicas (economía, geografía, sociología, antropología, arquitectura y urbanismo...), que han abordado su problemática, y ha sido y es objeto de atención por parte de entidades, instituciones y organismos, tanto de carácter público como privado*”.

<sup>12</sup> A Geografia, conforme afirma Gallero (1996, p. 33), consiste na “*ciencia de los lugares, ciencia de la diversidad de los espacios terrestres, intérprete analítico de la heterogeneidad*”.

seria de se esperar, buscou ao longo das décadas, compreender o turismo a partir do quadro teórico-conceitual e com os objetivos e metodologias que lhe são próprios.

Embora se reconheça a importância e pertinência de abordagens sociológicas, econômicas, antropológicas, ambientais, etc., é forçoso reconhecer que a expressão geográfica do turismo é, certamente, uma característica marcante desse fenômeno (RODRIGUES, 1996; VERA *et al*, 1997; BARROS, 1998; SMITH<sup>13</sup> *apud* VIEIRA, 2007), motivo pelo qual entende-se ser aquela mais capacitada para analisar a atividade de um ponto de vista territorial.

Uma abordagem geográfica do fenômeno turístico pode ocorrer a partir de várias interpretações, sendo uma delas o deslocamento espacial. Conforme indicam Nicolas (1996), Høyer (2000), Becken (2002) e Beni (2002), para que a prática turística ocorra é imprescindível que haja deslocamento espacial. Afinal, é somente desta forma que o turista poderá consumir o produto *in situ* e é por este motivo que Nicolas (1996, p. 40) considera que se trata de “*un terreno fértil para el analisis sociogeográfico*”.

Ademais, considerando que: i) o território é a base de reprodução de todas as atividades humanas (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2004b), ii) a dinâmica de desenvolvimento da atividade acaba sempre por ter expressão no território (PAPATHEODOROU, 2004), iii) um mesmo território se presta a várias atividades e iv) são vários os atores e, conseqüentemente, são vários os interesses que co-habitam um mesmo território, há uma forte possibilidade de que o turismo venha a entrar em conflito com o interesse de outros agentes atuantes no território (CORIOLANO, 2005; FONSECA, 2005). Este acaba, portanto, por ser outro ponto de vista igualmente interessante para se analisar o fenômeno turismo.

Para além destes, outra perspectiva que desperta a atenção da Geografia é o fato da mesma constituir um potencial vetor de desenvolvimento nacional, regional e/ou local (CORIOLANO, 2005, 2006). Com efeito, não são poucos os argumentos em prol de um desenvolvimento turístico como forma de alívio da pobreza (CORIOLANO, 2006) ou como uma forma de dinamizar as economias de comunidades rurais (CAVACO, 2001) ou mesmo de pequenos estados insulares (PIGRAM, 1999).

---

<sup>13</sup> Smith (*apud* VIEIRA, 2007, p. 63) destaca que “o turismo é um fenômeno geográfico”.

Contudo, é mesmo o caráter territorial da atividade turística (VERA *et al*, 1997), ou seja, a relação entre turismo e território, a perspectiva que mais interessa à Geografia. Isto porque tanto as deslocamentos, como as estadias dos turistas implicam transformações nas formas de organização do território (GONÇALVES, 1996). Ou seja, a atividade turística, ao buscar imprimir no território uma nova lógica orientada à satisfação das necessidades de lazer e consumo de uma população exterior ao lugar (no caso, os turistas, cujos anseios e expectativas demandam uma configuração espacial que não é a que se desenvolveu até então), acaba por provocar alterações nas dinâmicas sócio-espaciais locais<sup>14</sup>.

Como lembra Cruz (2002, p. 07):

O turismo surge como atividade econômica organizada em meados do século XIX e, àquele tempo, utilizava-se, integralmente, de infra-estruturas criadas em razão de outros usos do território. De lá pra cá, entretanto, a atividade deixa, paulatinamente, de ser uma usuária passiva dos territórios para tornar-se mais um agente condicionador de seu (re)ordenamento.

Da mesma forma, observa Barros (1998, p. 07) que:

Com a difusão do uso turístico do espaço, as paisagens geográficas foram se transformando, adaptando-se, sofrendo dinâmicas decorrentes da expansão turística. Ao se difundir pela superfície da terra, a função turística instalou novos equipamentos, criou ou alterou assentamentos naquelas áreas pelas quais se interessou, remodelou relações entre estes assentamentos e o meio ambiente.

Em suma, o que o turismo necessita de fato, é de um novo território que, via de regra, não é aquele que se apresenta inicialmente e por isso modifica-o. Contudo, alterações desta natureza podem ter conseqüências mais profundas que simplesmente a reorganização espacial e é precisamente por causa disso que torna-se importante investigar as relações entre turismo e território na perspectiva da Geografia.

Assim, de forma geral, o interesse dos geógrafos pelo estudo do turismo pode ser justificado pelo fato deste último (seja enquanto atividade econômica, seja enquanto prática social) constituir-se em um importante agente produtor do espaço geográfico. Ou como defende Gomes (1998, p. 264), é o fato da paisagem ser uma categoria de análise eminentemente geográfica e da mesma constituir um atrativo turístico que faz com que

---

<sup>14</sup> “Quaisquer que sejam o nível de conceptualização ou a escala de análise adoptados, o turismo induz de forma mais ou menos relevante alterações nos modos de organização do espaço” (GONÇALVES, 1996, p. 16).

o turismo encontra-se na Geografia, na sua tradição descritiva e, particularmente, na paisagem (em sua dimensão estética) seus elementos fundantes.

Logo, tendo em vista que o turismo é uma atividade fortemente territorializada (VERA *et al*, 1997), indutora de transformações no espaço geográfico (BARROS, 1998; CORIOLANO, 2005; CORDEIRO, 2007) e considerando que “a Geografia é a ciência do espaço e o turismo concretiza-se nos espaços geográficos” (CORIOLANO, 2005, p. 21), fica evidente a pertinência da ciência geográfica para o estudo do turismo.

Com efeito, os interesses da Geografia pelo estudo do turismo avançam a tal ponto que acaba por emergir um sub-ramo denominado de Geografia do Turismo, cuja origem e evolução são discutidas a partir de agora.

### **1.2.1 A Geografia do Turismo: origem e evolução**

A Geografia do Turismo<sup>15</sup>, atualmente considerada uma sub-disciplina ou um sub-ramo<sup>16</sup> da Geografia, surgiu nas últimas décadas como uma ramificação da ciência geográfica, no momento em que se observava uma intensificação da atividade turística e de seus efeitos nos territórios. Em verdade, trata-se do estudo do fenômeno turístico a partir da especificidade da abordagem teórico-metodológica da Geografia. Nessa perspectiva, Piñero (2005, p. 02) considera que os estudos geográficos do turismo seguiram os mesmos passos conceituais e metodológicos que foram dados nos demais campos da Geografia, “*siguiendo las aportaciones de los diferentes paradigmas científicos*”.

De acordo com Rodrigues (1997), a Geografia do Turismo constitui uma das especialidades mais recentes da Geografia, razão pela qual Barros (1998) considera tratar-se ainda de uma disciplina em construção que não transmite, portanto, uma idéia clara do seu significado. Apesar disso, conforme nota Rodrigues (*apud* COSTA *et al*,

---

<sup>15</sup> Gómez (1988, p. 83-84) atenta-se para a multiplicidade de termos dados ao que ele denomina “geografía del ocio”, uma subdisciplina da Geografia, atribuindo a esse facto duas razões: “*Por una parte, no hay que olvidar las dificultades semánticas existentes a la hora de precisar lo que se entiende por los tres conceptos que acabamos de mencionar [ócio, turismo e recreação]. (...) Y, por la otra, los problemas surgen no solamente como consecuencia del escaso desarrollo de la geografía del ocio en muchos Estados (...), sino también debido a los diversos puntos de vista que se poseen de la geografía en los distintos países (...)*”.

<sup>16</sup> Para Barros (1998), a Geografia do Turismo está situada dentro do campo da Geografia dos Serviços, enquanto que para Vera *et al* (1997, p. 29) a Geografia do Turismo consiste em um ramo independente, “*con aproximaciones a distintas divisiones convencionales según el ámbito científico específico*”.

2004), a expressão “Geografia do Turismo” já era observada em trabalhos de 1905, época em que a prática do turismo, mesmo que ainda limitada às classes mais elitizadas, já provocava impactos no espaço.

Ao investigar a evolução da Geografia do Turismo, Butler (2004) propõe um agrupamento das origens e do desenvolvimento da abordagem geográfica do turismo, do lazer e da recreação em três fases:

- a) A Era Descritiva<sup>17</sup>: trata-se do período inicial que se estende até o final da década de 40. Na academia como um todo, não só na abrangência teórico-prática da Geografia, o estudo dessa temática ainda era incomum, observando-se uma tendência em tratar o turismo como uma atividade econômica de importância marginal. Além disso, o autor considera que nenhum acadêmico dessa época podia ser considerado, *strictu sensu*, um geógrafo do turismo (BUTLER, 2004)<sup>18</sup>.
- b) O Desenvolvimento de Temas<sup>19</sup>: período que se estende até início da década de 1980, durante o qual surgiram os primeiros geógrafos especialistas nas questões de lazer, recreação e turismo.
- c) A Era Contemporânea<sup>20</sup>: trata-se do período atual, que teve início na década de 80. Corresponde a uma época marcada pela diversidade de temas e pelo crescimento no número de estudos. Tal diversidade dos estudos e pesquisas, entretanto, pode ser entendida tanto como uma força, quanto como uma fraqueza, visto que “*the fragmentation of LRT research reflects increasing interest in the field by many disciplines, but it also brings with it the same problems of gaining academic acceptability and prestige which the parent discipline of geography has also faced over the last two or three decades*” (BUTLER, 2004, p. 150).

Tanto Gómez (1988) quanto Castro (2006) situam no século XIX as raízes do interesse epistêmico do geógrafo pela dimensão espacial do turismo. Embora modesto (para os

---

<sup>17</sup> “The Descriptive Era”.

<sup>18</sup> “LRT [Leisure, Recreation and Tourism] could be seen as just one among several economic activities in regions that were of some interest to researchers, but no one scholar in this period could really be thought of as an LRT geographer, at least on the basis of their publications in the academic literature” (BUTLER, 2004, p. 149).

<sup>19</sup> “The Development of Themes”.

<sup>20</sup> “The Contemporary Era”.

padrões de hoje), o trabalho publicado por J.G. Kohl (datado de 1841), acerca da força transformadora do meio que tinham os deslocamentos de pessoas motivados pelo desejo de manter contatos sociais, é considerado o trabalho pioneiro em Geografia do Turismo (GÓMEZ, 1988).

No início do século XX, Hettner (em 1902) e Hassert (em 1907) principiaram por estudar o turismo, destacando o seu papel na criação de novas funções nos locais de destino dos turistas (*apud* GÓMEZ, 1988; *apud* PIÑERO, 2005). Por sua vez, estudos de natureza geográfica que descrevem experiências do uso turístico de áreas litorâneas, de acordo com Mitchel & Murphy (*apud* BARROS, 2002), remontam do início do século XX, tendo sido realizados inicialmente na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos da América (EUA).

Dentro da escola alemã, Kreisel (2004) menciona as investigações de Hans Poser (em 1939) sobre o desenvolvimento turístico nas montanhas de *Riesengebirge*, considerando-as como um marco do despertar do interesse pela Geografia do Turismo no mundo de língua alemã<sup>21</sup>.

Foi também durante a primeira metade do século XX que temas relacionados a turismo e recreação passaram a ser objetos de estudo na geografia anglo-americana, conforme observaram Hall & Stephen (2001). Como exemplo, esses autores citam os estudos com enfoque em questões demográficas e econômicas realizados por Cleveland (em 1910), Wrigley (1919), Whitebeck (1920), Allix (1922), Cornish (1930 e 1934), McMurray (1930), O'Dell (1935), Selke (1936) e Carlson (1938); e as pesquisas sobre o papel da recreação em parques nacionais e outras áreas naturais dos EUA empreendidas por Carhart (1920), Graves (1920), Meinecke (1929), Atwood (1931) e Chapman (1938).

Com base nas primeiras investigações em turismo e recreação efetuadas no âmbito da geografia econômica americana, sobretudo na década de 1930, estudos sobre impactos econômicos do turismo foram realizados por geógrafos norte-americanos no período do pós-guerra (HALL & STEPHEN, 2001). Apesar da ocorrência de estudos significativos

---

<sup>21</sup> “However obvious and contestable Poser’s work may now appear, his research constitutes the first pillar of the emerging field of leisure and tourism geography in the German-speaking world because he shifted the focus of interest in tourism and leisure to where tourism actually takes place; that is, to space, the region and landscape” (KREISEL, 2004, p. 166).

entre as décadas de 30 e 50, foi na década de 60<sup>22</sup> e principalmente na de 70<sup>23</sup> que se verifica uma proliferação de publicações em turismo e recreação (HALL & STEPHEN, 2001).

Na década de 50 é importante destacar a contribuição de Walter Christaller para o desenvolvimento da Geografia do Turismo, através da proposição de um enquadramento teórico-conceitual da atividade turística na área locacional da Geografia Econômica (MELLO E SILVA, 1996). Foi, portanto, quem primeiro utilizou “abordagens funcionalistas e teórico-locativas da actividade turística” (BRITO HENRIQUES, 1996, p. 10) ao aplicar a sua Teoria das Localidades Centrais ao estudo do sistema espacial do turismo (KREISEL, 2004).

Nesse sentido, o artigo de Christaller, datado de 1955, “fiel à sua postura locacional/organizacional do espaço”, apresenta “uma pioneira e relevante contribuição à formulação de uma Geografia Geral do Turismo” (MELLO E SILVA, 1996, p. 123), destacando-se:

a) a análise da posição da Geografia do Turismo na Geografia Econômica; b) a subdivisão da Geografia Econômica do Turismo segundo a localização; c) a evolução histórica do Turismo; d) os serviços auxiliares para o turismo e a expansão da rede de transportes; e) importância da Geografia do Turismo na organização espacial da economia; f) a integração espacial do turismo (MELLO E SILVA, 1996, p. 123).

A partir da década de 60 do século XX, quando se observa um acelerado crescimento da atividade devido ao desenvolvimento econômico e tecnológico do período Pós-Guerra nos países centrais do capitalismo (RODRIGUES, 1997), acentua-se a preocupação da Geografia em estudar o fenômeno turístico. Segundo Brito Henriques (1996, p. 10), a partir dos anos 60 observou-se “uma clara tendência para a individualização de um domínio orientado especificamente para a problemática do turismo no seio da Geografia”. No entanto, esse autor também observa que essas abordagens geográficas do turismo eram parciais e reincidentes, privilegiando “sistematicamente a vertente econômica e produtiva (localização de equipamentos turísticos, análise do mercado de

---

<sup>22</sup> Hall & Stephen (2001) citam como exemplos de investigadores que desenvolveram abordagens geográficas do turismo na década de 60: Murphy (em 1963), Wolfe (1964 e 1967), Winsberg (1966) e Mitchell (1969).

<sup>23</sup> Hall & Stephen (2001, p. 10) citam diversos autores que investigaram o turismo dentro da perspectiva geográfica durante a década de 70 e 80, “*giving the appearance of a healthy area of research*”: Lavery (1971), Cosgrove & Jackson (1972), Coppock & Duffield (1975), Matley (1976), H. Robinson (1976), Pearce (1981, 1987), Mathieson & Wall (1982), Patmore (1983) e Pigram (1983).

procura, efeitos das actividades turísticas no desenvolvimento regional,...)” (BRITO HENRIQUES, 1996, p. 10).

Será durante a década de 70 que se assistirá ao desenvolvimento e estruturação da Geografia do Turismo, enquanto disciplina científica ...

*(...) produciéndose una amplia temática, diversidad de planteamientos conceptuales y metodológicos, con seguidores de los enfoques clásicos, sociales, culturales, neopositivistas, conductistas, humanistas, regionales, radicales y postmodernistas, que nos permiten decir que se consolida como una rama más de los estudios geográficos (PIÑERO, 2005, p. 03).*

De acordo com Rodrigues (1997), o desenvolvimento da Geografia do Turismo foi uma consequência da criação, pela União Geográfica Internacional, de um grupo de trabalho dedicado às questões de lazer e turismo no ano de 1972, tendo se convertido em comissão em 1980.

Mas é a partir de 1975 que os estudos geográficos sobre as consequências territoriais, ambientais, sócio-culturais, políticas e económicas do turismo começam a surgir de forma mais expressiva (BARROS, 2002). Como trabalhos desse período, Rodrigues (1997) cita as contribuições de Miossec (em 1977, através da elaboração de modelos teóricos de espaços turísticos) e de Knafou (em 1979, estudos sobre a atividade turística nos Alpes franceses).

Dando prosseguimento à evolução da abordagem geográfica do turismo, durante a década de 80 a atenção maior foi dada à compreensão da demanda e da oferta turística e nos respectivos padrões de distribuição espacial, além dos impactos e transformações induzidas pelo turismo nas destinações (PIÑERO, 2005). Como consequência da valorização da temática do turismo, foi introduzida no currículo do curso de Geografia de universidades francesas a disciplina Geografia do Turismo, o que, segundo Rodrigues (1997), resulta na afirmação dessa disciplina como mais uma especialidade da Geografia.

Assim, Rodrigues (1997) aponta para o grande volume de trabalhos, tais como teses, livros, artigos e periódicos especializados produzidos, sobretudo, em França, Alemanha, Espanha, países da Europa do Leste, Estados Unidos e Canadá. Como exemplos de produção bibliográfica sobre essa temática, a autora menciona Pearce, que em 1981 traçou um esquema teórico sobre fluxos turísticos na Nova Zelândia, e Sanches, que em

1985 propõe uma metodologia para o estudo do turismo no litoral baseado em princípios marxistas.

Portanto, seja devido à expansão do turismo de massas e de seus efeitos sobre o globo (resultantes da difusão dos automóveis e dos aviões) no final do Séc. XX (BARROS, 2002); seja para dar resposta aos efeitos decorrentes da difusão espacial da função turística (LIMA, 2006); ou, mesmo, seja devido à importância que o turismo vem ocupando nas economias globalizadas (CASTILHO, 1998); o fato é que se nota um significativo alargamento da investigação neste campo de estudo.

Barros (1998) defende que o interesse da Geografia do Turismo está centrado nas formas, nas dinâmicas e nas representações das paisagens resultantes das intervenções da atividade turística, bem como, nas diferenciações entre as áreas ou as regiões. Para esse autor, o principal objetivo da Geografia do Turismo, consiste em:

Estudar as relações entre os assentamentos turísticos e o meio ambiente; as formas, as dinâmicas e as diferenciações das paisagens que se criam pela difusão e desenvolvimento da função turística, assim como as representações que se fazem das paisagens turísticas (BARROS, 1998, p. 07).

Nesse sentido, Rodrigues (1997, p. 48) defende que “outro caminho para os estudos de Geografia do Turismo pretende captar a dinâmica do espaço turístico mediante a abordagem dos processos sociais que o engendraram”. Resumidamente, para Vera *et al* (1997), cabe à Geografia do Turismo analisar as transformações territoriais decorrentes da dinâmica turística.

Seguindo essa perspectiva, durante a evolução e a consolidação da Geografia do Turismo, os geógrafos investigaram a influência do turismo nos diversos espaços e em diferentes escalas (locais, regionais, nacionais, internacionais), considerando variáveis que influenciam o fenômeno turístico, tais como demográficas, ambientais, econômicas, sociais e culturais (PIÑERO, 2005). Ao longo da consolidação da Geografia do Turismo também foi dada atenção às questões econômicas e sociais que levaram à diminuição do tempo de trabalho e aumento do tempo livre, o que proporcionou, entre outros fatores, o desenvolvimento do turismo mundial (PIÑERO, 2005).

Mas a evolução da disciplina também variou consoante os diferentes enfoques adotados nos diversos países que se ocuparam do tema. A Alemanha<sup>24</sup>, por exemplo, priorizou a realização de estudos sobre paisagem e sociedade, enquanto que a escola francesa abordou os fluxos internacionais, nacionais e regionais. Os Estados Unidos enfocaram as áreas naturais e rurais e a escola geográfica espanhola situou seus estudos nas análises regionais (PINERO, 2005).

Em Portugal, foi relevante o papel de Cavaco no desenvolvimento da Geografia do Turismo portuguesa, tendo sido dessa autora a primeira iniciativa em estudar, no final da década de 60, os aspectos geográficos do turismo, tendo como área de estudo a região litorânea do Algarve, “devendo-se-lhe ainda grande parte dos trabalhos produzidos em Portugal sobre este assunto” (BRITO HENRIQUES, 1996, p. 12).

Para Brito Henriques (1996, p. 12) “o caminho seguido pela investigação portuguesa em Geografia do Turismo foi, aliás, o da aproximação progressiva aos interesses e tipo de abordagem característicos da Geografia Económica e Aplicada”. Sendo assim, o autor destaca a estrutura geográfica da oferta, os impactos do turismo na economia, no ambiente, etc., as formas de uso e ocupação do solo nas áreas turísticas, além das implicações dessas questões no processo de planeamento; como alguns dos temas mais desenvolvidos nas investigações portuguesas em Geografia do Turismo.

Em relação à América Latina<sup>25</sup>, Rodrigues (1997) considera que a produção científica geográfica sobre o turismo não seja abundante, sendo o México o principal produtor de estudos dessa natureza, em particular os dedicados à planificação territorial. Igualmente, Meyer-Arendt (2002) verificou que, dentre os países da América Latina e Caribe, o México tem liderado quanto ao volume de publicações sobre as temáticas da Geografia do Turismo.

Diante, portanto, da produção científica mundial no campo da Geografia do Turismo, Castro (2006, p. 18) conclui que “a produção do conhecimento sobre a abordagem

---

<sup>24</sup> Para Brito Henriques (1996), os autores de língua alemã deram algumas das contribuições mais relevantes à Geografia do Turismo, destacando-se os estudos de Christaller.

<sup>25</sup> Foi durante a década de 1970 que houve no Brasil a publicação dos primeiros estudos geográficos sobre turismo. Rodrigues (1997, p. 52) cita como primeiro trabalho específico da Geografia do Turismo, em território brasileiro, que visou à obtenção de um título acadêmico: “O Turismo Interno no Brasil”, de Kleber Assis. Tal trabalho, para a autora, trata-se de um “estudo de cunho descritivo, apresentando uma compilação de dados e um volume muito grande de informações, de caráter muito geral e carente de interpretação”.

geográfica do turismo tem suas raízes e seu desenvolvimento nas influências epistemológicas que permeiam historicamente a produção do conhecimento geográfico”. Este crescente interesse dos geógrafos pelo turismo culminou com a formulação de alguns modelos e teorias sobre a função turística e sua dinâmica nos territórios, os quais têm vindo a colaborar em muito no estudo deste fenômeno.

### **1.2.2 Os estudos em Geografia do Turismo**

Acompanhando a evolução teórico-metodológica da Geografia do Turismo, alguns investigadores buscaram compreender de forma sistemática a configuração territorial e a incidência espacial da atividade turística. Entre os principais exemplos estão: Christaller (em 1963), Defert (em 1966), Stansfield (em 1970), Thuot (em 1973), Plog (em 1973), Noronha (em 1976) e Butler (em 1980) (*apud* LIMA, 2006). Dessa forma, principalmente entre as décadas de 60 e 70, surgiram diversos modelos teóricos de análise da estrutura espacial do turismo (PEARCE, 2003).

A relevância dos modelos teóricos no estudo do turismo, para Getz (*apud* PEARCE, 2003, p. 29), reside no fato de capacitarem “a descrever e a abranger as complexidades do mundo real, a adquirir, ordenar e interpretar informações, e a explicar, compreender e finalmente prever fenômenos e as relações entre eles”. Com efeito, a aplicação de modelos dessa natureza em áreas turísticas pode favorecer uma melhor compreensão da maneira como a função turística se desenvolve nos territórios. Nesse sentido, Lima (2006, p. 38) advoga que através do estudo desses modelos de análise da Geografia do Turismo é possível “entender informações que possam explicar ou até mesmo prever o acontecimento de alguns fenômenos, bem como do conjunto de relações que se processam na função turística”.

Pearce (2003) identifica quatro grupos de modelos de análise geográfica do turismo: modelos de viagem turística, origem-destino, estruturais e evolutivos. Para os fins do presente estudo, merecem ser detalhados apenas os modelos evolutivos, tendo-se em vista a contribuição que podem oferecer à análise e compreensão das dinâmicas territoriais da área de estudo.

Diversos estudos empíricos têm abordado a evolução dos destinos turísticos, mostrando que as características e dimensões desses espaços variam em consequência das

mudanças na demanda e também em resultado da dotação de serviços e infra-estruturas (VERA *et al*, 1997). Por conseguinte, ao partirem do pressuposto de que os espaços turísticos são dinâmicos, os modelos evolutivos têm buscado demonstrar as mudanças ocorridas nos territórios, resultantes do desenvolvimento da função turística.

Tais sistematizações de caráter evolutivo da função turística consideram, pois, que as difusões das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento turístico se realizam com o tempo; tempo este em que se acumulam os efeitos nas paisagens, conforme observa Barros (1998, p. 66):

As paisagens continentais de função turística se vão modificando pelo recebimento das infra-estruturas, pelas mudanças nos arranjos dos elementos paisagísticos, pelas alterações nos estilos de vida e perfis da demanda, e desta maneira se dá a dinâmica histórico-geográfica das paisagens.

De fato, pode considerar-se o turismo como um fenômeno de forte dinamismo (RODRIGUES, 1997). Com essa perspectiva, na década de 1970, Thurot (*apud* BARROS, 1998; *apud* PEARCE, 2003) investigou a evolução do turismo no Caribe, tendo proposto um modelo trifásico:

- Fase 1: período da descoberta da área pelos turistas ricos; construção de hotel de classe internacional.
- Fase 2: caracterizada pela expansão do fluxo turístico e pela construção de hotéis para a classe média alta.
- Fase 3: nessa etapa percebe-se a massificação do turismo e a perda do valor original para novos destinos.

Em síntese, o que este modelo defende é que em um primeiro momento há a descoberta do lugar pela elite, para a prática de um turismo exclusivista; posteriormente, a classe média alta descobre o destino e, conseqüentemente, a área é dotada de equipamentos hoteleiros para suprir essa nova demanda; e, finalmente, o destino passa a receber a classe média em geral, estabelecendo-se o turismo de massa.

Thurot (*apud* PEARCE, 2003, p. 44) ressalta que a duração desse processo depende da velocidade da classe média alta em chegar ao destino, além do tempo que os turistas pioneiros da primeira fase (“classes tradicionalmente praticantes do lazer”) levarão para

descobrir novos destinos turísticos. Com base nesse modelo, Pearce (2003, p. 44) conclui que:

(...) o Caribe, como periferia do prazer, estende-se geograficamente em ondas sucessivas de turismo, espalhando-se progressiva e seletivamente pra fora, a partir dos bem estabelecidos resorts da Flórida. Nas Bahamas, por exemplo, a frente turística move-se a partir de Nassau para ilhas menores e ilhotas de corais. Segundo Thurot, havia uma hierarquia de desenvolvimento na Commonwealth caribenha, com o desenvolvimento do turismo na Jamaica precedendo o de Trindade e o de Barbados, que por sua vez ocorreu antes do das pequenas Ilhas Leeward e Windward.

Diferentemente do modelo de Thurot, o modelo delineado por Plog (*apud* PEARCE, 2003) enfoca a personalidade dos diferentes tipos de viajantes ao invés de ressaltar a classe social. Desse modo, propõe uma tipologia de turistas baseada em dois extremos: os aloccêntricos e os psicocêntricos. Enquanto que os primeiros consistem naqueles turistas autoconfiantes, curiosos, aventureiros e extrovertidos, os psicocêntricos não são aventureiros, tendem a ser inibidos e ansiosos. Como uma consequência desses perfis, as características das viagens e os destinos escolhidos por cada grupo diferem entre si (Quadro 1).

**Quadro 1: Características de viagem de tipos psicográficos**

<b>Psicocêntricos</b>	<b>Alocêntricos</b>
Em destinos de viagem, preferem o que é familiar	Preferem áreas não turísticas
Gostam de atividades lugar-comum nos destinos	Apreciam o senso de descoberta e se deleitam com novas experiências, antes que outros tenham visitado a área
Preferem lugares com sol e diversão, incluindo um bom relaxamento	Preferem destinos novos e diferentes
Baixo nível de atividade	Alto nível de atividade
Preferem destinos a que possam ir de carro	Preferem ir de avião aos destinos
Preferem acomodações turísticas formais, como um hotel com uma estrutura bem desenvolvida, restaurantes para famílias e lojas turísticas	As acomodações devem incluir hotéis e refeições de adequados a bons, não necessariamente em hotéis modernos ou de cadeia; poucas atrações do tipo “turísticas”
Preferem uma atmosfera familiar (barracas de hambúrguer, entretenimento tipo familiar, ausência de atmosfera estrangeira)	Gostam de conhecer pessoas de alguma cultura diferente ou estrangeira e se relacionar com elas
Pacote de viagem completo, provido de atividades bastante programadas	Os preparativos de viagem devem incluir o básico (transporte e hotéis) e permitir liberdade e flexibilidade consideráveis

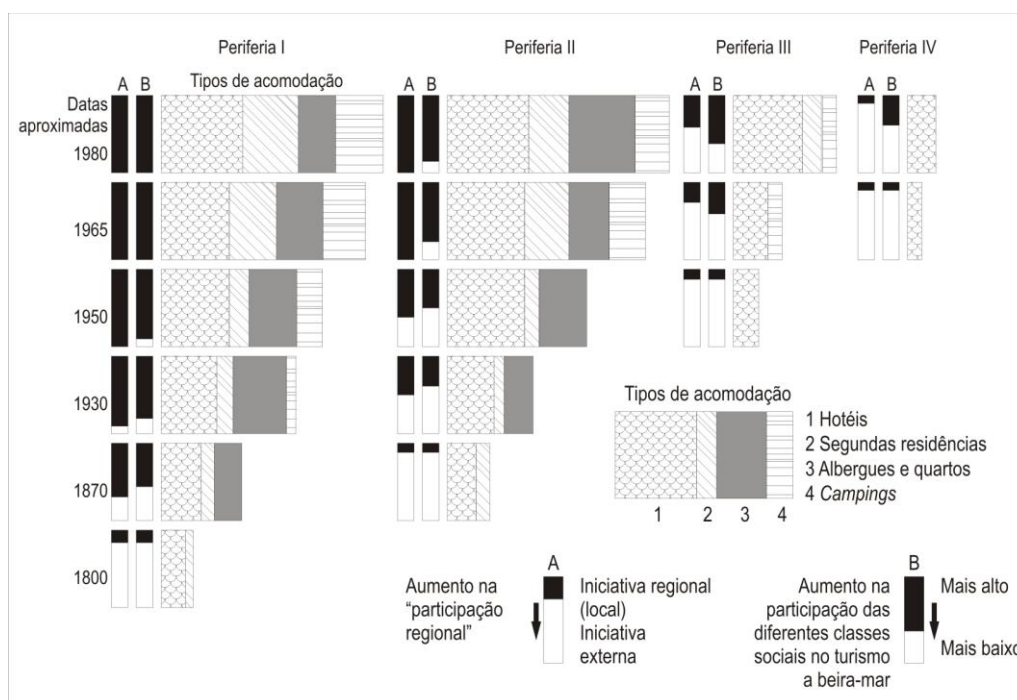
Fonte. Plog *apud* Pearce, 2003.

Para Plog (*apud* PEARCE, 2003), um determinado destino turístico é atrativo a diferentes grupos de indivíduos em diferentes momentos; ademais, é fato que o mercado desse destino evolui. Segundo o autor, o destino é descoberto pelos aloccêntricos, no entanto, na medida em que passa a receber mais visitantes e a se tornar mais conhecido,

esses aloccêntricos saem em busca de novos destinos. Com base nessa teoria, Plog ressalta:

(...) podemos visualizar um destino se movendo através do espectro, ainda que de forma lenta ou gradual, mas muitas vezes inexoravelmente em direção ao potencial de seu próprio ocaso. As áreas de destino trazem consigo as sementes de sua própria destruição, à medida que elas próprias se tornam mais comerciais e perdem as qualidades que originalmente atraíam os turistas (PLOG *apud* PEARCE, 2003, p. 44).

No início da década de 1980 foi a vez de Gormsen investigar de forma sistemática a evolução do desenvolvimento do turismo balnear internacional. Assim, empreendeu um estudo do desenvolvimento histórico dessa modalidade de turismo, baseado em uma perspectiva européia. O modelo proposto por Gormsen (Figura 1) abrange, além da noção de evolução no tempo e no espaço dos destinos turísticos de litoral, o fato de existirem mudanças no grau de participação local no processo de desenvolvimento do turismo e na quantidade de acomodações disponíveis (*apud* PEARCE, 2003).



**Figura 1: Modelo de Gormsen**  
 Fonte: Redesenhado de Pearce (2003).

Gormsen (*apud* SONEIRO, 1991) estabeleceu uma relação entre a dimensão cronológica (perspectiva do tempo) e a difusão de destinos turísticos no mundo (perspectiva espacial). Desse modo, o turismo balnear primeiramente teria surgido nas periferias próximas aos centros urbanos criados pela Revolução Industrial, quais sejam,

as estâncias situadas ao longo Canal da Mancha e Báltico. A segunda periferia refere-se às áreas costeiras do sul da França, enquanto que a terceira passa a abranger, o mediterrâneo espanhol, o norte da África e as Ilhas Canárias e Baleares. Por fim, a quarta periferia corresponde aos destinos mais distantes, como oeste da África, Caribe, América do Sul, oceanos Pacífico e Índico e o sudeste asiático.

Adotando outra perspectiva, Butler (1980) propõe um modelo evolutivo baseado em fundamentos do ciclo de vida do produto, utilizados nos domínios do *Marketing* e da Administração/Gestão. Trata-se do modelo de análise do turismo que mais tem sido utilizado em estudos empíricos, sobretudo nos de origem anglo-saxônica, tendo se convertido atualmente “*en el modelo de referencia para describir los procesos de evolución de los destinos turísticos y en la aportación más debatida y comentada en relación a esta cuestión*” (VERA *et al*, 1997, p. 238).

Levando em consideração a dinamicidade dos *resorts*<sup>26</sup> turísticos e o fato de que evoluem com o passar do tempo, Butler (1980) elaborou um modelo baseado no comportamento da demanda e na capacidade de carga dessas estâncias, defendendo que há uma relação positiva entre o crescimento do número de visitantes (a demanda turística) e o desenvolvimento turístico local. Assim, propõe a evolução do *resort* em seis fases:

- 1) Exploração: período inicial marcado pela presença de poucos visitantes, cuja motivação consiste nas belezas naturais e/ou culturais. Nessa fase, há um reduzido número de instalações turísticas.
- 2) Envolvimento: observa-se um pequeno envolvimento da população local no provimento de serviços turísticos.
- 3) Desenvolvimento: caracterizada pela elevada taxa de visitação turística, já se podendo observar tensões entre os moradores locais e os turistas. Os fluxos passam a ser geridos por empresas externas.
- 4) Consolidação: nesse momento, o turismo se configura como a principal atividade econômica local. No entanto, as taxas de crescimento do número de

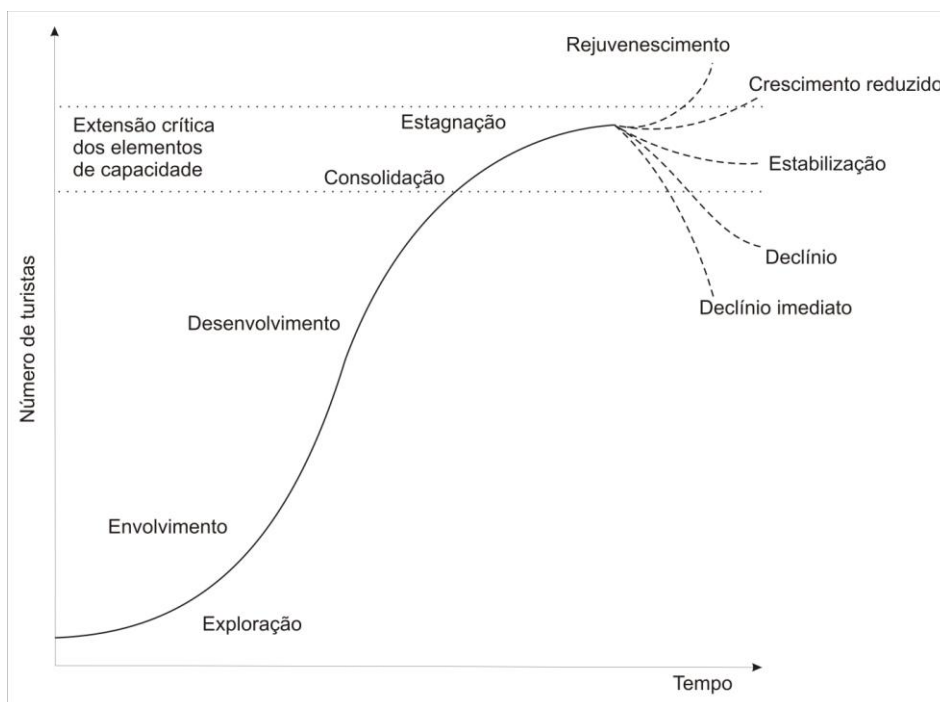
---

<sup>26</sup> Para fins desse estudo, considera-se a definição de *resort* proposta por Barros (2002, p. 13): “*Resort*, na Geografia do Turismo, refere-se a uma área, zona ou região geográfica – e não a uma unidade hoteleira – individualizada em relação às áreas circundantes, onde as funções de acomodação, alimentação e recreação têm lugar, seja a função turística praticamente exclusiva ou existindo ao lado de outras”. Considera-se, portanto, como sinônimo de estância turística.

visitantes começam a apresentar sinais de declínio, embora o número de turistas ainda seja maior que o de residentes locais.

- 5) Estagnação: o número máximo de visitantes é atingido. A estância começa a ser vista como “fora de moda”, havendo uma desvalorização das propriedades e fuga de capitais.
- 6) Declínio: fase marcada pela constante queda da atratividade do lugar. Como os visitantes passam a buscar por outros *resorts*, a destinação passa a depender cada vez mais de visitantes de um dia e de recreações de fins de semana. Pode ocorrer a perda da função turística, passando os hotéis a exercerem uma função residencial.

Vale ressaltar, no entanto, que durante o quinto estágio – a estagnação, quando o *resort* começa a sentir os sintomas da saturação da atividade turística, medidas podem ser tomadas no intuito de evitar a sexta fase (o declínio) e, ao mesmo tempo, com o objetivo de promover o seu rejuvenescimento, conforme pode ser observado na figura 2:



**Figura 2: Ciclo de Vida dos Destinos Turísticos (Modelo de Butler)**  
Fonte: Redesenhado de Pearce (2003).

Sobre essa fase crítica que o destino turístico pode alcançar, afirmam Vera *et al* (1997, p. 238):

*El declive (...) deriva de la incapacidad de competir. Antecipa, por lo tanto, la necesidad de asegurar un exitoso desarrollo de los centros turísticos más allá de la inevitable – según el modelo – llegada a una fase de estabilización que pueda conducir a él.*

Em outras palavras, os agentes produtores do destino turístico devem estar atentos a fatores externos (comportamento do mercado, mudanças nas preferências das demandas, recessões econômicas, etc.) e a questões internas (capacidade física das infra-estruturas, impactos negativos no ambiente, etc.) de forma a agirem eficazmente no processo decisório do planejamento turístico local, evitando assim que o destino alcance a fase de declínio (de perda da função turística). A capacidade de suporte do ambiente local também deve ser considerada no planejamento turístico, tendo-se em vista que *“tourist attractions are not infinite and timeless but should be viewed and treated as finite and possibly non-renewable resources”* (BUTLER, 1980, p. 11).

Assim, compartilha-se da opinião de Cooper & Jackson (*apud* PEARCE, 2003, p. 49) quando defendem que a importância do modelo de Butler reside no fato deste fornecer “uma ferramenta descritiva de esclarecimento para que se compreenda o modo como destinos e seus mercados evoluem”; e também quando indicam a inadequação desse modelo enquanto uma ferramenta prognóstica, pois cada destino tem suas características específicas, “com estágios e pontos de inflexão que só se tornam evidentes com uma visão retrospectiva” e com diferentes agentes políticos e econômicos. Em resumo, defende-se a relevância do modelo de Butler enquanto uma ferramenta que possibilita o conhecimento da maneira como um destino turístico possa evoluir.

Por fim, é importante destacar o trabalho realizado por Defert (*apud* PEARCE, 2003) na década de 1960 que embora não seja propriamente a proposição de um modelo teórico, constitui-se em uma importante ferramenta para o estudo nos domínios da Geografia do Turismo.

Com o intuito de mensurar o grau de importância que o turismo exerce em uma determinada destinação, Defert (*apud* PEARCE, 2003) propôs uma fórmula que calcula o índice de função turística  $T_{(t)}$ , conforme especifica Pearce (2003, p. 185):

A função turística  $T_{(t)}$  de uma área é tomada por Defert como medida da “atividade ou intensidade turística” refletida na justaposição de duas populações – os visitantes e os visitados. Ela é obtida comparando-se o número de leitos (N) disponíveis para turistas naquela área com a população residente (P).

Desse modo, o Índice de Defert é obtido através da seguinte fórmula:

$$T_{(t)} = N \times 100 / P$$

Se  $T_{(t)}$  for igual a zero, a área não dispõe de nenhuma acomodação turística; caso  $T_{(t)} =$  infinito, não há população residente. O resultado igual a 100 significa que o número de turistas é igual ao da população local<sup>27</sup>. Conclui-se, portanto, que quanto mais próximo de 100 seja o resultado, maior será a dependência e a vulnerabilidade do destino turístico às oscilações da demanda. Deve-se considerar, por fim, que os valores obtidos “tendem a declinar com o aumento na escala de unidade espacial, uma vez que o papel do turismo é enfraquecido por outras atividades” (PEARCE, 2003, p. 185).

Embora utilizem abordagens diferentes, estes modelos são unânimes em evidenciar a natureza territorial da atividade. Usando as palavras de Brito Henriques (1996, p.15):

(...) o turismo gera os seus próprios lugares. Admitimos, por outras palavras, que o turismo não se limita a produzir utilizações originais do espaço ou a modificar as relações entre os territórios, por via da alteração dos fluxos que ligam os diversos pontos da superfície terrestre. Mais do que isso, entendemos que o turismo se concretiza geograficamente na formação de novos territórios, com contornos, composição e significado específicos e diversos dos que caracterizam as espacialidades produzidas pela vida quotidiana.

Mas um território em particular destaca-se dos demais: o litoral. Como lembra Moraes (1999, p.30):

A localização litorânea possui uma série de atributos singulares que vão qualificá-la como uma situação geográfica ímpar. Em primeiro lugar, no que toca à economia, os terrenos próximos ao mar são relativamente raros em relação ao conjunto das terras emersas, o que lhes atribui de imediato um caráter diferencial que se exponencializa conforme a perspectiva de uso considerado. Do ponto de vista da biodiversidade, a zona costeira acolhe quadros naturais particulares de alta riqueza e relevância ecológica, o que os qualifica como importantes fontes de recursos. No tocante à circulação, o litoral aparece como área estratégica em função da importância dos fluxos oceânicos no mundo contemporâneo.

Assim, considerado e valorizado como uma das porções mais nobres do território, o litoral acaba por se tornar um dos locais onde a presença do turismo se faz de maneira mais marcante, razão pelo qual se torna ainda mais interessante de ser analisado. É precisamente este aspecto que se aborda em mais detalhes no capítulo seguinte, na medida em que se discute o caráter territorial do turismo.

---

<sup>27</sup> Isso se parte do pressuposto de que a totalidade de leitos disponíveis aos turistas esteja ocupada.

## **2 AS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E TERRITÓRIO: DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE O CARÁTER TERRITORIAL DO TURISMO**

O turismo se relaciona fortemente com o território<sup>28</sup>, fato que leva Nicolas (1996) a denominá-lo uma prática social genuinamente territorial. A partir do momento em que a atividade turística se desenvolve em um dado território, passa a promover a sua (re)funcionalização e a conseqüente inserção de um novo sistema de objetos condizente com a nova funcionalidade. O território está a ser turistificado e é no momento em que as dinâmicas desse território passam a ser influenciadas pelo desenvolvimento dessa atividade econômica e prática social que se pode denominá-lo um território turístico.

É nessa perspectiva que o presente capítulo se assentará: na territorialização do turismo e de seus efeitos. Assim, cumpre fazer algumas considerações sobre o modo como efetivamente o turismo se relaciona com o território e se apropria do mesmo para transformá-lo num território turístico. Em verdade, trata-se de um capítulo de revisão de literatura com o objetivo de discutir sobre o caráter territorial do turismo. Para tanto, serão abordados: definições de turistificação; conceitos e características de um efeito particular da turistificação dos territórios: a urbanização turística; papel e interferências dos agentes produtores dos territórios turísticos; e por fim, a gênese e evolução dos espaços turísticos costeiros.

### **2.1 A Apropriação dos Territórios pelo Turismo: considerações sobre o processo de turistificação**

O entendimento do turismo como um importante produtor e consumidor do espaço geográfico e (re)ordenador de territórios da atualidade, pressupõe primeiramente identificar e compreender algumas particularidades intrínsecas à atividade turística.

---

<sup>28</sup> Toma-se como referencial Alves (2007), para quem o termo território teve uma evolução semântica que lhe confere hoje um significado polissêmico que varia de acordo com as diferentes disciplinas e profissionais que intervêm no seu planejamento e ordenamento. Segundo este autor, na evolução da abordagem ao território assistiu-se a uma progressiva substituição do termo espaço pelo termo território na bibliografia sobre questões regionais e urbanas e nas ciências que se ocupam da organização do território, sendo também cada vez mais freqüente a utilização simultânea destes dois termos com o mesmo significado. Será, pois, esta a perspectiva adotada na presente dissertação. Ou seja, para efeitos deste estudo, espaço e território são entendidos como sinônimos.

Segundo Beni (2002), são várias as características inerentes ao produto turístico<sup>29</sup>: ao contrário de qualquer outro bem produzido, o produto turístico deve ser consumido no momento em que é produzido, ou seja, está baseado no fator tempo; é irrecuperável caso não seja usado; não é acumulável; é dinâmico e instável, pelos gostos, preferências e modas; opcional na escala de necessidades do consumidor, o que torna a sua demanda elástica. Contudo, são duas as características que desempenham uma particular e especial relação com o território.

A primeira delas se refere à fixidez dos atrativos turísticos no espaço (BERTONCELLO, 1995; URRY, 1996; BENI, 2002<sup>30</sup>; FONSECA, 2005<sup>31</sup>). Desse modo, presume-se que “da fixidez do produto turístico decorre a necessidade de seu consumo *in situ* e, conseqüentemente, dos deslocamentos espaciais de consumidores-turistas” (CRUZ, 2002, p. 17). Ou seja, ao contrário do que ocorre com os bens de consumo que se deslocam até o consumidor, no turismo é o consumidor (turista) que se desloca até o produto (destino turístico).

A segunda corresponde ao consumo e produção realizados de forma simultânea, característica inerente ao setor de serviços. Segundo Marx (*apud* HARVEY, 2005, p. 49), “o produto está realmente acabado apenas quando está no mercado”. A chegada ao mercado pressupõe o deslocamento do mesmo desde a fábrica até o consumidor final e isto leva tempo. Entre a produção de um bem na fábrica, até o consumo do mesmo na residência (por exemplo), há o tempo do deslocamento. Isto é uma regra... exceto para o produto turístico, cuja produção e consumo realizam-se simultaneamente (BENI, 2002). Assim, o consumidor-turista, para usufruir do “produto” desejado (ou seja, a experiência turística) necessita se deslocar até o local de consumo (a destinação turística), que também é, concomitantemente, o local de produção.

---

<sup>29</sup> Para fins desse estudo, adota-se a definição de produto turístico proposta por Fonseca (2005, p. 39): “o produto turístico é composto por um conjunto de elementos ou produtos específicos que engloba os meios de hospedagens, os serviços de restauração, os equipamentos turísticos, os serviços de apoio (segurança, saúde, etc.), a infra-estrutura urbana e viária, os meios de transportes, a qualidade do meio ambiente, etc.”.

<sup>30</sup> O produto turístico não pode ser transportado nem transferido (BENI, 2002).

<sup>31</sup> “A fixidez no espaço faz com que tanto a produção quanto o consumo turístico ocorram no mesmo lugar, dotando o produto turístico de singularidade. O consumidor se desloca, o produto não. Em geral, nas demais atividades, o consumo do produto independe do local da produção e das características que o local assume” (FONSECA, 2005, p. 39).

Dessas duas particularidades da atividade turística, infere-se que a influência do turismo sobre o território não se dá apenas pela vertente da produção, mas também pelo consumo, “ambos fechados sobre a mesma área” (CASANOVA, 1991, p. 35), implicando em conseqüências nas dinâmicas locais dos territórios de domínio turístico. Há que se considerar que o deslocamento do turista até o local de produção e consumo ocasiona transformações na dinâmica local, sejam através das transformações impostas na configuração territorial (devido à dotação de infra-estrutura no lugar, tais como equipamentos hoteleiros, de restauração, estruturas de acesso, de saneamento, entre outras), sejam através das relações travadas entre turistas e residentes. Ademais, para além dos espaços receptores, tais deslocamentos implicam a existência de uma série de efeitos territoriais de diversa natureza, tanto nas áreas geográficas de trânsito como nas de emissão (IVARS *apud* SILVA, 2006; CRUZ, 2002; RODRIGUES, 1996, 1997).

Contudo, embora o turismo possua incidências territoriais nas áreas de dispersão de turistas (zonas emissoras), nas áreas de deslocamento (zonas de trânsito) e nas de atração (zonas receptoras), são estas últimas que compõem o território turístico por excelência (RODRIGUES, 1996). Isto porque é precisamente na zona receptora que se torna mais clara e evidente a incidência territorial da atividade, sendo uma área onde o fenômeno turístico se manifesta territorialmente, estabelecendo-se com toda a materialidade das suas relações e interações (RODRIGUES, 1997).

Assim, é justamente diante da fixidez do produto turístico e da conseqüente necessidade de deslocamento do consumidor-turista até o local da prática turística, que se pode pensar no turismo como uma atividade que se relaciona fortemente com o território<sup>32</sup>. É por este motivo que, segundo Nicolas (1996, p. 40), o turismo é “*una de las prácticas sociales más genuinamente territoriales, comparativamente con otras*”.

O que se poderia classificar como o efeito territorial mais marcante do turismo é justamente a modificação que a atividade impõe sobre o território, ou seja, sua turistificação. Contudo, é prudente considerar que o território não pode ser estudado como se os objetos materiais que o formam trouxessem neles mesmos sua própria explicação, pois isto seria ignorar os processos que atuaram na formação do mesmo (SANTOS, 2004b). Isto significa que as relações que estão no âmago da turistificação

---

<sup>32</sup> O turismo, “*en el desplazamiento como en la estancia, es la expresión de cierta relación al territorio y sólo puede entenderse a través del análisis de éste*” (KNAFOU *apud* NICOLAS, 1996, p. 48).

de um território são bem menos evidentes do que a percepção visual pode alcançar. Logo, há uma necessidade de se proceder a uma reflexão mais minuciosa, de modo que cumpra questionar: o que significa exatamente a turistificação do território? Como, por quê e em que momento ocorre? Quem está envolvido e quais suas conseqüências?

Investigar sobre a turistificação dos territórios é útil e necessário, sobretudo, por dois motivos principais:

1. Primeiramente, por ser constituído por atividades fortemente consumidoras de território e que, simultaneamente, induzem efeitos multiplicadores significativos, o turismo tem demonstrado ser um importante fator de transformação das paisagens e, num sentido mais alargado, do território (GONÇALVES, 1996; VAQUERO, 1998; CASANOVA, 1991). Compreender como um território se turistifica pode ajudar a inserir a atividade de forma adequada e de uma maneira que se possa canalizar todo o potencial positivo da atividade para a melhoria da qualidade de vida da população que reside no núcleo receptor;
2. Em segundo lugar porque, nos dias de hoje, é imperativo que a atividade se desenvolva de forma sustentável (KRIPPENDORF, 2003; SWARBROOKE, 2000). O paradigma do desenvolvimento sustentável, que tomou conta de praticamente todos os setores da economia, também se instaurou no segmento do turismo, de modo que este se tornou um dos grandes (se não o maior e mais nobre) objetivos da atividade (SWARBROOKE, 2000). No entanto, também é fato que a sustentabilidade não é obra do acaso, e sim fruto do planejamento (INSKEEP, 1991; PARTIDÁRIO, 1999). Assim, é preciso, antes de tudo, conhecer a realidade com a qual se está trabalhando e, neste sentido, entender como se turistifica um território não é apenas útil, mas sim fundamental para o processo de planejamento do território (e conseqüentemente para a sustentabilidade da atividade e do próprio território).

Contudo, entender como surge um território turístico não é tarefa simples. Primeiro porque o turismo é uma atividade complexa (MCKERCHER, 1999). Em segundo lugar, porque o território não é estático, está sempre em mutação, de modo que acaba por ser um produto histórico, resultado da acumulação dos tempos (SANTOS, 2004a). Como observa Barros (1998), os territórios com função turística se vão modificando pelo

recebimento de infra-estruturas, pelas mudanças nos arranjos dos elementos paisagísticos, pelas alterações nos estilos de vida e perfis da demanda. Além disso, porque são várias as atividades econômicas que incidem num território, sendo o turismo apenas uma delas.

A complexidade torna-se ainda maior na medida em que se toma ciência de que tais características podem combinar-se entre si de modo que, influenciadas por variáveis externas (que nem sempre são previsíveis e muito menos controláveis), existe a possibilidade de ocorrerem vários cenários que vão desde a criação de uma economia [através da concepção de uma cadeia de valor onde esta antes não existia, como é o caso de alguns Estados Insulares que, carentes de recursos naturais, encontram no turismo a única opção possível (PIGRAM, 1999)], passando pela criação de espaços físicos (como é o caso das ilhas artificiais em Dubai) ou mesmo pelo colapso dos territórios (como é o caso das Ilhas Galápagos). Nessa perspectiva, o turismo (seja enquanto atividade econômica, seja enquanto fenômeno social) tem a capacidade de moldar, transformar ou destruir a fisionomia dos territórios<sup>33</sup>.

Segundo Cara (1996, p. 86),

*(...) desde un punto de vista territorial, el turismo es gran consumidor de espacios, pero es además productor y transformador de primera magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de territorio, es decir, utilizador no solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre ese territorio organizado y con sentido que impacta.*

Fica claro, portanto, que o principal objeto de consumo do turismo é o território<sup>34</sup>. Com efeito, enquanto Barros (1998, p. 34), defende que “o turismo é um consumidor de paisagens e territórios por excelência”; Cruz (2002) e Santana & Azevedo (2005) acrescentam que trata-se da única das atividades econômicas modernas que atua

---

<sup>33</sup> “A atividade turística causa alterações ora mais ora menos severas no uso do solo e, portanto pode abrir profundas marcas na morfologia das paisagens. Por vezes estas alterações trazidas pela função turística apagam as marcas dos usos anteriores, e aquelas que foram paisagens naturais ou rurais vivas se tornam paleopaisagens” (BARROS, 1998 p. 34).

<sup>34</sup> Nessa perspectiva, vale ressaltar Brito Henriques (1996, p. 15) quando reconhece que a atividade turística gera os seus próprios lugares. Para o autor, “o turismo não se limita a produzir utilizações originais do espaço ou a modificar as relações entre os territórios, por via da alteração dos fluxos que ligam os diversos pontos da superfície terrestre. Mais do que isso, entendemos que o turismo se concretiza geograficamente na formação de novos territórios, com contornos, composição e significado específicos e diversos dos que caracterizam as espacialidades produzidas pela vida quotidiana”.

consumindo o território<sup>35</sup>. Isto porque os recursos dos quais a atividade turística se vale estão no próprio território (LÓPEZ, 2002).

Gonçalves (1996), por exemplo, aponta que na base da configuração de um espaço turístico encontra-se todo um patrimônio turisticamente apropriável e consubstanciado nos recursos naturais, culturais, artísticos, históricos ou tecnológicos que são usados para atrair os turistas e motivar as suas deslocações. Lanquar (1977), Gouldner & Mackintosh (1986) e Gunn (1994) (*apud* GONÇALVES, 1996) sugerem que um destino turístico (um território turístico) resulta do cruzamento entre os recursos turísticos, as atividades recreativas e de animação, os equipamentos de alojamento e restauração, os acessos, as infra-estruturas e a hospitalidade. Fica evidente, portanto, que o destino turístico resulta da combinação de dois fatores: um recurso turístico e a ação humana.

É o que Beni (2002) chama de oferta turística primária ou original e oferta turística agregada ou derivada. A primeira, de acordo com Defert (*apud* BENI, 2002) varia consoante quatro conjuntos: Hidromo (do grego *hýdor*: água); Fitomo (do grego *phytón*: vegetal, árvore); Litomo (do grego *lithos*: pedra) e Antropomo (do grego *ántrophos*: homem) que constituem a matriz ecológica sobre a qual o turismo se assenta e se desenvolve. Já a segunda, “é composta pelos transportes, pelas diversas formas de alojamento, lazer e recreação, pelos organizadores de viagens e pelas agências de viagens”. O que se percebe, portanto, é que o turismo necessita do território para existir e é neste sentido que Nicolas (1996, p. 49), advoga que “*el turismo es en esencia un consumidor nato de espacio*”.

Mais que meramente um consumidor do espaço, há que se ter em consideração que o turismo é uma invenção humana; logo, o território turístico não surge ao acaso, de forma espontânea. Uma vez que o turismo se origina e predomina no sistema capitalista (BENI, 2002), os territórios são transformados com a finalidade de produzir, vender e consumir serviços e bens que produzem prazer aos visitantes, sejam turistas, excursionistas ou residentes temporais.

---

<sup>35</sup> Embora Nicolas (1989) destaque que não se pode falar numa apropriação definitiva ou consumo consumptivo dos fatores de atração por parte dos visitantes uma vez que os elementos naturais e culturais são utilizados apenas de forma temporária e permanecem ali para novos usos por outros turistas.

O turismo e seus lugares, segundo Brito Henriques (1996), refletem os valores da sociedade em que se inserem, ou seja, a produção do espaço turístico é fortemente influenciada pelo conjunto de valores e ideologias da sociedade em determinado contexto histórico. Assim, como refere Coriolano (2006), a produção de territórios turísticos nunca é inocente e despropositada; há sempre um conjunto de ações, intenções e ideologias que os moldam.

Em suma, “o consumo dos territórios pelo turismo envolve o consumo de um conjunto, indissociável, de bens e serviços que compõem o ‘fazer turístico’, isto é, o ato de praticar turismo e tudo aquilo que essa prática envolve, em termos de objetos e ações” (CRUZ, 2002, p. 09). É neste sentido que se deve ter claro que um novo sistema de objetos implantados pelo turismo não vêm isolado. Consigo, vêm, igualmente, novas funções que acabam por influenciar de forma capital todo o território. E isso, deve-se deixar claro, é aplicável a todas as atividades humanas que se utilizam do território; umas em maiores, outras em menores escalas e proporções.

A situação do turismo é, no entanto, singular e, por isto mesmo, os espaços apropriados pelo turismo devem ser analisados sob uma lógica diferente dos espaços apropriados por outros meios de produção. Isto porque os territórios turísticos, segundo Vera *et al* (1997, p. 199):

*(...) contienen en sus formas y en sus contenidos tanto los ingredientes para la producción como para el consumo. Ésta es, de hecho, una diferencia radical respecto a otros sistemas funcionales. Espacios, además, que deben ser, a su vez, económicamente operativos para sus productores y simbólicamente extraordinarios para sus usuarios.*

A partir de uma ótica geográfica, Rodrigues (1997, p. 129-130) observa grande dinamismo espacial entre turismo e território que pode resultar em basicamente quatro tipos de cenários:

1. Estagnação de certos espaços turísticos que se traduz por poucas alterações. É considerado um fenômeno raro de ocorrer;
2. Deterioração e transformação de tradicionais espaços turísticos que acabam perdendo sua função principal;
3. Produção de espaços, totalmente artificiais, onde a natureza não desempenha nenhum papel, podendo ser recriada;

4. Produção de novos espaços (expressão da globalização) nas áreas naturais mais recônditas do mundo, onde o turismo pode ser reconhecido como verdadeiro processo civilizatório.

Nicolas (1996, p. 49), por exemplo, sublinha que:

*(...) el turismo crea, transforma, e inclusive valoriza diferencialmente espacios que podian no tener 'valor' en el contexto de la lógica de producción: de repente la tierra de pastizal se puede transformar en parque de acampar, o la casa semi-derruida del abuelo fallecido en de huéspedes. Toda la cuestión del patrimonio 'turistificado' se puede analizar bajo esta vertiente.*

É nesta perspectiva que, segundo o autor, se pode falar numa turistificação do território. Para Barros (1998), a turistificação ou turistização das paisagens é entendida como um processo de mudanças precipitado numa paisagem visando adequá-la a se tornar continente de função turística e acontece, via de regra, em condições de não-sincronia entre o ritmo e o volume da exploração dos recursos, por um lado, e a capacidade que o meio oferece de suportar esta exploração por outro. Com efeito, a turistificação induz a transformação física do território (LÓPEZ, 2002); mas não só.

Vera *et al* (1997, p. 18), por exemplo, observam que a turistificação...

*(...) se caracteriza por la extensión de la función turística a todo el territorio, con la superación de los límites estrictos de la parcelación turística tradicional, y por la globalización del territorio a partir de las nuevas dimensiones de la movilidad espacial y de la jerarquización de las funciones urbanas y territoriales.*

Já Almeida (1999, p. 20) considera que os espaços se artificializam, ou se turistificam, no momento em que são destinados a atender às satisfações dos que chegam de fora; pelo que define turistificação como “o processo de apropriação do lugar para e pelo turismo”. O que se infere, portanto, é que o turismo, para que possa acontecer, requer a “criação de um sistema de objetos, que estão relacionados à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe é própria” (CRUZ, 2002, p. 08).

Por fim, Knafou (1996) destaca que os lugares turísticos surgem, *a priori*, a partir de três fontes de turistificação: turistas, mercados e promotores territoriais. Cada um destes agentes, ou até os três em simultâneo, buscam moldar o território aos seus anseios e/ou

necessidades. É destas relações que, segundo o autor, tomam forma e evoluem os territórios turísticos.

Em síntese, o que se extrai da relação entre turismo e território é que o território é composto por formas e suas respectivas funções (que podem ser resultantes da atividade turística) que, juntas, empreendem uma determinada lógica ao seu funcionamento. Essa lógica rege a vida das pessoas e influencia o modo como as mesmas se desenvolvem e se relacionam entre si e com suas atividades cotidianas.

Reduzir a relação entre ambos à inserção de infra-estruturas hoteleiras é ignorar tudo isso; é ignorar que a atividade possui a capacidade de inserir, eliminar e alterar objetos nesses territórios (meios de hospedagem, restaurantes, equipamentos de lazer, etc.), ou mesmo de adicionar, subtrair ou alterar as funções destes objetos, modificando seus significados. Em suma, é não reconhecer que o turismo impõe uma lógica própria de utilização do território, produzindo diversas modificações nas estruturas locais e, por conseguinte, na sociedade.

Assim, para efeitos desta dissertação, o conceito de turistificação está associado à capacidade da atividade em imprimir transformações sociais, culturais, econômicas, políticas, físicas e ambientais no território. Portanto, turistificação, nos termos do presente trabalho, será entendida como o processo de transformação de um determinado espaço em um território turístico e as conseqüentes alterações que este processo impõe na estrutura espacial e na sociedade. Em outras palavras, é a expansão da função turística no espaço e seus conseqüentes rebatimentos nas formas espaciais e na sociedade. Devendo-se considerar, portanto, que a turistificação dos espaços “produz a intensificação de interdependências e a constituição de estruturas sociais de novo tipo” (SANTOS, 1999, p. 10).

É, pois, a partir do momento em que o turismo impõe suas formas e funções que o território se transforma num território turístico, o qual é entendido como um “produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS *apud* CRUZ, 1999, p. 263). Quando estas formas e funções se arranjam no território sob determinadas

circunstâncias, ocorre um resultado particularmente interessante de ser referenciado: a urbanização turística<sup>36</sup>.

## **2.2 A Urbanização Turística como um Efeito da Turistificação**

Considerando-se que o entendimento do conceito de urbanização turística pressupõe a compreensão da dinâmica da urbanização, julga-se necessário traçar algumas considerações introdutórias sobre cidade, urbano e urbanização. Angulo & Dominguez (1991, p. 17) argumentam que tanto os termos “urbano” e “cidade”, como seus derivados “*hacen referencia a un conjunto de circunstancias que permiten calificar a un espacio, a una determinada organización, o a cualquier objeto de análisis*”.

O urbano relaciona-se com a cidade. De acordo com Angulo & Dominguez (1991, p. 17), a noção de urbano está relacionada à de cidade; sendo a cidade considerada pela Geografia como uma fonte de povoamento (SALGUEIRO, 1992). Mas, o que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidades preenche?

Historicamente, as cidades têm se configurado como centros de produção, trocas e governo (GLADSTONE, 1998), sendo que “as primeiras cidades surgiram onde a técnica neolítica e as condições materiais permitiram aos agricultores produzir mais do que aquilo de que necessitavam para consumir” (CASTELLS, 1984, p. 92).

Segundo Mumford (1991, p. 09), não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações, nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas de sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice. Já para Salgueiro (1992, p. 26), a cidade se refere à ocupação de partes do território pela população, tratando-se de...

(...) uma entidade individualizada com certa dimensão e densidade onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades. O conceito inclui a forma de ocupação do território, as actividades económicas desenvolvidas no seu interior, que em larga medida são subsidiárias das regiões tributárias, e o modo de vida dos habitantes, cada um destes vectores adquirindo sentido, principalmente, por comparação e oposição com o mundo rural.

---

<sup>36</sup> “Pode-se dizer que nas áreas em que é mais intensa, a função turística provoca uma forma de urbanização muito peculiar nas suas localizações, morfologias, estruturas prediais, ritmos sazonais de atividade e ambiência cultural” (BARROS, 1998, p. 34).

Muito embora “numa civilização mundial e urbanizada a definição de cidade” perca “relevância em termos absolutos”, Salgueiro (1992, p. 27-28) defende a necessidade em “concretizar os instrumentos de análise que se usam”:

Deste modo, convém hoje distinguir os *lugares urbanos*, aglomerados com certas características funcionais, de dimensão e densidade, alguns dos quais se poderão designar por cidade, da *população urbana* a qual inclui os residentes naqueles lugares, podendo também englobar outros moradores em núcleos mais pequenos ou nas proximidades de uma cidade, cuja actividade, nível e condições de vida permitem equiparar em tudo aos restantes cidadãos, do *urbano* como qualificativo de uma realidade mais ampla que diz respeito às características da formação social na respectiva configuração espacial (SALGUEIRO, 1992, p. 27-28).

No entanto, como aponta Beaujeu-Garnier (1997, p. 03), há uma dificuldade em definir o urbano, “quer em matéria de morfologia, quer de conceptualização”. Afinal, as noções de cidade (urbano) e de campo (rural) que em tempos atrás eram fáceis de distinguir, atualmente já não são mais.

Pacione (2005) considera que se deve pensar na cidade como possuidora de uma estrutura física objetiva e de uma estrutura subjetiva ou cognitiva. Dessa forma, o autor coloca que para se ter um melhor entendimento do conceito de urbano e de sua complexidade, é necessário fazer uma distinção entre o urbano como uma entidade física (lugar urbano) e o urbano como uma qualidade.

Em relação à primeira, o autor apresenta quatro métodos utilizados para identificar um lugar urbano: tamanho da população<sup>37</sup>, base econômica<sup>38</sup>, critério legal-administrativo<sup>39</sup> e definições funcionais<sup>40</sup>. No tocante ao urbano como uma qualidade<sup>41</sup>, Pacione (2005) observa que a cidade pode ser vista de diferentes formas, de acordo com a percepção

---

<sup>37</sup> “Since urban places are generally larger than rural places, at some point along the population-size scale it should be possible to decide when a village becomes a town” (PACIONE, 2005, p.22).

<sup>38</sup> “In India, for example, a settlement must have more than 75 per cent of the adult male population engaged in non-agricultural work to be classified as urban” (PACIONE, 2005, p. 22).

<sup>39</sup> “The majority of towns and cities in the world are defined according to legal or administrative criteria” (PACIONE, 2005, p. 22).

<sup>40</sup> “To address problems such as underbounding (and its converse, overbounding), urban researchers devised ‘functional urban regions’ which reflect the real extent of urban influence” (PACIONE, 2005, p. 22).

<sup>41</sup> “In contrast to definitions of the city as a physical entity, the concept of the urban as a quality is related more to the meaning of urban places and the effect of the urban milieu on people’s lifestyles (and vice versa) (PACIONE, 2005, p. 23).

dos diversos indivíduos<sup>42</sup>. Nesse caso, o urbano torna-se um adjetivo, qualificando o modo de vida característico da cidade.

O espaço urbano, sendo um reflexo da sociedade que nele vive<sup>43</sup>, é caracterizado “pela dinamicidade e pelas transformações existentes no seu interior” (FONSECA & COSTA, 2004, p. 28). O processo de crescimento e expansão do espaço urbano, ou seja, a urbanização é, na opinião de Santos (1989, p. 17), “um fenômeno não apenas recente como também crescente, e isto em escala planetária”. A urbanização industrial emergiu no século XIX, com a manufatura como principal motor econômico das cidades, seguindo pelo Séc. XX até 1970, quando começou o processo de desindustrialização (MULLINS, 2003). Assim, entre os anos de 1875 e 1975, assistiu-se a um aumento da população urbana nos países desenvolvidos, enquanto que nos países subdesenvolvidos, esse aumento só veio a ocorrer entre 1950 e 1975 (BEAUJEU-GARNIER, 1997).

Na literatura de Geografia Urbana, verifica-se uma ampla gama de definições de urbanização, por vezes vagas e difusas. Além dessa multiplicidade conceitual, a complexidade da dinâmica da urbanização tende a tornar difícil a tarefa de conceituar tal fenômeno. Diante dos variados conceitos de urbanização, Fonseca & Costa (2004, p. 26) colocam que alguns autores a consideram como um “processo de concentração da população, considerando tanto o aumento do número de cidades em uma região ou país quanto o tamanho que cada centro urbano apresenta”, enquanto outros afirmam que “a urbanização se caracteriza como o processo de concentrações espaciais de população, tomando como referência os altos níveis de densidade”.

Para Beaujeu-Garnier (1997, p. 16-17), a urbanização pode ser entendida como...

(...) o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em dimensão, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão directa do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, frequentemente, umas e outros.

Seguindo essa mesma lógica, a urbanização, segundo Selva (1988, p. 14), consiste no “processo de crescimento e modernização das cidades que se expressa em importante

---

<sup>42</sup> “We each have our own conception of what a city is and of our local town or city. The same urban space can be seen in different ways by residents, tourists, workers, elderly people, unemployed people, women and children” (PACIONE, 2005, p. 24).

<sup>43</sup> Para Castells (1984, p. 95), o papel da cidade muda, “enquanto expressão espacial de novas formas de relações sociais”.

aumento de fluxos migratórios e concentração de população”. Angulo & Dominguez (1991, p. 22), por sua vez, consideram urbanização como o “*efecto del crecimiento de las ciudades y la difusión de lo urbano por el territorio*”. Em outras palavras, urbanizar significa “fazer urbano”, sendo a urbanização um conjunto de “*transformaciones que van teniendo lugar a lo largo del tiempo y mediante las cuales algo que no lo era adquiere el carácter de urbano*”.

Hall & Stephen (2003) entendem a urbanização como a principal força que contribui para o desenvolvimento das cidades, lugares estes onde as pessoas vivem, trabalham e compram. Desse modo, as cidades funcionam como lugares onde populações e atividades econômicas se concentram, entre as quais atividades ligadas ao turismo, lazer e entretenimento.

Embora em muitas regiões a urbanização seja principalmente um processo de redistribuição espacial, refletida pelo rápido aumento da população que se concentra nas cidades, Angulo & Dominguez (1991) acreditam que apenas as variáveis demográficas não são suficientes para explicar esse fenômeno em toda sua amplitude e diversidade. Os autores afirmam que, em casos como esses, seria mais correto denominar o fenômeno de “urbanização da população”. Para que uma região seja, de fato, considerada urbanizada, é primordial que tal fenômeno alcance plenamente as formas de vida e a organização da maior parte do território.

Sposito (*apud* FONSECA & COSTA, 2004, p. 26) assinala que estudiosos das “áreas mais aplicadas do conhecimento” entendem a urbanização como “o processo de implementação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, importantes e fundamentais para a vida nas cidades, estando mais voltado para o espaço construído”. Nesse sentido, Angulo & Dominguez (1991) consideram que a urbanização pode estar associada tanto ao processo de transformação de uma região, quanto à tarefa de urbanizar uma porção reduzida do espaço. Urbanizar, nesse caso, significa também dotar o espaço de infra-estrutura.

Levando em consideração a complexidade do fenômeno urbano, entende-se, tal como Angulo & Dominguez (1991, p. 23), que “*los procesos de urbanización serán la consecuencia de un enorme número de factores de muy diversa naturaleza, y los cambios producidos afectarán a los más variados elementos de las regiones en que se*

*produzcan*”. No entanto, cabe destacar que nem sempre este processo ocorrerá da mesma maneira em todos os tipos de espaços. As causas, as conseqüências e a evolução se diferenciarão de acordo com as especificidades locais; com os tipos de atividades praticadas; com as influências que o lugar sofre; com as inter-relações travadas com outros locais e com a própria região na qual se insere, etc.

Quanto à gênese da urbanização, pode-se afirmar que esta se encontra relacionada à existência de focos de atração de atividades econômicas e de postos de trabalho (ANGULO & DOMINGUEZ, 1991). Os autores afirmam que a partir do momento em que há a possibilidade do homem se organizar no espaço formando assentamentos estáveis, começam a aflorar inevitavelmente os agrupamentos como uma conseqüência das vantagens econômicas.

Assim, verifica-se a existência de uma estreita relação entre a urbanização e o crescimento econômico. Este último desempenha um papel significativo na medida em que traz consigo a esperança de prosperidade e enriquecimento (refletidas nas oportunidades de se empreender negócios e na disponibilidade de postos de trabalho para as grandes massas), incidindo diretamente numa maior procura por esses espaços em expansão. Dessa forma, uma das características mais evidentes da urbanização consiste no aumento da concentração populacional que vive nos centros urbanos, resultado de correntes migratórias campo-cidade, cidade-cidade, e também do crescimento vegetativo da própria cidade.

Para fins desse estudo, entende-se que a urbanização, muito além do que a simples dotação de infra-estrutura no espaço ou do que o crescimento populacional, consiste em um fenômeno de maior amplitude, complexidade e dinamicidade. Corresponde às transformações e expansão do espaço urbano, resultados da conjugação de diversos fatores (que se mesclam e se confundem como causa ou conseqüência), entre eles: concentração populacional, mudança nos modos de vida da população, globalização, modernização, crescimento e diversificação da base econômica, implementação de infra-estrutura e especificidades locais.

O espaço urbano é, pois, o palco do desenvolvimento de atividades econômicas e de práticas sociais. É nesse sentido que se pode afirmar que a atividade turística, indubitavelmente, possui uma estreita relação com esse espaço, afinal, o turismo é, “na

sua essência, um fenômeno eminentemente urbano, produto de urbanitas que circulam entre espaços também eles, em maior ou menor grau, urbanizados” (BRITO HENRIQUES, 2003, p. 163).

Para Brito Henriques (2003, p. 163), as relações entre o turismo e a urbanização podem ser vistas por duas perspectivas: I) a urbanização gera turismo e II) o turismo induz a urbanização. A primeira se refere ao fato de que o grau de urbanização se constitui em variável determinante na geração da procura turística<sup>44</sup>. Em resumo, as cidades atuam como importantes emissoras de turistas<sup>45</sup>. A segunda perspectiva diz respeito ao surgimento de novas formas de urbanismo associadas aos territórios turísticos (BRITO HENRIQUES, 2003)<sup>46</sup>, ou seja, o turismo como motor de desenvolvimento urbano, foco da presente discussão.

Cruz (2002), se referindo às relações entre turismo e urbanização, observa a existência de três situações distintas do ponto de vista espacial: I) o urbano antecede a emergência do turismo; II) o processo de urbanização é, simultaneamente, o processo de urbanização turística do lugar; III) a urbanização pode ser posterior ao surgimento do turismo e decorrente dele.

A primeira situação é observada na maior parte das destinações turísticas do mundo, “o que se deve ao fato de o fenômeno da urbanização ser muito anterior ao advento do turismo” (CRUZ, 2002, p. 25). No tocante à segunda situação, a autora (2002, p. 26) nota que se trata do caso “em que a simbiose entre turismo e fenômeno urbano se manifesta da forma mais evidente”, citando como exemplos os destinos turísticos criados a partir de projetos urbano-turísticos planejados, tais como Cancún (México) e Las Vegas (EUA). Em relação à terceira, Cruz (2002, p. 26) lembra que são “casos de

---

<sup>44</sup> “Todas as análises sociográficas são concordantes em demonstrar que a urbanização continua a ser variável determinante na geração da procura turística, apesar da democratização que o turismo teve nos últimos decênios. Os dados conhecidos revelam que a propensão para a realização de turismo, medida a partir da taxa de partida para férias, varia não apenas em função de factores socioeconómicos e demográficos, como os níveis de rendimento da população, a categoria socioprofissional e a idade, mas também do tipo de habitat e da dimensão do lugar de residência” (BRITO HENRIQUES, 2003, p. 163).

<sup>45</sup> Como um exemplo, Brito Henriques (2003, p. 163) cita o estudo da Direcção Geral de Turismo de Portugal “Inquérito às Férias dos Portugueses”, cujos resultados indicam que “a taxa de gozo de férias tende a aumentar com a concentração populacional, o que, noutros termos, significa dizer com a dimensão urbana”.

<sup>46</sup> “O mesmo século XIX que assistiu ao surgimento do turismo moderno, ao aparecimento das primeiras agências de viagem, das primeiras excursões organizadas e dos primeiros cruzeiros, veria também desenvolverem-se novas formas de urbanismo associadas aos lugares de destino então mais em voga, sobretudo praias e termas” (BRITO HENRIQUES, 2003, p. 163-164).

povoados que surgem como destinos turísticos ‘selvagens’ e que, com o aumento dos fluxos turísticos, são submetidos a um acelerado processo de urbanização para o turismo, em geral caótico, porque não planejado”.

Quaisquer que sejam as situações descritas, é fato que a urbanização resultante do desenvolvimento da atividade turística no território configura-se como uma forma *sui generis* de urbanização (MULLINS, 1991, 2003; LOPES JUNIOR, 1997, 2000b; GLADSTONE, 1998; ANTON CLAVÉ, 1998; LUCHIARI, 1999, 2000; MASCARENHAS, 2004), a qual se contrapõe à urbanização hegemônica dos séculos XIX e XX baseada na produção, já não se sustentando no trabalho e na produção, “mas sim no lazer e no consumo” (BRITO HENRIQUES, 2003, p. 164). Enquanto que a urbanização industrial é acompanhada pela construção de fábricas, canais e linhas de comboios, a urbanização turística é suportada por toda uma infra-estrutura voltada para o consumo, sendo hotéis, cassinos, parques temáticos e condomínios alguns exemplos dessa nova estrutura (MULLINS, 2003).

Esse novo modelo de urbanização, “mais consentâneo com os valores da pós-modernidade” (BRITO HENRIQUES, 2003, p. 164), convencionalmente denominado “urbanização turística”, corresponde aos processos de produção de áreas urbanas com a finalidade principal de produzir, vender e consumir bens e serviços voltados para o prazer de visitantes (MULLINS, 1991; ANTON CLAVÉ, 1998). A bem dizer, trata-se atualmente de um dos mais significativos motores do crescimento urbano (MASCARENHAS, 2004).

Considerando que foi somente nesse último século que a expansão territorial do turismo assumiu grandes proporções, pode-se afirmar que a urbanização turística é um fenômeno novo<sup>47</sup>, pois, segundo Mullins (2003), apenas evoluiu na segunda metade do século XX. Assim, o conceito de urbanização turística surgiu nos últimos anos justamente para expressar uma nova forma oriunda da relação entre o desenvolvimento da atividade turística e a emergência de novas paisagens urbanas no final do século XX (LOPES JUNIOR, 1997); o que leva à afirmativa de que a epistemologia da urbanização turística ainda é recente, tendo sido pouco discutida nas últimas décadas (MULLINS, 1991; MASCARENHAS, 2004).

---

<sup>47</sup> Brito Henriques (2003, p. 164) defende que a urbanização turística constitui um “aspecto essencial do urbanismo contemporâneo, pós-industrial e pós-moderno”.

No início da década de 90, Mullins (1991) foi o pioneiro no uso do termo *tourism urbanization*<sup>48</sup> em um artigo no qual se propunha a discutir as suas bases conceituais a partir de uma análise empírica da urbanização de duas cidades australianas voltadas para a atividade turística (Gold Coast e Sunshine Coast<sup>49</sup>). Partindo da constatação da “existência de formas específicas de produção do espaço urbano, engendradas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local” (MULLINS *apud* MASCARENHAS, 2004, p. 03) e considerando que a urbanização turística significa uma forma de urbanização centrada na venda e no consumo de prazer, Mullins (1991) realizou uma análise comparativa entre as regiões turísticas Gold Coast, Sunshine Coast e outras onze cidades australianas, como Sydney, Melbourne, Brisbane e Adelaide.

Ao comparar os dados coletados (tais como setores da economia urbana, taxas de crescimento demográfico e de crescimento da força de trabalho, de emprego e subemprego), Mullins (1991, p. 332) constatou que as Gold Coast e Sunshine Coast se diferenciavam das demais: “*as cities devoted to the consumption of pleasure, the Gold Coast and the Sunshine Coast are not only socially different from other Australian cities, they are also spatially different*”.

Portanto, levando em consideração a acelerada expansão na Europa e nos Estados Unidos desse tipo diferenciado de urbanização e, em contrapartida, a baixa produção de estudos empíricos e teóricos sobre o tema<sup>50</sup>, Mullins (1991, p. 331) tentou contribuir para o estudo da urbanização turística através da sugestão de um *framework* conceitual para a análise do fenômeno, contendo sete componentes inter-relacionados. Sendo assim, o autor afirma que a urbanização turística consiste em uma urbanização...

(1) *spatially different because it is socially different*; (2) *symbolically distinctive, with the urban symbols acting as lures to tourists*; (3) *distinguished by rapid population and labour force growth (...)*; (4) *distinguished by a flexible system of production because it is part of postfordism*; (5) *distinguished by a form of state intervention which is 'boosterist' in style (...)*; (6) *distinguished by both a mass and customized*

---

<sup>48</sup> “*In contrast, tourism urbanization is part of an emergent, globally oriented, postindustrial aged whereby cities and towns are built or redeveloped exclusively for tourists, meaning that their economies, politics, residential life, and built environments are different.*” (MULLINS, 2003, p.127-128).

<sup>49</sup> “*They are cities built for the consumption of pleasure – a focus which gives them a distinctive ecology, one evoking powerful images of pleasure – and this acts as a lure to tourists*” (MULLINS, 1991, p. 340).

<sup>50</sup> “*Few empirical studies have been completed, and conceptual and theoretical works seem non-existent, with the absence of appropriate concepts posing the greatest difficulties – especially for empirical research*” (MULLINS, 1991, p. 326).

*consumption of pleasure; and (7) distinguished by a resident population which is socially distinctive, because this urbanization is socially different.*

Para o autor, os três primeiros componentes destinam-se à descrição do processo, enquanto que os quatro restantes são relevantes à contribuição teórica, visto que são capazes de identificar as principais forças sociais envolvidas nesse tipo de urbanização (MULLINS, 1991). Nesse sentido, Mullins (2003) cita exemplos de lugares onde a urbanização turística é evidente: na costa do mar Mediterrâneo, no Golfo da Tailândia, em estâncias costeiras da América Latina (sendo Cancun um exemplo<sup>51</sup>) e em áreas dos Estados Unidos da América, como a costa da Flórida. Também Gladstone (1998) verificou que centros urbanos norte-americanos como Las Vegas, Atlantic City e Orlando são influenciados por esse processo.

Para Mullins (1991), as cidades turísticas, como exemplos de cidades pós-modernas<sup>52</sup>, representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, a bem dizer, a urbanização turística. São aquelas cidades...

*(...) built solely for consumption.(...). They are cities providing a great range of consumption opportunities, with the consumers being resort tourists, people who move into these centers to reside for a short time – a few days or a few weeks – in order to consume some of the great range of goods and services on offer. This consumption is for fun, pleasure, relaxation, recreation etc., and is not a consumption of basic needs in the way of housing, health care, education and so on (MULLINS, 1991, p. 332).*

Enquanto que as aglomerações urbanas, digam-se tradicionais, surgiram e se desenvolveram em virtude do excedente agrícola, do comércio e, posteriormente, da indústria, as cidades turísticas surgem ou se desenvolvem em função do consumo, especialmente o consumo de bens e serviços relacionados ao lazer, diversão, prazer (MASCARENHAS, 2004) e associados à prática turística: balnear, de montanha, desportiva, etc. Tais cidades, conforme aponta Luchiari (2000), chegam a redefinir sua vida econômica em função da atividade turística, reorganizando-se de forma a produzir paisagens atrativas para o lazer e consumo. Assim, Anton Clavé (1998) afirma que a funcionalidade, o *habitat* e a dinâmica dessas cidades tendem a ser diferentes às de outras formas de povoamento.

---

<sup>51</sup> Igualmente, Costa *et al* (2002) mencionam Cancun como um exemplo de cidade construída pelo turismo. Situada na península de Yucatán no México, em um período de duas décadas, uma praia periférica transformou-se no segundo maior ponto de influência do turismo global, apenas depois da *Disney World*.

<sup>52</sup> As cidades pós-modernas têm sido descritas, em termos sociais e econômicos, como aquelas em que a tradicional manufatura entrou em colapso ou em que nunca tenha existido (GLADSTONE, 1998).

Utilizando como base teórica o trabalho de Mullins (1991), Gladstone (1998) realizou uma análise comparativa entre cidades dos Estados Unidos que tiveram seu crescimento também impulsionado pela atividade turística, como Las Vegas, Orlando e Atlantic City. Como resultados, Gladstone (1998) verificou que algumas características identificadas por Mullins (1991) para a realidade australiana não correspondem totalmente à realidade das cidades norte-americanas influenciadas pelo turismo.

Mascarenhas (2004) também buscou contribuir para as investigações desse fenômeno<sup>53</sup>. Com a intenção de aprimorar o conceito de urbanização turística proposto por Mullins (1991), buscando adequar sua aplicabilidade ao caso brasileiro, Mascarenhas (2004) empreendeu uma análise comparativa de um heterogêneo conjunto de pequenas cidades do Estado de Rio de Janeiro (Brasil), tendo se deparado com quatro características específicas da urbanização turística que, de certa forma, corroboram com as sugeridas por Mullins (1991).

Associando a urbanização turística ao processo de produção da cidade turística, Mascarenhas (2004, p. 04) observou, à semelhança de Mullins (1991), a prevalência do consumo sobre as atividades produtivas das cidades turísticas. Tal fato ocorre porque os turistas (membros das elites e camadas médias das metrópoles) elegem as cidades turísticas como locais para a realização de seus desejos, “convertendo-as em aglomerações sazonais de serviços e artigos de prazer, voltados para uma clientela externa”.

A segunda característica se refere ao ritmo dos crescimentos demográfico e econômico dessas cidades que tendem “a ultrapassar as taxas médias regionais e nacional, como reflexo da expansão recente das práticas turísticas” (MASCARENHAS, 2004, p. 04)<sup>54</sup>. A terceira está relacionada à “tônica dominante das cidades turísticas” que consiste na ocorrência de fatores de exclusão social, como subemprego, precarização dos contratos, baixo índice de sindicalização e baixa remuneração, apesar do dinamismo econômico (maior do que a média) das cidades turísticas. Ambas as características foram identificadas por Mullins (1991) em Sunshine Coast e Gold Coast.

---

<sup>53</sup> “Sem dúvida, estamos diante de um fenômeno novo, de largo alcance e de grande impacto na produção e dinâmica do espaço urbano, a merecer investigações empíricas e reflexões teóricas” (MASCARENHAS, 2004, p. 03).

<sup>54</sup> No Estado do Rio de Janeiro, Mascarenhas (2004) observa que foram as cidades turísticas que tiveram os maiores índices de crescimento demográfico.

Luchiari (2000) também identifica características marcantes que distinguem a urbanização turística da tradicional urbanização das cidades industriais, embora ressalte a unicidade dos lugares e o fato de que eles assimilam tais características de maneira diferenciada. A autora lembra que nas cidades turísticas há uma maior importância do consumo em detrimento da produção (o que não necessariamente significa que não haja produção) e uma maior concentração da mão-de-obra ligada ao setor de serviços (no caso, voltada para atender a uma clientela externa).

Observa ainda que esse processo de urbanização ocasiona uma revalorização do uso do solo urbano, o que acentua a especulação imobiliária e o processo de segregação espacial. Além disso, devido ao fato de que a destinação turística busca atender às necessidades de lazer e entretenimento dos turistas, proliferam-se no espaço novos lugares voltados para o consumo e lazer, reconhecidos mundialmente pelas suas características, tais como centros comerciais (*shopping centers*), redes de *fast food*, bares, danceterias, entre outros. Há, portanto, a inserção de um novo sistema de objetos, como novos *status* (LUCHIARI, 2000).

Outra característica da urbanização turística é a promoção da ascensão de pequenos capitais, favorecendo a formação de uma nova elite local (MULLINS, 1994; LUCHIARI, 2000). Mullins (1994) verificou que, com a urbanização turística de Gold Coast, houve a regeneração da classe *petite bourgeoisie*<sup>55</sup> e sua forte atuação no desenvolvimento da cidade. De igual modo, em relação à composição e dinâmica do tecido social nas cidades turísticas do interior do Rio de Janeiro, Mascarenhas (2004, p. 04) destaca que “as camadas médias (artesãos, donos de pousadas, restaurantes, lojas e bares) se apresentam como numericamente expressivas e atuantes”, liderando o debate político local. Esses novos segmentos sociais passaram a construir efetivamente as cidades turísticas.

Diante das discussões ora realizadas, pode-se afirmar que da funcionalização turística do território resulta a criação de estruturas urbanas de características singulares e este é provavelmente o aspecto que mais chama a atenção no processo de urbanização

---

<sup>55</sup> Segundo Mullins (1994): “(...) a small class today, but one originating in pre-capitalist times and experiencing a dramatic decline over the course of this century, largely through contractions in family farming following changes to primary production” (MULLINS, 1994, p. 591). “The petite bourgeoisie comprises independent commodity producers: people who use their own limited capital to buy or establish an enterprise, then apply their own labour to produce goods and services” (MULLINS, 1994, p. 593).

turística. Com efeito, se o turismo surge justamente como uma prática capaz de proporcionar sensações de bem-estar e prazer a quem o pratica; a destinação turística, por sua vez, tem como papel oferecer todo o aparato necessário ao turista-consumidor: uma gama de equipamentos destinados ao lazer, ao entretenimento e ao consumo supérfluo.

Assim, conforme observa Anton Clavé (1998, p. 27), diferentemente de cidades desenvolvidas em séculos atrás, “*la urbanización de las ciudades turísticas tiende a dar respuesta – teóricamente – a la necesidad de satisfacer la voluntad de consumo superfluo de las personas – el ocio – en lugar de sus necesidades de consumo colectivo*”. É de se esperar, por conseguinte, que as dinâmicas de uma cidade eminentemente turística tendam a se diferenciar das outras cidades. Nesse sentido, Fonseca & Costa (2004, p. 27) também ressaltam que se a “urbanização turística está vinculada ao lazer”, ela é, portanto, “de natureza diferenciada”; apesar das autoras verificarem que há “alguns processos espaciais bastante similares”.

A partir dessas observações, pode-se entender a urbanização turística como um processo complexo e contínuo de expansão e crescimento do espaço urbano, que tem na atividade turística sua força motora. Um processo que ocasiona transformações espaciais e dinâmicas diferenciadas das que o processo de urbanização industrial induz no espaço, justamente em virtude da natureza diferenciada do turismo e sua estreita associação com o lazer.

Contudo, não se pode olvidar que o processo de urbanização ocorra consoante ações e intenções (SANTOS, 2004a). Assim, o espaço urbano é produto de ações de âmbito e natureza diferentes, em que o Estado, os proprietários do solo, os construtores, os grupos financeiros e os residentes desempenham diversos papéis, cada um dentro da margem de manobra que a sociedade, em cada momento, através dos seus órgãos e legislação, lhe concede (SALGUEIRO, 1992). Os territórios turísticos também possuem seus agentes produtores, sendo necessário, pois, refletir sobre o papel de cada um destes agentes.

## 2.3 Os Agentes Produtores dos Territórios Turísticos

Considerando que o território é organizado com base nas atividades econômicas e que o turismo também é uma atividade econômica, atenta-se para a interferência da atividade turística na organização e na configuração dos territórios. Por sua vez, a espacialização da função turística e a forma como esta se desenvolve são um reflexo das ações de diferentes atores sociais.

Entre os agentes que interferem na configuração territorial e na espacialização dos lugares turísticos estão: poder público/Estado, produtores imobiliários, empresários do setor turístico, turistas e comunidade residente (KNAFOU, 1996; FONSECA & COSTA, 2004; FONTELES, 2004; FONSECA, 2005; LIMA, 2006). Apesar das ações desses agentes serem abordadas separadamente, deve-se ressaltar que tais ações se dão de forma inter-relacionada. A ação de determinado agente ou ator está, via de regra, condicionada às ações desenvolvidas pelos outros atores. Por exemplo, a edificação de determinadas áreas por agentes imobiliários está estreitamente associada com o papel do poder público em definir os sítios onde estas urbanizações poderão ocorrer. Além disso, deve-se ressaltar que a capacidade de intervenção de cada agente não se explica necessariamente em função do espaço turístico, já que pode responder a dinâmicas externas, que vão desde a escala local à internacional (VERA et al, 1997).

A relevância do poder público como agente produtor do espaço turístico consiste no fato de suas ações serem capazes de definir a concepção da forma de produção desse espaço (FONSECA & COSTA, 2004). Trata-se de um dos mais importantes atores no processo de desenvolvimento do turismo porque, via de regra, é quem fornece as condições, planeja, define as políticas e as linhas gerais através das quais o turismo irá se desenvolver.

Pearce (1989) considera que o setor público está envolvido na atividade turística, seja direta ou indiretamente, devido a fatores de ordem econômica (diversificação da economia, geração de empregos, equilíbrio da balança de pagamentos, etc.), social/cultural (considera os benefícios sociais oriundos do desenvolvimento da atividade turística) e de ordem ambiental (que consiste na responsabilidade de salvaguardar o ambiente).

O poder público, para Harvey (1980), pode atuar como gestor de infra-estrutura, como promotor imobiliário, e ainda, como mediador de conflitos que possam surgir entre os agentes. Nesse sentido, Fonseca & Costa (2004, p. 29) observam que como um promotor imobiliário, o poder público atua em parceria com outros agentes atendendo aos interesses de ambos, sendo portanto o...

(...) principal responsável e estimulador dos lucros dos produtores imobiliários através da implantação de infra-estrutura, de acessibilidade, melhorias viárias, serviços coletivos etc., em locais onde os promotores necessitam implantar os seus empreendimentos, o que vai gerar uma valorização da área e se refletir no aumento do lucro desses últimos, mostrando claramente a vinculação entre o Estado e esses agentes sociais.

Beni (2001, p. 179), por sua vez, enfatiza que a função do Estado, representado pelas instituições públicas de turismo é a “determinação de prioridades, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos”. Defende, ainda, que o governo deve dar as diretrizes, bem como, prover as facilidades (BENI, 2001). Assim, Cruz (2002) ressalta que cabe às políticas públicas de turismo o estabelecimento de metas e diretrizes para a orientação do desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que se refere à esfera pública como no que tange à iniciativa privada.

Com essa perspectiva, Endres (2003, p. 220) defende que a implementação das políticas de turismo apenas torna-se viável “através da atuação conjunta de órgãos governamentais, empresários, associações e comunidade, por meio de instrumentos baseados em novas propostas de modernização do Estado, que envolvem a participação e conjunção dos vários atores sociais”. Resumindo a importância das políticas de turismo para o ordenamento dos territórios turísticos e para o efetivo desenvolvimento da atividade, Cruz (2002, p. 09) enfatiza que “na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares”.

Os empresários do setor turístico, por sua vez, tratam-se de importantes agentes produtores dos territórios turísticos, “na medida em que se organizam para propor e cobrar melhorias para a área” (FONSECA & COSTA, 2004, p. 30). Usando como exemplo a cidade de Natal (capital do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil), Fonseca & Costa (2004) observam que os empresários do segmento turístico, com o argumento de que o turismo tem importância estratégica na geração de empregos e na dinamização de outros segmentos da economia local, têm conseguido sensibilizar o poder público para a necessidade de investimentos nas localidades onde se encontram seus

empreendimentos turísticos e promover melhorias dos serviços urbanos. Dessa forma, esses empresários “conseguem promover certos benefícios para a área, minimizando os problemas advindos com a precariedade dos equipamentos e serviços urbanos e que são incompatíveis com o desenvolvimento satisfatório do turismo” (FONSECA & COSTA, 2004, p. 30).

Os agentes do setor imobiliário produzem e fazem circular no mercado os bens imóveis, atuando como promotores, construtores, corretores e financiadores imobiliários (FONSECA & COSTA, 2004). Pode-se dizer, portanto, que o setor imobiliário interfere de forma direta na configuração dos territórios, tornando-os turísticos e transformando-os em mercadorias competitivas. Com essa perspectiva, afirma Carlos (1999, p. 175):

O processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, se submete cada vez mais ao jogo do mercado imobiliário – na medida em que há novas estratégias para a acumulação que se realiza por meio de empreendedores imobiliários – e das políticas estratégicas do Estado.

Para Lima (2006, p. 69) os empresários do setor imobiliário constituem-se em um dos segmentos que mais foram impulsionados pela expansão do turismo, já que a produção dos espaços turísticos, especificamente o processo de urbanização turística, “desencadeia um intenso processo de produção imobiliária e de valorização fundiária”.

Em relação aos turistas, a representação mais lúcida e direta sobre a sua relevância para a produção dos territórios turísticos é dada por Knafou (1996, p. 70) quando afirma que “são os turistas que estão na origem do turismo”. Com efeito, os turistas são, por assim dizer, o centro das atenções, os clientes, os indivíduos para os quais um destino turístico é construído e mantido. Sem turistas, um destino perde seu próprio sentido.

Logo, como ressalta Knafou (1996), os turistas constituem-se na principal fonte de turistificação dos lugares. Assim, o autor cita como exemplo que tanto na Côte d’Azur, quanto em Zermatt, “o turismo nasceu da vinda de cidadãos que mais tarde se chamou de ‘turistas’. Não são pois os produtos que estão na origem deste processo, mas sim práticas” (KNAFOU, 1996, p. 70). Para Vera *et al* (1997), o turista contemporâneo não só consome os bens e serviços turísticos, como também intervém diretamente na criação e recriação de novas formas espaciais de acordo com suas necessidades e ao impor as suas expectativas.

Os residentes, por sua vez, vivem sistematicamente a realidade que os turistas vivem durante alguns dias ou semanas. Seus interesses são, por isso mesmo, diferentes dos interesses dos turistas (podendo em determinadas ocasiões serem até mesmo conflitantes). Trata-se, portanto, do único agente no território turístico que não tem uma “obrigação” em satisfazer o turista. É, ao contrário dos demais agentes, “livre” do esforço de tentar agradar e atrair os turistas.

Note-se que, ao mesmo tempo, o espaço turístico tem um papel fundamental para todos esses agentes e cada um destes, consoante seus interesses (que na maioria das vezes serão distintos e em outras situações, contraditórios), tendem a interpretar de forma distinta um mesmo território. Vera *et al* (1997) observam que para os proprietários do solo consiste em um mecanismo de capitalização; é um meio de produção para os promotores do espaço; para os agentes do setor, corresponde a um suporte da atividade; é um objeto de consumo para os turistas; consiste em um recurso produtivo para os intermediários; e é um marco de atuação para o poder público.

Não obstante os vários interesses em causa, deve-se considerar que a implantação territorial do turismo nada mais é que o resultado da interação entre todos os agentes acima descritos, ou como afirma Sánchez (*apud* VERA *et al*, 1997), a configuração do espaço turístico resulta das relações estabelecidas entre os proprietários do solo, os promotores urbanos, os empresários turísticos, os consumidores diretos, os intermediários do consumo e os agentes públicos dos diferentes níveis da administração. Diante, portanto, da atuação dos diferentes agentes na produção dos lugares turísticos, observa-se que na medida em que se busca desenvolver a atividade turística, inserindo determinado território no mercado turístico regional/mundial, há o surgimento de novos padrões de uso e ocupação do solo, em função de uma nova atividade econômica – o turismo.

Em algumas situações, as ações exercidas por tais atores são realizadas de forma desintegrada, resultando em embates entre as instâncias que desejam executar ações diferenciadas, conforme observaram Mendes *et al* (2004) para o caso brasileiro. Os autores citam, como exemplo, os conflitos de interesses entre o poder público brasileiro e as comunidades locais: “de um lado a formação de conglomerados econômicos como os hotéis tipo *resorts*, é favorecida pelos planos de desenvolvimento de turismo do

Estado, e de outro, a resistência de comunidades que desejam assegurar o direito à terra e à sobrevivência” (MENDES *et al*, 2004, p. 48).

## **2.4 O Espaço Litoral como uma das Principais Apropriações do Território pelo Turismo**

Conforme aponta Cavaco (2006), a partir do fenômeno turístico, certos territórios são modificados ou, ainda, são criados novos territórios com suas próprias funcionalidades. Os turistas, sendo a primeira fonte de turistificação dos lugares na visão de Knafou (1996), descobrem os lugares turísticos, passam a valorizar espaços antes ainda não valorizados pela lógica de produção, o que leva ao surgimento dos espaços turísticos.

O espaço litoral é um exemplo de território que passou a ser valorizado pela sociedade moderna como um lugar de práticas de lazer e recreação<sup>56</sup>. Assim, “foi a atracção do contacto directo com a praia que transformou os litorais, ‘territórios do vazio’, marginais, em recursos turísticos” (CAVACO, 2006, p. 301). O que antes eram locais desvalorizados e até mesmo considerados ameaçadores pelo imaginário popular, constituem-se, na era contemporânea, como os espaços mais consumidos pela atividade turística (VAQUERO, 1998). Conforme observado por Gonçalves (1996, p. 47-48): “a valorização social da praia enquanto recurso turístico, trouxe para a ribalta turística as áreas litorais que, pelas suas características geomorfológicas e paisagísticas, correspondiam a idílicos locais de recreio e vilegiatura”.

Até o século XIII, segundo Corbin (1989), a visão europeia do mar era fortemente influenciada pela leitura da Bíblia, sendo, então, o mar visto como algo terrível, um abismo povoado por monstros. Enxergava-se o mar como um lugar perigoso e repulsivo, ou como afirma Corbin (1989, p. 64):

A figura do oceano terrível, vestígio caótico das catástrofes mergulhadas no passado dos homens, a cólera imprevisível de sua imensidão movente e lúgubre, conjugam-se aos perigos e à pestilência da praia enigmática, linha indecisa, submissa a todo tipo de incursões, onde vêm depositar-se os excrementos do abismo.

---

<sup>56</sup> Segundo Bertonecello (1995), as condições físicas que compõem o espaço litorâneo (sol, mar e praia) sempre existiram, no entanto, em determinado momento passaram a ser valorizados pela sociedade e transformados em atrativos turísticos, ou seja, apropriados pelos agentes que os transformam em mercadorias.

Fonteles (2004, p. 28) lembra que, na Idade Média, o litoral tinha uma conotação negativa, marcada pela peste negra, invasões, saqueadores, naufrágios, “eram imagens repulsivas, aumentando a cada milha de distância da terra”. Para Corbin (1989), o mar trazia lembranças do dilúvio e do castigo divino, sendo visto, portanto, como um “instrumento de punição”.

E se o mar era para ser evitado, sua interseção com a terra era igualmente um sítio de repulsa. Longe de passar uma imagem de “paraíso tropical” evocada pela publicidade moderna, a praia antes do Séc. XVIII era um local a ser evitado. As praias do Novo Mundo, antes de serem valorizadas pelos turistas modernos como verdadeiros paraísos na Terra, eram lugares “onde se refugiavam e se concentravam os fugitivos do sistema de colonização, concentravam-se índios que não integravam-se ao sistema de produção e vida dos caraíbas (brancos) e dos negros fugitivos do sistema escravista” (MADRUGA, 1992, p. 57).

A partir da segunda metade do Séc. XVIII, passa a ocorrer uma valorização estética do litoral, deixando-se para trás as representações religiosas de épocas anteriores <sup>57</sup>. Conforme aponta Corbin (1989, p. 74), começa-se a esperar que o mar “corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto”, que seja capaz de acalmar as ansiedades da elite, restabelecendo a harmonia do corpo e da alma, “que estanque a perda de energia vital de uma classe social que se sente particularmente ameaçada em suas crianças, suas raparigas, suas mulheres, seus pensadores”. Segundo Fonteles (2004, p. 29), “a ausência de propriedade à beira-mar remetia os visitantes a uma sensação de igualitarismo, fato inexistente nos centros urbanos”.

Foi entre o Séc. XVIII e a primeira metade do Séc. XIX que começou a despertar o interesse coletivo pelas praias e pela beleza do oceano (FONTELES, 2004). O interesse pelas praias era mais para a contemplação das imagens registradas em pinturas de museus, do que propriamente para os banhos (FONTELES, 2004), visto que com o movimento do Romantismo, o mar passou a ser objeto de contemplação e inspiração de artistas, constituindo-se a praia como um cenário para encontros sociais (MADRUGA, 1992).

---

<sup>57</sup> Conforme observa Fonteles (2004, p. 28), “o sistema de representações imposto pela teologia começou a se desmoronar” e conclui: “a beira-mar passou a ser apreciada estética e moralmente”.

Segundo Fonteles (2004), há registros, datados de meados de 1750, que descrevem o fluxo de pessoas nas praias em busca de cura para doenças. Havia o entendimento, segundo Corbin (1989, p. 74), de que “o frio, o sal, o choque provocado sobre o diafragma pela imersão brutal, o espetáculo de uma gente saudável, vigorosa, fértil até idade avançada, a variedade da paisagem” ajudavam a curar o doente crônico. Tratava-se, pois, da concepção do banho de mar associado a um projeto terapêutico (FONTELES, 2004).

Acreditando que o banho de mar “era recomendado para curar crianças desnutridas, para recuperar a ‘cor’ dos jovens, para fertilizar as mulheres estéreis e até regular o fluxo menstrual, a exemplo dos fluxos das marés” (FONTELES, 2004, p.30), também as classes mercantis e profissionais “começaram a acreditar em suas propriedades naturais, que davam conta de todos os males”. (URRY, 1996, p. 35).

Também datado dessa época é o interesse do poder público pela construção de espaços à beira-mar, destinados ao lazer e ao turismo, a exemplo da construção da estação balnear alemã de Dobera em 1794 e, mais tarde, em 1822, da construção de uma casa de banhos em Colberg, na Prússia. Em 1820, Brighton na Inglaterra, segundo Fúster (1991), converteu-se rapidamente em um espaço de veraneio da elite britânica. Na Inglaterra e França coube à aristocracia a criação das primeiras estações balneares, enquanto que na Alemanha, Holanda e Bélgica esse papel coube aos comerciantes, funcionários e médicos, embora contassem com o apoio dos soberanos (FONTELES, 2004).

Durante esse período, pois, surgem os primeiros núcleos vinculados à função balnear, nas proximidades dos centros urbanos criados pela Revolução Industrial. Assim como Urry (1996) que atribui o crescimento do turismo massificado nas estações balneares à melhoria dos meios de transporte, sobretudo aos caminhos de ferro, Vera *et al* (1997) atribuem o desenvolvimento de núcleos de verão no canal da Mancha e no mar do Norte (tais como Bradford, Blackpool e Morecambe no Reino Unido) e nas costas atlânticas dos EUA, durante o Séc. XIX, às melhorias na acessibilidade. Vera *et al* (1997) destacam ainda o desenvolvimento dos centros balneares do litoral francês (Nice e Cannes) e italiano (Taormina e Sorrento), no final do Séc. XIX e início do XX, com um público mais elitista.

Com efeito, observou-se, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América, a transformação de vilas e aldeias costeiras em verdadeiras estâncias balneares em virtude do rápido desenvolvimento do turismo (SHOVAL *et al*, 2003). Muitos centros de pesca, conforme aponta Salgueiro (1992, p. 126):

(...) por vezes simples companhia de pescadores ainda em meados do século XIX, beneficiaram com a moda dos banhos de mar, difundida nos finais do século passado, quando as suas praias começaram a ser procuradas na época estival. A associação da função turística foi decisiva para o crescimento de povoações onde a pesca pode já não desempenhar hoje papel relevante.

Assim, segundo Urry (1996), o desenvolvimento das estações balneares deu-se de forma acelerada, observado-se que o crescimento populacional dessas estações apresentavam taxas mais rápidas que o das cidades manufatureiras, durante a primeira metade do século XIX.

Foi, no entanto, no século XX, após a segunda Guerra Mundial, que se observaram mudanças de cunho quantitativo e qualitativo nos fluxos turísticos destinados a essas áreas balneares. Conforme notam Vera *et al* (1997, p. 93), com o aperfeiçoamento dos meios de transporte, o incremento do nível de vida, a difusão da prática de férias entre os trabalhadores nos países da Europa ocidental e a busca pelo sol e mar como motivação, impulsionaram a eclosão do turismo massivo, “*produciéndose de este modo una ampliación de las periferias, es decir, la integración de nuevas áreas de destino, cada vez más alejadas de los espacios emisores*”.

Desse modo, Gonçalves (1996, p. 47) observa que “as áreas litorais assumiram um papel de grande relevo na evolução do turismo contemporâneo e muito particularmente no turismo de massas”, afinal as praias, com seus atributos naturais, “exercem importante papel na eleição de determinadas porções de território pelo turismo” (CRUZ, 2002, p. 113). Conforme explicitado por Moraes (1999, p.18):

O litoral também particulariza-se, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isso sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio.

Pearce (2003) e Andriotis (2006) constataram que o aumento da demanda pelas férias nos espaços costeiros e a conseqüente expansão do turismo em larga escala levaram à proliferação de inúmeras estâncias balneares; as quais podem exercer funções

exclusivamente turísticas ou onde uma quantidade significativa de funções turísticas divide espaço com outras funções urbanas (PEARCE, 2003). Em resumo, pode-se afirmar que, a partir do Séc. XX, os espaços litorais passaram a ser efetivamente apropriados pela atividade turística, tornando-se verdadeiros territórios turísticos.

#### **2.4.1 A configuração territorial das estâncias turísticas costeiras**

Os destinos turísticos costeiros ou estâncias costeiras, entendidos como espaços produzidos para o desenvolvimento do turismo de sol e mar cujas formas e funções costumam ser diferenciadas das áreas urbanas convencionais (LIMA, 2006), correspondem a uma forma única de paisagem urbana (STANSFIELD, 1972). Com efeito, Stansfield (1972) afirma que, sendo a sua função primária o caráter recreativo, há o predomínio das atividades de lazer e recreação nos arranjos internos das zonas funcionais do destino.

O atual modelo de estância costeira, de acordo com Pearce (2003), tem suas origens nas cidades à beira-mar, cujo desenvolvimento despontou no final do Séc. XVIII e início do XIX na Europa, em países como Inglaterra e França. A partir dessa época, com as mudanças tecnológicas nos transportes e no setor da construção civil e respectivas implicações na morfologia das estâncias, começaram a surgir diferentes tipos de destinações costeiras, seja quanto às dimensões, seja quanto à forma como o turismo se desenvolve, seja quanto à configuração territorial (PEARCE, 2003). Em resumo:

Variações são percebidas não só na série de acomodações oferecidas, mas também no grau de envolvimento dos agentes de desenvolvimento internos e externos, e mesmo na capacidade dos *resorts* em servir a diferentes classes sociais. Essas diferenças são tidas como sendo parte de um processo evolutivo dotado de uma progressão implícita ao longo do mesmo caminho, mas a partir de diferentes pontos de vista (GORMSEN apud PEARCE, 2003, p. 282).

Pearce (2003) observa que há semelhanças nos aspectos estruturais desses espaços turísticos. O aspecto básico das destinações costeiras consiste na forma *front de mer* (SONEIRO, 1991; PEARCE, 2003), ou seja, a distribuição espacial das edificações dos equipamentos turísticos e de apoio que ocorre de forma linear e acompanha a faixa costeira. Paralelamente à praia há um passeio público, uma estrada ou rodovia e uma primeira linha de edificações; essas últimas incluem as “formas mais densas e caras de acomodações e um núcleo de lojas, bares e restaurantes voltados para os turistas” (PEARCE, 2003, p. 284). Essa característica da configuração territorial das destinações

costeiras nada mais é que um reflexo da valorização estética da praia como um recurso turístico<sup>58</sup> (SONEIRO, 1991; VERA *et al*, 1997; PEARCE, 2003).

Esse padrão espacial “*front de mer*” das destinações costeiras pode ser observado em diversas realidades, tanto nos territórios turísticos maduros do Mediterrâneo quanto em destinações que só emergiram nas últimas décadas. Assim, Macedo & Pellegrino (1999) citam o modelo de ocupação de áreas costeiras brasileiras pela atividade turística, marcado pelo predomínio de manchas urbanas contínuas, as quais se estendem de forma linear pela faixa costeira, estruturadas por vias de acesso paralelas à praia. Sobre a realidade espanhola, Vera *et al* (1997) citam os exemplos de San Sebastian, Alicante e Málaga, lugares onde o fluxo turístico pode explicar algumas das transformações urbanas que se produziram no “*front de mer*”, tais como passeios marítimos, o traçado das primeiras avenidas e a construção de uma primeira linha de alojamentos e estabelecimentos hoteleiros de prestígio.

Embora a valorização da praia como um recurso turístico e o conseqüente arranjo espacial “de frente para o mar” sejam características similares às diversas estâncias turísticas, há que se reconhecer a existência de diferenças nos detalhes da organização espacial desses territórios (PEARCE, 2003). A gênese desses espaços turísticos pode ser considerada um aspecto marcante nas diferenciações, visto que há estâncias que surgiram de forma espontânea, através da “descoberta” pelos turistas, como também há aquelas que foram cuidadosamente criadas e planejadas para entrarem no mercado turístico.

De acordo com Stansfield (1972), existem dois tipos de destinos turísticos costeiros, em virtude da origem e da estrutura: i) as destinações que surgem em locais onde já existe um assentamento humano, onde pode ocorrer tanto uma interação, quanto um obscurecimento das funções econômicas pré-existentes; ii) as destinações já fundadas como tais.

Baseado em critérios como planejamento ou espontaneidade, caráter intensivo ou caráter extensivo, Barbaza (*apud* SONEIRO, 1991; *apud* GONÇALVES, 1996), por sua vez, identifica a existência de três tipos de estâncias turísticas litorais: as resultantes de

---

<sup>58</sup> “A forma linear do resort junto à costa ou da cidade à beira-mar reflete a sua orientação em direção ao centro principal de atrações, que é a praia” (PEARCE, 2003, p. 285).

um processo pontual de *aménagement*, as áreas de desenvolvimento extensivo e, por fim, as oriundas de um processo de desenvolvimento espontâneo. Como exemplo do primeiro grupo, Barbaza cita o planejamento proposto pelos governos romeno e búlgaro para a costa do Mar Negro, cuja “expansão turística observada não foi uma consequência, mas o móbil do comportamento econômico” (BARBAZA *apud* GONÇALVES, 1996, p. 54). Sobre essa experiência, afirma Soneiro (1991, p. 104):

*El proyecto fue perfectamente meditado y calculado, de suerte que la oferta (...) precedió siempre a la demanda; de esta manera, el control del negocio turístico jamás fue abandonado a la iniciativa privada ni a la improvisación. Si a ello añadimos el carácter colectivo de la propiedad de la tierra y el papel jugado por el Estado en la financiación, podremos entender que los vastos complejos turísticos creados (Mamia, en Rumanía; Zlatni Pjassac, en Bulgária), con una capacidad receptora comprendida entre las 15.000 y las 25.000 camas turísticas, resulten ser centros funcionales muy localizados, cuyo impacto sobre la organización territorial, que continúa como antaño dominado por las funciones portuários tradicionales, apenas se há dejado sentir, siendo asimismo leves los efectos sobre el médio natural.*

Em relação às destinações de desenvolvimento extensivo, Barbaza (*apud* SONEIRO, 1991; *apud* GONÇALVES, 1996) apresenta o exemplo do litoral francês de Languedoc-Roussillon, cujo desenvolvimento turístico foi um resultado de ações planejadas do governo e da iniciativa privada. À semelhança do exemplo da costa do Mar Negro, a oferta precedeu a demanda; no entanto, as consequências do planejamento foram diferentes, conforme nota Soneiro (1991, p. 104.): “*es mucho más la réplica litoral de las estaciones de esquí íntegrales (...) que una fórmula verdaderamente integrada en el territorio receptor*”. Em resumo, criaram-se centros turísticos artificiais em um ambiente receptor agrícola e pesqueiro, sem integração com essas atividades econômicas pré-existentes.

Diferentemente das duas situações anteriores, o terceiro caso descrito por Barbaza (*apud* SONEIRO, 1991; *apud* GONÇALVES, 1996) que usa como exemplo paradigmático a Costa Brava (na Espanha), se refere ao crescimento turístico de forma espontânea e sem planejamento dos centros turísticos costeiros. Trata-se de uma forma de desenvolvimento intensiva, surgida espontaneamente, sendo movida pela procura turística, ou seja, a demanda precede a oferta (SONEIRO, 1991).

É comum que nesse tipo de destinação, cuja gênese deu-se de forma não-planeada, não haja um controle no uso e ocupação do território o que, na opinião de Gonçalves (1996), pode levar o turismo a inibir as atividades pré-existentes como a agricultura e a pesca,

além de gerar impactos negativos no ambiente. Tanto a Costa Brava quanto a Côte d'Azur (França), cujo desenvolvimento turístico ocorreu de forma desordenada, baseado no segmento de sol e mar, “representam tipos de destinos onde o crescimento e estruturação da oferta turística se deram em estreita articulação com a massificação dos movimentos turísticos internacionais” (GONÇALVES, 1996, p. 57).

Em resumo, nos ambientes costeiros, a atividade turística, segundo Moraes (1999), manifesta-se associada a vários processos: pode ser estruturada como um setor dentro do ordenamento urbano de uma cidade litorânea; ora pode estar articulada a espaços de segundas residências; em outra situação pode ocorrer mediante maciços investimentos que criam a função turística e fazem reviver ‘cidades mortas’; ou ainda, pode ser uma indutora da ocupação de novas áreas.

Sejam os destinos turísticos litorâneos surgidos de forma espontânea, sejam os espaços cuidadosamente planejados para albergar a atividade turística, o fato é que se observa nessas áreas receptoras um acelerado processo de transformação de suas estruturas territoriais e alterações nas dinâmicas social e econômica (GONÇALVES, 1996; VERA *et al*, 1997; BARROS, 1998; CRUZ, 2002).

#### **2.4.2 As alterações nas dinâmicas dos territórios turísticos de litoral**

As mudanças provocadas pela atividade turística nas dinâmicas locais dos destinos turísticos têm sido amplamente discutidas pela literatura internacional. Abrangendo diferentes escalas e cenários turísticos, há estudos que tratam de alterações nos modos de vida de pequenas comunidades tradicionais litorâneas (CALVENTE, 2001) até aqueles que fazem prospecções das receitas econômicas advindas da atividade turística em cenários nacionais (CASIMIRO FILHO, 2002).

Vera *et al* (1997) afirmam que com o desenvolvimento do turismo massivo, inicia-se um processo de transformação das estruturas territoriais, urbanas, sociais e econômicas nos espaços turísticos, no caso os costeiros<sup>59</sup>, configurando e originando os territórios turísticos. Para esses autores, a atividade turística desenvolvida no litoral possui uma extraordinária capacidade de transformação das estruturas territoriais, sociais e

---

<sup>59</sup> Deve-se ressaltar que as modificações/transformações impulsionadas, sobretudo pelo turismo massivo, nas dinâmicas locais são sentidas não apenas nos *resorts* costeiros, mas também nas áreas de montanha, rural, naturais, etc., conforme mencionado na literatura corrente.

econômicas. É nesse sentido que Gonçalves (1996, p. 80) assevera que tanto as estruturas sócio-econômicas, quanto as formas de povoamento e de ocupação do território são “dois dos domínios que melhor traduzem a importância estruturante do turismo”.

De fato, ao necessitar de infra-estrutura de transportes<sup>60</sup>, de equipamentos de alojamento<sup>61</sup>, de equipamentos de lazer e de uma série de serviços de apoio, a atividade turística certamente provocará conseqüências de alcance variável sobre a população e sobre o sistema de assentamentos (SONEIRO, 1991). Seja por impactos<sup>62</sup> diretos, seja por indiretos, o fato é que a atividade turística e a complexa relação entre os turistas (hóspedes), as comunidades residentes (anfitriões) e o ambiente da destinação (MATHIESON & WALL, 1982) interferem nos diversos domínios da destinação: na estrutura econômica, no tecido sócio-cultural, no ambiente natural e na configuração territorial.

Do ponto de vista econômico, além de estimular o desenvolvimento de atividades propriamente turísticas (alojamento, comércio de *souvenir*, lazer, restauração, etc.), o turismo induz o desenvolvimento de outras atividades, como construção civil, serviços de transportes, comércio, setor imobiliário, etc. É inegável a contribuição da atividade turística para a geração de divisas, criação de empregos e aumento na arrecadação de impostos (AULICINO, 2001; RUSCHMANN, 2002; BURNS, 2002). A geração de empregos é uma das conseqüências positivas do desenvolvimento turístico local<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Em virtude da necessidade de deslocamento entre as áreas emissoras e receptoras, e dentro da própria destinação.

<sup>61</sup> Para que seja considerada um acto turístico, a viagem deve ser de no mínimo 24 horas, segundo critérios adotados pela OMT, o que pressupõe a pernoite.

<sup>62</sup> É comum na literatura o emprego do termo “impacto do turismo” associado às transformações locais potenciadas pela atividade turística. Assim, entende-se que impactos do turismo correspondem “a um conjunto de modificações ou seqüência de eventos, provocados pelo desenvolvimento da atividade nas localidades receptoras”, resultantes de um processo e não de eventos pontuais (RUSCHMANN, 1994, p. 02).

<sup>63</sup> A respeito dos empregos gerados pelo turismo, Krippendorf (2003, p. 72) observa que “ninguém pode contestar a importância do turismo no que se refere a empregos e rendimentos. Ele ocupa cerca de dez milhões de pessoas no mundo inteiro, e vários outros milhões de indivíduos vivem indiretamente disso. Entretanto, há o reverso da medalha, que raramente é evocado nos debates políticos: no setor turístico, a maioria dos empregos não é atraente. As condições de trabalho são rigorosas: horas extras, horários irregulares, sobrecarga de acordo com a estação do ano e comprometimento pessoal a favor do cliente. Ademais, os salários são inferiores à média. As opções profissionais e as possibilidades de carreira são restritas. Muitas atividades não são qualificadas e são socialmente desfavorecidas, como os trabalhos efetuados nos bastidores dos hotéis, sejam nas cozinhas ou nos quartos”.

Gonçalves (1996) observa que tais efeitos resultantes do desenvolvimento do turismo massivo levam à configuração de uma nova estrutura econômico-produtiva das destinações. Sendo a atividade turística o novo fator dinamizador da economia local (VERA *et al*, 1997), ora induz o desenvolvimento de novas atividades, ora inibe a expansão de outras. Em muitas situações, as atividades econômicas tradicionais e pré-existentes ao turismo, tais como a pesca e a agricultura, são paulatinamente substituídas pela atividade turística (VERA *et al*, 1997). Isso porque ao requisitar mão-de-obra para os setores de serviços e da construção civil, o turismo pode levar à substituição das economias tradicionais (CALVENTE, 2001).

Por outro lado, Vera *et al* (1997) também observam que em algumas situações, as atividades tradicionais se modernizaram para acompanhar o dinamismo do turismo. E não é sem motivo, com o crescente clima de competitividade entre os lugares, não modernizar seria impensável. Estas modernizações podem ser algo tão simples como a criação de *homepages* ou associação a *sites* intermediários como *autoeurope*, *edreams* ou *muchoviaje*, ou ações mais ousadas e custosas como implementação de sistemas de gestão ambiental ou certificações de qualidade.

Contudo, há casos nos quais o desenvolvimento do turismo nem sempre é acompanhado pela dinamização das atividades tradicionais; pelo contrário, acaba por deturpá-las e, em alguns casos mais extremos, por extingui-las. Andriotis (2006), por exemplo, identificou que com a evolução do turismo na ilha de Creta (Grécia) houve um abandono das atividades relacionadas à agricultura tradicional como uma consequência natural da atratividade e da rentabilidade dos empregos no setor turístico.

Acompanhando o dinamismo econômico das destinações turísticas, a demografia local também tende a se modificar (CAVACO, 1979; MULLINS, 1991; SIRGADO, 1991; GONÇALVES, 1996; MASCARENHAS, 2004), podendo-se observar um evidente crescimento das populações residentes. Expectativas de postos de trabalho, de aumento da renda e conseqüente melhoria da qualidade de vida são alguns dos motivos que levam ao aumento da população residente devido às correntes imigratórias, além da atenuação de tendências emigratórias (CAVACO, 1979<sup>64</sup>; GONÇALVES, 1996). Nesse

---

<sup>64</sup> De acordo com Cavaco (1979, p. 02) há casos de destinações turísticas onde os efeitos do turismo na demografia tornam-se mais expressivos: “os empregos sazonais garantem rendimentos complementares não desprezáveis, sobretudo entre a população feminina; a quebra de isolamento tem efeitos psicológicos

sentido, Cavaco (1979) cita a realidade de Benidorm (Espanha) estudada por Dumas em 1975: até meados da década de 1950, Benidorm estava a perder população, no entanto, com o desenvolvimento turístico a partir de 1960, a população local começou a crescer (de 2776 habitantes em 1950 para 6259 em 1960) e continuou a se expandir ao longo da década de 1970.

Impactos sociais também estão na origem do desenvolvimento das destinações turísticas. Conforme observado por Calvente (2001), o desenvolvimento turístico pode levar à especulação imobiliária, elevando o valor dos terrenos e conseqüente desalojamento dos moradores tradicionais (pescadores, artesãos, etc.), os quais de uma forma geral migram para locais mais pobres e distantes.

Além das mudanças nas atividades econômicas pré-existentes e das transformações na demografia e no tecido sócio-cultural, o desenvolvimento da atividade turística induz um aumento das áreas urbanizadas, como uma resposta do território às necessidades de ajustamento a uma nova base econômica (GONÇALVES, 1996). Com efeito, Vera *et al* (1997) atestam que o acelerado processo de urbanização, em resposta às demandas crescentes por solos para construir alojamentos, tem sido o fator que configura a especialização do espaço litoral, ocasionando o crescimento urbano de vários municípios costeiros. Com tal perspectiva, pode-se afirmar que o turismo atua como relevante agente de transformação do uso do solo (COULET *apud* GONÇALVES, 1996).

Vera *et al* (1997, p. 93) notam que o setor da construção civil se traduz como o principal fator desta transformação, de tal forma que na maior parte das estâncias costeiras “*la expansion territorial y la modificacion del uso de los espacios rurales y urbanos preexistentes es el único objetivo que guía los procesos de implantación turística*”. Sendo a praia o maior atrativo dessas destinações, é propriamente na faixa costeira, tal como observa Valenzuela (1986), que ocorrem as maiores transformações do território. Em virtude da valorização do formato *front de mer*, será nessa área que haverá lugar para um novo sistema de aglomerados turísticos.

---

retardantes do êxodo, assim como o afluxo de trabalhadores de fora durante a temporada turística”. Há ainda aquelas em que o turismo cria grandes volumes contínuos de empregos diretos e indiretos, o que contribui para a fixação populacional.

Assim, percebe-se nessas áreas um grande dinamismo urbano (GONÇALVES, 1996), marcado pela coexistência entre as atividades e equipamentos turísticos e as populações residentes e atividades pré-existentes. Contudo, essa coexistência entre a nova função turística do território e as funções anteriores nem sempre será de forma harmoniosa, conforme observado por Calvente (1999, p. 33): “o espaço que vai ser utilizado para a atividade turística é um espaço que, freqüentemente já possui uma organização anterior, e assim podem ocorrer conflitos entre os diferentes projetos com relação ao mesmo espaço”.

Um estudo de caso pode auxiliar no melhor entendimento e interpretação do que ocorre com o turismo e com a urbanização turística do território. Sendo assim, procede-se agora à descrição da área estudada por esta dissertação (Portimão), para em seguida, analisá-la e interpretá-la em suas relações com o território e com o seu processo de urbanização turística.

### **3 O DESTINO TURÍSTICO PORTIMÃO: UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL**

O turismo tem se configurado nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1960, como o principal motor de desenvolvimento econômico não apenas do concelho de Portimão, mas de todo o Algarve, tendo atuado, conforme observado por Brito (2005), como o principal agente de mudanças dessa região. Fundamentado especialmente na exploração do binômio “sol e mar”, o setor turístico algarvio tem concentrado, desde sua origem, grande parte de suas estruturas físicas e de seus benefícios econômicos nas áreas costeiras, imprimindo profundas transformações nesses territórios<sup>65</sup>.

Para que se possam analisar as relações estabelecidas entre o turismo e o território em Portimão, objeto de estudo desse trabalho, julga-se necessário, primeiramente, conhecer as características desse território e do turismo aí desenvolvido. É justamente esse o propósito do presente capítulo: realizar uma caracterização geral ao nível de concelho, descrevendo aspectos físicos e sócio-econômicos; bem como caracterizar Portimão enquanto um destino turístico<sup>66</sup>.

#### **3.1 A trajetória de Portimão ao longo dos séculos: uma breve descrição**

O concelho de Portimão encontra-se localizado no sul de Portugal, na região do Algarve, mais especificamente no barlavento algarvio, distando cerca de 297 Km de Lisboa e 60 Km do aeroporto de Faro. Segundo o Plano Director Municipal de Portimão – PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994), Portimão integra-se na segunda área com melhores acessos no Algarve, estando sua rede viária condicionada às ligações do interior com o Litoral. Os principais eixos viários de acesso são: A22 (Via do Infante) e EN125.

---

<sup>65</sup> O turismo está na “origem do desenvolvimento de diversas povoações algarvias, a maior parte das quais ficou totalmente descaracterizada face à invasão de hotéis e grandes edifícios de apartamentos ou de aldeamentos, que se multiplicam um pouco por todo o lado. Na falta de planos gerais, este crescimento dá-se de forma anárquica e pontual, segundo os gostos e os interesses dos promotores turísticos e dos construtores imobiliários” (SALGUEIRO, 1992, p. 184).

<sup>66</sup> Considera-se que um destino turístico consiste em “um espaço que tem características conhecidas por um número suficiente de potenciais visitantes para justificar a sua consideração como entidade, incitando a viagem em si mesma, independentemente das atracções de outros espaços” (MATHIESON & WALL *apud* GONÇALVES, 1996, p. 41).

Com uma área de pouco mais de 181,55 Km<sup>2</sup> repartida entre suas três freguesias – Alvor com 15,07 Km<sup>2</sup>, Mexilhoeira Grande com 91,4 Km<sup>2</sup> e Portimão com 75,08 Km<sup>2</sup> (INE, 2003), o concelho de Portimão confronta com os concelhos de Monchique (norte), Lagoa (leste), Silves (nordeste) e Lagos (oeste) e o oceano Atlântico ao sul, conforme pode ser constatado na figura 3. É no sentido Norte-Sul que o concelho de Portimão tem maior eixo.



**Figura 3: Mapa da Região Algarve (Concelhos e Freguesias)**

Fonte: INE (2002a).

Assim como em todo o Algarve, o clima de Portimão é ameno ao longo do ano, devido à localização privilegiada junto ao oceano Atlântico. Com uma precipitação anual em torno dos 561 mm no ano de 2006, segundo dados do INE (2007a), o Algarve possui uma temperatura média anual de 18,3°C, sendo a temperatura mínima de 14,4°C e a máxima de 22,2 °C. Historicamente, o mês mais quente costuma ser o de Agosto e o mais frio o de Janeiro. De acordo com o PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994), Portimão possui um clima mediterrânico, com uma média de precipitação baixa, entre 400 e 600 mm por ano, e uma temperatura entre 16 e 17,5 °C. A insolação no concelho é elevada, atingindo 3.000 a 3.200 horas por ano.

A maior altitude verificada no concelho corresponde a 325 metros e a menor a zero (INE, 2007a). As três unidades morfológico-paisagísticas que compõem a maioria dos concelhos do Algarve – Litoral, Barrocal e Serra – também são observadas no concelho de Portimão. Mas é precisamente no Litoral que se observa a maior concentração populacional, da mesma forma que em todo o território do Algarve, conforme consta no

PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994, p. 48): “A estrutura do povoamento no concelho de Portimão evidencia fortemente o chamado efeito do litoral, fenómeno comum a toda a região algarvia”. Conseqüentemente, na área da serra o povoamento encontra-se disperso, sendo nessa área que se situa a freguesia de Mexilhoeira Grande, cujo efetivo populacional é o menor do concelho, muito embora sua área abranja 49% da área total do concelho (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994).

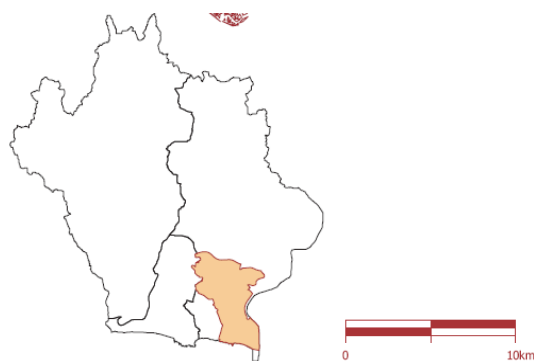
A população residente no concelho de Portimão no ano de 2001, de acordo com os Censos 2001 do INE (2002), era de 44.818 pessoas<sup>67</sup>. Ainda de acordo com o INE (2002), a freguesia de Portimão era a mais populosa, com 36.243 residentes e uma densidade populacional de 482,73 hab/Km<sup>2</sup>; a população da freguesia de Alvor era de 4.977 pessoas (330,26 hab/Km<sup>2</sup>) e a de Mexilhoeira Grande de 3.598 (39,37 hab/Km<sup>2</sup>).

Conforme o INE (2003), segundo dados de 2001, a freguesia que concentra maior parque habitacional é Portimão, com uma densidade de 325,72 alojamentos por Km<sup>2</sup> e 103,37 edifícios por Km<sup>2</sup>, seguida por Alvor (278,22 aloj/Km<sup>2</sup> e 157,23 edif/Km<sup>2</sup>) e Mexilhoeira Grande (21,65 aloj/Km<sup>2</sup> e 19,34 edif/Km<sup>2</sup>).

A cidade de Portimão (Figura 4), por sua vez, de acordo com o Atlas das Cidades de Portugal (INE, 2002a), possui uma área de 11,69 Km<sup>2</sup>, ocupando 3,7% da freguesia de Alvor e 16,7% da freguesia de Portimão. É na cidade que se concentra a maior parte da população e dos serviços do concelho, tendo calculado-se, em 2001, 32.948 residentes, ou seja, 73,51% da população total do concelho (INE, 2003). Também é na cidade de Portimão que está concentrada a maior parte dos alojamentos e edifícios do concelho. Segundo pesquisa realizada pelo INE (2003), 22.178 alojamentos e 6.417 edifícios estavam situados na cidade em 2001, o que significa uma densidade de 1.897,2 aloj/Km<sup>2</sup> e de 548,89 edif/Km<sup>2</sup>.

---

<sup>67</sup> De acordo com estimativas realizadas pelo INE (2007c) a partir dos Censos 2001, Portimão teria aumentado sua população, passando de 44.818 pessoas em 2001 para um número de 47.925 em 2005. Em 2006, segundo o INE (2007a), a população foi estimada em 48.611. Observa-se, portanto, uma taxa constante de crescimento.



**Figura 4: Cidade Estatística de Portimão**  
 Fonte: INE (2003).

De acordo com dados mais recentes do INE (2007a), enquanto que em Portugal a densidade populacional em 2006 foi de 115,1 hab/ Km<sup>2</sup> e no Algarve foi de 84,4 hab/ Km<sup>2</sup>, o concelho de Portimão atingiu uma densidade de 267 hab/Km<sup>2</sup>. Assume, portanto, a posição de 5º concelho do Algarve de maior densidade populacional, apenas atrás de Olhão (333,1 hab/Km<sup>2</sup>), Vila Real de Santo António (299,5 hab/Km<sup>2</sup>), Faro (291 hab/Km<sup>2</sup>) e Lagoa (270,1 hab/Km<sup>2</sup>), conforme quadro 2. Observa-se, ainda, que a taxa de crescimento efetivo da população foi de 1,42%, situando-se acima das médias regional e nacional.

**Quadro 2: Densidade e Crescimento Efetivo da População em 2006 (Portugal, Algarve, Concelhos)**

Localidades	Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )	Taxa de crescimento efetivo (%)
<b>Portugal</b>	<b>115,1</b>	<b>0,28</b>
<b>Algarve</b>	<b>84,4</b>	<b>1,12</b>
Albufeira	264,9	2,47
Alcoutim	5,7	-2,27
Aljezur	16,5	0,24
Castro Marim	21,6	0,17
Faro	291,0	0,19
Lagoa	270,1	2,42
Lagos	131,7	1,73
Loulé	83,6	1,21
Monchique	15,8	-1,54
Olhão	331,1	1,22
<b>Portimão</b>	<b>267,0</b>	<b>1,42</b>
São Brás de Alportel	77,4	2,77
Silves	52,4	0,85
Tavira	41,6	0,12
Vila do Bispo	30,3	0,39
Vila Real de Santo António	299,5	0,57

Fonte: adaptado de INE (2007a).

O surgimento de Portimão, enquanto um núcleo populacional, esteve diretamente relacionado aos recursos marítimos e fluviais. Foi junto à foz do rio Arade, na área de

confluência do rio e do mar (LIMA, 1997) que nasceu Portimão. Diante de sua história, é possível constatar que as potencialidades ofertadas tanto pelo rio quanto pelo mar constituíram-se, desde os seus primórdios, como fatores determinantes do seu desenvolvimento (VENTURA & MARQUES, 1993): tendo nascido “à beira-rio virada para o mar”, será “o mar que irá ter um peso decisivo no seu desenvolvimento” (TEIXEIRA GOMES *apud* PASSOS, 1995, p. 66). É nesse ambiente aquático, portanto, que se realizarão as pescas e as trocas comerciais que possibilitarão a sua trajetória ao longo dos séculos.

Segundo Lourenço (1990), Portimão tem origens pré-históricas, tendo entrado para a história com os romanos que lhe atribuíram o nome de “*Portus Hannibali*” ou “*Portus Magnus*”. De acordo com Lima (1997), na Antigüidade, a região situada na foz do rio Arade (onde séculos mais tarde seria erguida a vila de Portimão), a qual formava um porto seguro, atraiu diversos navegadores como fenícios, gregos e cartagineses que na costa algarvia estabeleceram contatos comerciais com as comunidades locais.

Mas foi apenas no século XV que Portimão viria a tornar-se vila, inserida no contexto do desenvolvimento do litoral do Algarve durante o processo de expansão além-mar (VENTURA & MARQUES, 1993). Dessa forma, o crescimento da atividade pesqueira, do comércio marítimo e da construção naval passou a atrair e fixar moradores e mercadores nessa localidade (VENTURA & MARQUES, 1993).

Em 1463, a pedido de moradores de Portimão, D. Afonso V concedeu autorização para a fundação de uma povoação que se chamaria São Lourenço de Barrosa, sob a condição de construírem casas em um período de dois anos (VENTURA & MARQUES, 1993). Em 1476, os direitos reais da povoação foram doados à família Castelo Branco e, em 1504, foi-lhe atribuído foral, o que “consagra o seu estatuto de municipalidade e reconhece as suas potencialidades económicas” (VENTURA & MARQUES, 1993, p.16).

Sendo uma “terra de nobres desde 1476 e de condes desde 1504, de mareantes desde a fundação”, Portimão, na opinião de Ventura & Marques (1993, p. 14), possuía uma população bastante heterogênea, fato que “lhe conferia certa singularidade”. Com uma economia marcada pelo desenvolvimento da agricultura, da pesca e do comércio marítimo e com uma relevante dinâmica portuária, Portimão, juntamente com Faro e

Tavira, constituía-se em importante centro econômico do Algarve (VENTURA & MARQUES, 1993).

Em finais do século XV, Portimão assistiu a um surto de desenvolvimento, datando dessa época a construção da muralha da vila. É, contudo, no século XVI que se consolida o seu crescimento sócio-econômico, datando dessa época o surgimento dos núcleos urbanos: Portimão, Alvor, Montes de Alvor, Mexilhoeira Grande e Figueira (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994). Nesse período foram edificadas ermidas e instalações de caráter industrial, como moinhos e azenhas (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994). Com o desenvolvimento da produção e exportação de frutos secos (tais como alfarroba, figo e amêndoa), sumagre e uvas, a vila prosperava, atraindo diversas embarcações nacionais e estrangeiras. Desse modo, temendo-se as invasões e a pirataria, em 1640 foram concluídas as obras de construção da fortaleza de Santa Catarina na foz do Arade (LIMA, 1997).

No início do século XVI, Vila Nova de Portimão era a quarta povoação do Algarve litoral, com uma população de 634 indivíduos. Em 1549, estimava-se uma quantidade de 800 pessoas e, na última década do século XVI, totalizavam-se 900 habitantes (VENTURA & MARQUES, 1993). No entanto, durante os séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do Algarve e, particularmente de Portimão, sofreu abalos por conta de crises econômicas. Entre os anos de 1646 e de 1765, segundo Ventura & Marques (1993), ocorreram alguns períodos de quebra na produção de cereais. Entre 1617 e 1776, observa-se, ainda, o decréscimo do número de habitantes da região (VENTURA & MARQUES, 1993).

No século XVIII, segundo Ventura & Marques (1993), a população sofreu períodos de estagnação e retrocesso, visto que em 1705 a vila possuía 1896 habitantes, tendo decaído para um número de 1672 pessoas em 1720, em virtude de um cenário de estagnação econômica. Em 1758, a população local volta a crescer atingindo um número de 1802 indivíduos. Assim, a partir da segunda metade do Séc. XIX, observou-se em Portimão um crescimento acelerado e, já em finais desse mesmo século, a vila se afirmou como o primeiro centro de vida do Algarve e o segundo porto comercial, apenas depois do porto de Vila Real de Santo António. (VENTURA & MARQUES, 1993). Nessa época, segundo Nunes (1956), Portimão tinha fama de terra progressiva, à custa dos seus recursos naturais tanto terrestres, quanto marítimos.

Em 1891, de acordo com Lourenço (1990), foi inaugurada em Portimão a primeira fábrica de conserva de peixe em óleo (Fábrica São José, de propriedade de Judice Fialho), dando início a uma promissora atividade que se expandiria até meados do século XX. Ainda segundo essa autora, embarcações a vapor, em 1899, permitiram uma maior pesca, o que resultou na abertura de novas fábricas em 1902 e no acelerado desenvolvimento local.

Assim, foi início do século XX, de acordo com Ventura & Marques (1993), que a vocação marítima de Portimão se consolidou, baseada na complementaridade entre a terra e o mar. Foi nessa época que, por conta do desenvolvimento da atividade pesqueira, do escoamento dos produtos agrícolas e com o nascimento da indústria conserveira, o porto da vila passou a ser mais dinâmico, empregando, entre os anos de 1910 e 1914, mais de mil homens na pesca da sardinha (VENTURA & MARQUES, 1993).

Em virtude da abundância do pescado, houve uma grande concentração de fábricas conserveiras ao longo do rio Arade. (VENTURA & MARQUES, 1993). Além da atividade das conservas, havia um grande movimento de exportação do excedente dos frutos secos. Em 1917, Portimão, com seis fábricas e 1.055 empregados, era o terceiro centro de conservas da região Algarve e, mais tarde, em 1938, seria o terceiro centro produtor de conservas do país (LOURENÇO, 1990). Segundo Ramos (1999), tendo a indústria de conservas se expandido com a I Guerra Mundial, chegou a empregar, juntamente com a atividade pesqueira, dois terços da população regional. Também a produção de frutos secos configurava-se como uma importante atividade econômica, fato atestado pela prosperidade alcançada pelos armazéns de figo, amêndoa e alfarroba durante a primeira metade do séc. XX (RAMOS, 1999).

Paralelamente ao desenvolvimento sócio-econômico de Portimão, as características urbanas locais se acentuaram com a abertura de novas vias de comunicação, fazendo com que a vila se expandisse ainda mais:

A vila expandiu-se para lá das Portas da Serra na direcção do sapal de São Pedro (hoje Largo Gil Eanes) e para norte da Rua Infante D. Henrique (aberta com a construção da ponte). Mais modesto foi o crescimento no sentido oeste da Porta de S. João, Rua Direita e na direcção da Praia da Rocha (VENTURA & MARQUES, 1993, p. 63).

Mesmo com a expansão da vila, o centro histórico continuou a ser o local de residência das famílias mais prósperas, “de vivência burguesa e urbana, bem como o centro de fixação das casas de negócio e armazéns” (VENTURA & MARQUES, 1993, p. 64).

Em 1924, face ao progresso local, resultante da expansão comercial, da indústria conserveira, da pesca e das atividades portuárias (VENTURA & MARQUES, 1993), Vila Nova de Portimão é elevada à categoria de cidade pelo então Presidente da República Manuel Teixeira Gomes (NUNES, 1956).

Durante as décadas de 20 e de 30, Portimão notabilizou-se na atividade turística, através do desenvolvimento do turismo balnear na praia da Rocha (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994). E é precisamente a partir dessa época que a cidade de Portimão começou a se urbanizar com maior intensidade, perdendo, pouco a pouco, a sua rusticidade (NUNES, 1956). Assim, em 1937 iniciou-se a expansão de Portimão em direção à praia da Rocha, acompanhando o desenvolvimento turístico dessa praia, tendo sido inaugurado o Bairro Econômico Dr. Oliveira Salazar e, em 1951, deu-se a municipalização dos serviços de abastecimento de água, com a remodelação de todo o sistema. (NUNES, 1956).

Paralelamente ao gradual desenvolvimento da atividade turística, no início da década de 50, Portimão configurava-se como importante centro de pesca a escala local, regional e mesmo nacional. Tratava-se do 2º porto de pesca de sardinha do país, apenas depois de Matosinhos, do 5º porto pesqueiro do país na categoria “atum e similares” e do 7º porto pesqueiro de carapaus (LOURENÇO, 1990). Em 1955, Portimão era o 4º centro de conservas do país, com 21 fábricas em atividade (LOURENÇO, 1990). De acordo com a Revista das Pescas (*apud* LOURENÇO, 1990), as fábricas de conservas empregavam 60% do pessoal ativo de Portimão, entre os anos de 1940 e 50, algo em torno de 4.720 postos de trabalho. A prosperidade da indústria conserveira atraiu e fixou grandes quantidades de pessoas do interior em busca de trabalho (RAMOS, 1999).

Lourenço (1990) afirma que com a II Guerra Mundial, intensificou-se o progresso local, por conta do aumento na demanda e na produção nas fábricas de conservas. No entanto, segundo a autora, também a guerra foi um fator de crise para a indústria conserveira, visto que ao brusco aumento da produção para suprir a demanda dos países em guerra segue-se uma repentina quebra na procura no período pós-guerra. Assim, não é com

surpresa que a partir de 1945 as fábricas param de se multiplicar, sendo os anos de 1947 e 1948 de *déficit* para o setor e, em 1965, fecha a primeira fábrica (LOURENÇO, 1990).

Desse modo, a partir da década de 60, fatores como ausência de investimentos na modernização industrial, falta de apoio estatal, concorrência espanhola e marroquina, aumento dos salários e obrigatoriedade de contratação coletiva em 1974, fizeram com que a indústria conserveira entrasse em decadência (VENTURA & MARQUES, 1993). Como um indicador da crise vivenciada pelas fábricas de conservas, Lourenço (1990) aponta o encerramento das publicações do periódico “Conservas de Peixe”, no início dos anos 70, após 26 anos de atividades. Outro indicador consiste na própria evolução dos empreendimentos, tomando-se como exemplo o caso de Judice Fialho – em 1930 possuía cerca de 4.000 trabalhadores no Algarve e em 1970 a estrutura da empresa entra em profundo declínio – ou ainda o número de empresas que fecharam – três em 1976, duas em 1977, uma em 1978, uma em 1980, etc<sup>68</sup>. (LOURENÇO, 1990).

Paralelamente ao declínio dessa atividade econômica, observou-se em Portimão o crescimento dos setores de serviços, construção civil e turismo (VENTURA & MARQUES, 1993). Com a crescente chegada de turistas, entre 1960 e 1970, e com o efeito multiplicador dessa nova atividade econômica, assistiu-se à expansão de diversas atividades – tais como construção civil, indústria de transformação alimentar, restauração, hotelaria, comércio, etc. – o que fez com que a vida econômica de Portimão passasse a centrar-se no turismo (LOURENÇO, 1990). De centro da indústria conserveira, Portimão passou a figurar como uma importante estância turística balnear do Algarve.

Desse modo, observa-se que atualmente, o setor de serviços é dominante na medida em que emprega 10.365 dos 12.877 trabalhadores por conta de outrem registrados no ano de 2005, enquanto que no primário são apenas 168 empregados e, na indústria, 2.344 trabalhadores (INE, 2007a).

É, portanto, diante da trajetória desse território ao longo dos séculos, que se compartilha da opinião de Ramos (1999) quando afirma que Portimão chegou ao século XX como um centro cosmopolita, tendo passado por três fases: I) de cariz industrial, II) comercial e III) turístico. Foram os ambientes marítimo e fluvial que condicionaram a economia

---

<sup>68</sup> Confome verificado na pesquisa de campo, atualmente não há fábricas conserveiras em Portimão.

de Portimão, propiciando o desenvolvimento da salinicultura, da pesca, da indústria conserveira, da construção naval, do comércio de produtos rurais, do porto e, no século XX, do turismo não apenas na cidade, mas em grande parte do concelho (RTA, 2001).

## **3.2 O Destino Turístico Portimão**

É notória a vocação turística do concelho de Portimão. As suas praias, falésias, jogos, esportes marítimos, monumentos históricos, gastronomia, cultura, entre outros atrativos, fazem de Portimão um importante destino turístico do Algarve.

O desenvolvimento da atividade turística no concelho foi pensado pela primeira vez no final do século XIX, no momento em que foram “descobertos”, pela elite local, os atributos naturais da praia da Rocha. Pouco a pouco, a praia da Rocha foi se firmando como uma das principais estâncias balneares portuguesas e, paralelamente, Portimão foi se desenvolvendo cada vez mais enquanto destinação turística. Foi, sobretudo, a partir da década de 60, que no contexto do desenvolvimento turístico do litoral do Algarve, Portimão passou a receber um número crescente de visitantes, a ponto que atualmente consiste no terceiro concelho do Algarve a receber mais hóspedes e o segundo concelho em número de dormidas (INE, 2007b).

### **3.2.1 Os atrativos turísticos**

O desenvolvimento turístico de Portimão, desde o seu início, sempre esteve associado ao recurso “sol e mar”. Com efeito, as características morfológicas de um território com mais de 8 Km de extensão de praias, a beleza cênica das falésias e encostas e o clima ameno ao longo do ano, desde cedo constituíram-se nos elementos atrativos de Portimão enquanto um destino turístico.

Na faixa costeira do concelho que se estende desde a Ria de Alvor, a Oeste, até o estuário do rio Arade, a Leste, estão situadas diversas praias delineadas por formações rochosas, como por exemplo: praia do Vau, dos Três Castelos, dos Três Irmãos, de Alvor e praia da Rocha. Esta última, localizada a cerca de 2 Km do centro de Portimão, com pouco mais de 1 Km de extensão, com vasto areal e marcada pelos contrastes entre as cores da falésia e do mar, consiste no principal símbolo turístico do concelho, conhecido internacionalmente. Na área de abrangência da praia da Rocha, situa-se uma

série de equipamentos turísticos e de apoio voltados para o lazer, como estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, bares, danceterias e um cassino.

Associado ao recurso praia, Portimão oferece estruturas de apoio às práticas de esportes aquáticos, como a vela, o *windsurf*, o mergulho e o esqui aquático. Deve destacar-se também a Marina de Portimão, em funcionamento desde 2000 no estuário do rio Arade, com uma capacidade para 620 embarcações, que tem se configurado, na opinião da Agência do Arade (2005), como um novo pólo de atração turística, baseado na política de diversificação da oferta turística local. Segundo a administração da Marina de Portimão (pesquisa direta, 2008), esse equipamento turístico vem atingido uma crescente taxa média de ocupação: 43,15% em 2000, 40,3% em 2001, 55,9% em 2002, 66,1% em 2003, 71,7% em 2004, 72,5% em 2005, 72,1% em 2006 e 76,3% em 2007.

Contudo, a atratividade do concelho não se resume apenas às praias. Segundo inventário realizado pela Agência do Arade (2005), o concelho de Portimão possui diversos atrativos naturais e culturais ou recursos que ainda podem ser convertidos em atrativos turísticos, conforme pode ser observado no quadro 3:

**Quadro 3: Recursos turísticos do concelho de Portimão (por freguesias)**

Freguesia	Naturais	Histórico e Patrimonial	Etnográfico, Artesanal e Gastronômico	Atividades de Recreio e de Lazer	Eventos e Acontecimentos
<b>Alvor</b>	7	15	5	7	5
<b>Mexilhoeira Grande</b>	6	11	12	3	2
<b>Portimão</b>	14	45	26	21	50
<b>Total do Concelho</b>	27	71	43	31	57

Fonte: Adaptado de Agência do Arade (2005).

Pode verificar-se que a maior oferta de atrativos está concentrada na freguesia de Portimão. Cabe ainda destacar que, entre os recursos naturais identificados, tem-se a ria de Alvor (freguesia de Alvor) e o estuário do rio Arade (freguesia de Portimão), atrativos de grande apelo ecológico, por conta da rica biodiversidade, e cultural, resultado das atividades tradicionais ligadas ao mar aí desenvolvidas.

A ria de Alvor consiste em uma importante área de nidificação de várias espécies de aves migratórias. É nesse ambiente de diversidade biológica que os pescadores coletam peixes e moluscos, fazendo uso de técnicas tradicionais. O estuário do Arade guarda consigo uma rica história dos tempos em que foi freqüentado por navegadores

fenícios, gregos, cartagineses, romanos, árabes, normandos e cruzados, cujo rumo era a cidade de Silves (Região de Turismo do Algarve, material promocional, pesquisa direta, 2008).

Portimão guardou resquícios de sua trajetória percorrida ao longo dos séculos, fazendo com que atualmente se possa contemplar seu patrimônio histórico. Entre os principais atrativos histórico-culturais da freguesia de Portimão (RTA, pesquisa direta, 2008), merecem destaque:

- Centro Histórico de Portimão: predomínio da arquitetura dos finais Séc. XIX e início do XX, caracterizada por casas de dois pisos e com varandas de ferro. É no centro histórico que se localiza o Palácio Bivar, datado do século XVIII, que se constitui atualmente no edifício-sede da Câmara Municipal.
- Igreja de Nossa Senhora da Conceição: localizada no centro da cidade de Portimão, o edifício da Igreja Matriz é datado do Séc. XV. No entanto, passou por um processo de reconstrução no Séc. XVIII e uma remodelação no XIX.
- Colégio dos Jesuítas: foi construído entre os anos de 1660 e 1707, tendo sofrido reparações após o terremoto de 1755. Com uma fachada de três corpos, abriga a mais ampla igreja do Algarve, possuindo peças datadas dos séculos XVI a XVIII.
- Convento de São Francisco: trata-se de uma construção do Séc. XVI, que sofreu grandes estragos na ocasião do terremoto de 1755 e de um incêndio em 1884. Atualmente, encontra-se abandonado.
- Capela de São José: localizada em zona antiga de Portimão, nas proximidades de estaleiros navais. Trata-se de uma edificação de fachada simples.
- Fortaleza de Santa Catarina: erguida no século XVII, na foz do rio Arade, para compor, juntamente com o forte de São João de Arade (em Ferragudo) o sistema defensivo da vila de Portimão contra ataques de corsários e piratas. Atualmente abriga um equipamento de restauração, com privilegiada vista do mar e do rio.

A nível de concelho, merece especial destaque o núcleo urbano de Alvor, que durante anos se constituiu em importante porto de domínio árabe. Sob o domínio português, a partir de 1300, Alvor prosperou durante os séculos XV e XVI, no entanto, tendo sido fortemente abalada pelo terremoto de 1755. Atualmente, Alvor ainda guarda

características de uma vila de pescadores, com suas casas brancas. Um interessante atrativo histórico de Alvor consiste na sua Igreja Matriz, datada do século XVI e reconstruída no século XVIII, de onde se tem uma visão panorâmica da ria de Alvor.

Em relação ao patrimônio arqueológico (RTA, pesquisa direta, 2008), merecem destaque:

- Abicada: trata-se de um sítio arqueológico romano, dos séculos I a IV, onde se pode observar mosaicos.
- Alcalar: consiste em uma relevante necrópole do período neolítico/calcolítico (2.000/1.600 a.C.).

Por fim, convém mencionar a atratividade exercida pela prática do golfe e, também, pela gastronomia local, baseada principalmente na sardinha assada e em outros produtos pesqueiros.

### 3.2.2 A oferta de alojamentos turísticos

Em relação à capacidade de alojamento, no ano de 2006, o Algarve era a região de Portugal com maior capacidade, tendo concentrado 36,9% do total de camas em estabelecimentos hoteleiros classificados do país, conforme pode ser observado no quadro 4 (INE, 2007b):

**Quadro 4: Capacidade dos estabelecimentos hoteleiros classificados do país (2006)**

Abrangência Geográfica	Total de camas
Portugal	264.037
Norte	35.504
Centro	36.607
Lisboa	47.986
Alentejo	9.323
Algarve	97.524 <sup>69</sup>

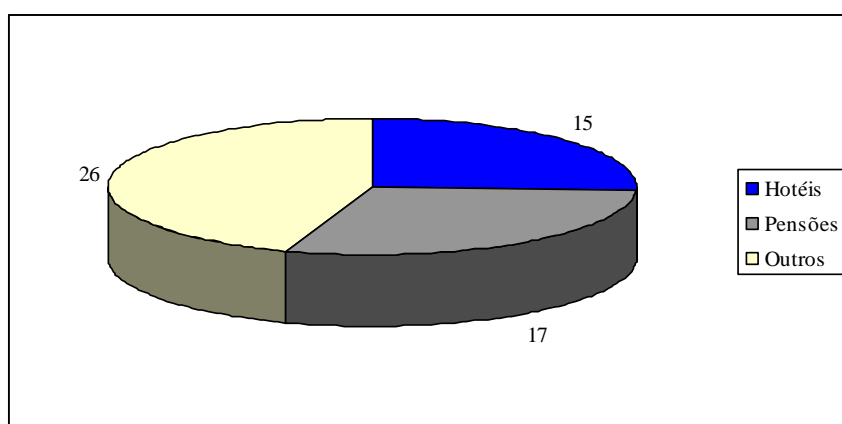
Fonte: Adaptado do INE (2007b).

Nesse mesmo ano, de acordo com dados do INE (2007a), o concelho de Portimão, com suas 17.742 camas, representou cerca de 18,19% da capacidade total dos estabelecimentos hoteleiros classificados do Algarve, apenas ficando atrás do concelho de Albufeira, cujo percentual atingiu 40,86% (39.852 camas).

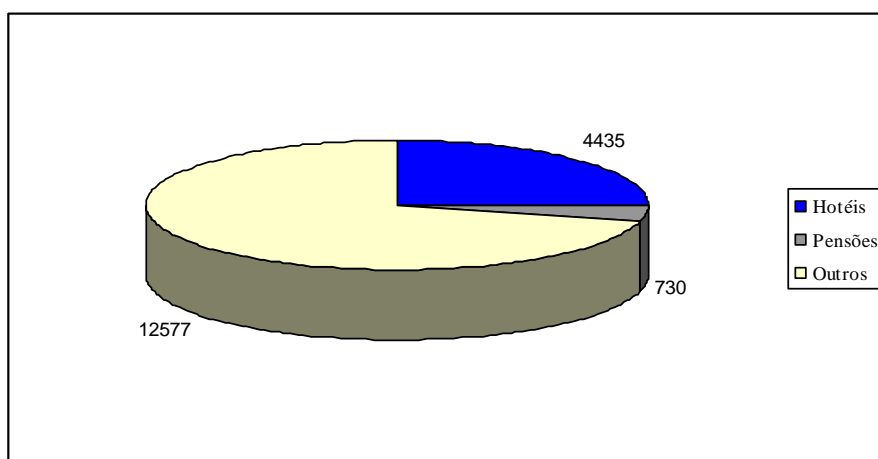
---

<sup>69</sup> Das 97.524 camas do Algarve, 33.278 pertenciam aos apartamentos turísticos, 27.204 aos hotéis, 19.791 aos hotéis-apartamentos, 4.523 às pensões, 621 aos motéis, 441 às estalagens e 168 às pousadas (INE, 2007b).

No que se refere ao perfil da oferta de alojamento, assim como em todo o Algarve, observa-se em Portimão que a maior parcela dos estabelecimentos hoteleiros classificados consiste nos apartamentos turísticos, hotéis-apartamentos e aldeamentos turísticos que juntos totalizam 26 estabelecimentos. Com uma capacidade de 12.577 camas, esses estabelecimentos representam 70,8% da capacidade de todo o parque hoteleiro classificado do concelho. Já os 15 hotéis existentes em Portimão, com 4.435 camas, representam 24,9% da capacidade total, enquanto que as pensões são ainda mais inexpressivas, com uma capacidade de 730 camas, o que equivale à apenas 4% (figuras 5 e 6).



**Figura 5: Total de estabelecimentos hoteleiros classificados em 2006 (Portimão)**  
 Fonte: Adaptado do INE (2007a).



**Figura 6: Capacidade total dos estabelecimentos hoteleiros classificados em 2006 (Portimão)**  
 Fonte: Adaptado do INE (2007a).

No entanto, deve-se considerar, ainda, que assim como em outros destinos turísticos cujo principal atrativo consiste no produto “sol e mar”, Portimão e os outros concelhos

do Algarve possuem uma vasta oferta em alojamento não-classificado, não contabilizada pelas estatísticas oficiais de turismo<sup>70</sup>, quais sejam: residências secundárias, casas de familiares ou amigos, estabelecimentos não-classificados, apartamentos alugados, etc. Segundo Gonçalves (1996), esse tipo de oferta de alojamento consiste basicamente em três situações: a) no arrendamento de casas ou quartos pertencentes aos residentes locais<sup>71</sup>; b) no uso de segundas residências<sup>72</sup>; e c) na utilização turística de edifícios construídos com finalidades habitacionais<sup>73</sup>.

Para a Agência do Arade (2005), esse tipo de alojamento pode consistir tanto em uma unidade hoteleira que esteja a funcionar sem licença (seja por conta de demoras na atribuição, seja devido ao não-cumprimento de algum requisito legal), quanto em apartamentos ou vivendas alugados durante determinados períodos do ano, que permanecem desocupados em outros períodos. Quanto a esse último, durante a pesquisa de campo realizada na área de estudo, verificou-se que é bastante freqüente a oferta de apartamentos para alugar durante as temporadas de férias, conforme pode ser observado nas fotografias de edifícios de uso residencial na praia da Rocha (figuras 7 e 8).

De modo a conhecer alguma representatividade da oferta não-classificada de alojamento turístico no concelho de Portimão, à semelhança do procedimento efetuado pela Agência do Arade (2005) para contornar a falta de estatística oficial sobre esse tipo de alojamento, associa-se essa oferta não-classificada ao conceito de alojamento familiar clássico com uso sazonal ou secundário<sup>74</sup> utilizado pelo INE nos recenseamentos. Vale a pena ressaltar que se trata de um conceito vasto de oferta não-classificada que abrange

---

<sup>70</sup> O fato da oferta de alojamento não-classificado não fazer parte das estatísticas oficiais do setor turístico inviabiliza uma análise mais pormenorizada de sua representatividade no contexto regional e, mais especificamente, na realidade de Portimão.

<sup>71</sup> Gonçalves (1996, p. 114) considera que a situação “a” trata-se de “uma prática antiga e que constituiu, durante muito tempo, uma forma de aumentar os rendimentos familiares”.

<sup>72</sup> Apenas a título de exemplo, em 1996, de acordo com estimativas realizadas pela Universidade do Algarve (*apud* PRT, 2001), as segundas residências disponibilizavam uma oferta de 75.660 camas no Algarve, concentradas principalmente nos concelhos de Loulé (26% com 19.646 camas), Portimão (13,5% com 10.187) e Albufeira (13,2% com 9.951); e outros tipos de alojamentos não-classificados contabilizaram 312.493 camas no Algarve distribuídas de forma quase que homogênea por todos os concelhos da região, sendo que 23.770 encontravam-se em Portimão.

<sup>73</sup> Para Gonçalves (1996, p. 114), nessa situação “c”, está-se diante de “uma profunda promiscuidade entre as actividades turísticas e imobiliárias com o desenvolvimento de um mercado predial do tipo urbano, em tudo semelhante ao verificado nos períodos de grande dinamismo das áreas metropolitanas”.

<sup>74</sup> Alojamento familiar é uma “unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família”. Enquadra-se nessa definição o alojamento clássico, o qual consiste na “divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins” (INE, 2002, p. XXII),

todos os alojamentos utilizados como segunda residência (seja por residentes de outras partes do concelho, seja por pessoas de outras partes do país) e também aqueles alojamentos que são alugados à margem da lei, sem contratos e obrigações fiscais (AGÊNCIA DO ARADE, 2005).



**Figuras 7 e 8: Oferta de apartamentos para alugar por temporadas**

Foto: a autora (2007).

Desse modo, de acordo com a tabela 1, pode-se observar que, em 1991, Portimão possuía 22.667 alojamentos familiares clássicos, dos quais 12.807 eram de uso habitual (56,5%) e 6.287 de uso sazonal (27,7%).

**Tabela 1: Composição do alojamento por tipologia de utilização (Portimão 1991-2001)**

Ano	Total Geral	Alojamentos Clássicos, segundo a forma de Ocupação								
		Ocupados				Vagos				
		Total	Residência Habitual	Uso Sazonal	Com Ocupante Ausente	Total	Para Venda	Para Aluguer	Para Demolição	Outros
1991	22667	20026	12807	6287	932	2641	1167	407	223	844
2001	30372	27237	16263	10974	-	3135	734	740	128	1533

Fonte: INE (Censos 1991e 2001).

Ainda segundo o INE (2002b), o concelho possuía, em 2001, 30.546 alojamentos familiares (Alvor com 4.167, Mexilhoeira Grande com 1.977 e Portimão com 24.402) e 81 alojamentos coletivos<sup>75</sup> (25 em Alvor, 2 em Mexilhoeira Grande e 54 em Portimão). De um total de 30.372 alojamentos familiares clássicos, 27.237 encontravam-se ocupados na ocasião da realização do censo 2001. Desses ocupados, 16.263 eram utilizados como residência habitual (53,63%) e 10.974 (36%) como de uso sazonal ou secundário.

<sup>75</sup> De acordo com o INE (2002b, p. XXII), alojamento coletivo consiste no “local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e, no momento censitário, está ocupado por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes”. Podem ser classificados em: convivência (instituições de apoio social, como lar de idosos, asilo e orfanato, de educação, como colégio, seminário, internato, etc., de saúde, como hospital, casa de saúde, religiosa – convento, mosteiro, etc., militar, prisional e de trabalho) e hotéis e similares.

Verifica-se, por conseguinte, o crescimento do número de alojamentos de uso sazonal, bem como, o aumento da participação na oferta global de alojamento familiar clássico no concelho. Em resumo, no período de uma década, assiste-se a uma progressão do peso do alojamento familiar clássico com uso sazonal no conjunto dos alojamentos familiares clássicos de Portimão, tendo aumentado de 27,7% (em 1991) para 36% (em 2001). Diante, portanto, da oferta de alojamento turístico de Portimão, tanto classificada, quanto não-classificada, pode-se inferir que o perfil do alojamento para fins turísticos é basicamente o do tipo *self catering*. Isso porque os hóspedes que se alojam em apartamentos ou quartos alugados (oferta não-classificada) ou em equipamentos como os apartamentos-turísticos e hotéis-apartamentos (oferta classificada) assumem uma posição mais auto-suficiente, não requerendo os tradicionais serviços hoteleiros como, por exemplo, o de refeições.

### **3.2.3 A demanda turística**

Antes de se iniciarem as análises da demanda turística no concelho de Portimão, deve ressaltar-se que a mesma dificuldade encontrada na contabilização do número de alojamentos e camas no âmbito da oferta não-classificada, devido à ausência de estatísticas oficiais, aplica-se às estimativas do número de visitantes que usufruem desse tipo de oferta turística. Desse modo, nesse item apenas serão abordados os visitantes que se hospedaram nos alojamentos turísticos classificados.

Dos 2.783.275 hóspedes registrados pelos estabelecimentos hoteleiros classificados do Algarve em 2006, Portimão representou 14,31% ao hospedar 398.305 pessoas. Foi, portanto, o 3º concelho do Algarve a hospedar mais pessoas, ficando atrás de Albufeira (38,30%, com 1.066.112 hóspedes) e de Loulé (15,37%, com 427.910) (INE, 2007a). O maior mercado consumidor do destino turístico Portimão, em termos de hóspedes, correspondeu ao mercado estrangeiro, o qual representou 63,83% do total de hóspedes, enquanto que o mercado doméstico representou apenas 36,17%. Os estrangeiros que mais visitaram Portimão foram os britânicos (112.300 hóspedes) e os espanhóis (34.185) (INE, 2007a).

Quanto ao número de dormidas, das 14.163.652 registradas no Algarve em 2006, 2.102.236 foram em Portimão (14,84%), o que fez com que ainda permanecesse atrás de Albufeira, a qual concentrou quase a metade das dormidas na região (43,17%) (INE,

2007a). Os britânicos foram os que representaram o maior número de dormidas no concelho (728.580, equivalendo a 34,65% do total), seguidos pelos portugueses (com 25,45%, ou seja 535.080 dormidas) e pelos alemães (com 209.939 dormidas, 9,98%) (INE, 2007a).

Ao estabelecer uma relação entre o número de hóspedes recebidos em 2006 e o número de habitantes nos concelhos algarvios, observa-se que Portimão, juntamente com Lagoa, é o terceiro concelho a exercer maior peso da demanda turística na população residente, com 8,2 hóspedes por cada habitante local. À frente desses dois concelhos, situam-se Albufeira (28,6 hóspedes por habitante local) e Vila Real de Santo António (8,8).

Ao observar o quadro 5, também se pode perceber que a atividade turística de Portimão está sujeita a uma forte sazonalidade dessa demanda, visto que 48,9% das dormidas ocorreram no período de verão, entre os meses de julho e setembro. Portimão foi o concelho do Algarve com a maior proporção de dormidas no verão, situando-se inclusive acima das médias regional (43,3%) e nacional (36,8%).

**Quadro 5: Demanda turística dos concelhos do Algarve em 2006**

Localidade	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro
<b>Portugal</b>	<b>1,2</b>	<b>52,6</b>	<b>36,8</b>
Continente	1,1	50,7	38,0
<b>Algarve</b>	<b>6,6</b>	<b>66,3</b>	<b>43,3</b>
Albufeira	28,6	74,2	43,3
Alcoutim	0,0	0,0	0,0
Aljezur	§	§	§
Castro Marim	2,3	49,6	40,4
Faro	2,3	42,7	34,1
Lagoa	8,2	68,2	44,3
Lagos	4,2	77,2	46,3
Loulé	6,7	64,8	39,7
Monchique	1,4	32,2	33,0
Olhão	...	...	...
<b>Portimão</b>	<b>8,2</b>	<b>63,8</b>	<b>48,9</b>
São Brás de Alportel	...	...	...
Silves	1,7	62,8	40,4
Tavira	5,9	57,2	43,4
Vila do Bispo	7,4	55,5	45,3
Vila Real de Santo António	8,8	50,4	37,8

Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico da Região Algarve 2006 (INE, 2007a). Nota: As células assinaladas com § referem-se a informações que não respeitam os critérios de qualidade. O símbolo ... significa que se trata de um valor confidencial.

Acima das médias regional (5,1) e nacional (3), a estada média nos estabelecimentos hoteleiros classificados de Portimão, em 2006, foi da ordem de 5,3 dias, conforme pode ser observado no quadro 6.

**Quadro 6: Estada média e taxa de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros classificados (2006)**

Localidade	Estada Média no Estabelecimento				Taxa de ocupação-cama (líquida)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
	Nº. de noites				%			
Portugal	3	2,6	2,2	4,7	40,8	45,1	24,9	41,8
Continente	2,8	2,4	2	4,5	39	43,8	23,9	39,6
Algarve	5,1	4,2	2,7	6	44,2	54,1	26,8	41
Albufeira	5,7	4,5	3,9	6,3	47,9	56,3	40,2	46,1
Alcoutim	0	0	0	0	0	0	0	0
Aljezur	§	...	...	0	§	...	...	0
Castro Marim	5,4	...	0	...	41,4	...	0	...
Faro	1,5	1,4	1,8	3,3	37,8	46,6	28,1	30,1
Lagoa	5,4	...	...	5,8	41,9	...	...	37,9
Lagos	5	4,8	3,6	6	46,3	57,1	47,6	38,5
Loulé	4,5	4,1	2	5,5	46,2	55,4	21,4	41,1
Monchique	2,5	...	2,2	...	26,6	...	7	...
Olhão	...	0	2,6	...	...	0	18,2	...
<b>Portimão</b>	<b>5,3</b>	<b>4,5</b>	<b>2,4</b>	<b>6</b>	<b>35,2</b>	<b>52,2</b>	<b>15,4</b>	<b>30,7</b>
São Brás de Alportel	...	0	0	...	...	0	0	...
Silves	4,8	4,7	...	...	45,7	59,6	...	...
Tavira	4,3	3,3	3,7	5,7	41,1	62,1	17,2	35
Vila do Bispo	2,9	2,9	2,2	3,1	36,9	33,2	18,9	44,6
Vila Real de Santo António	6	5,3	1,9	7,5	51	49,5	23	54,1

Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico da Região Algarve 2006 (INE, 2007a). Nota: As células assinaladas com § referem-se a informações que não respeitam os critérios de qualidade.

Uma vez descritas as principais características de Portimão enquanto uma destinação turística, avança-se para o estudo em maior profundidade das relações entre a atividade turística e o território de Portimão no próximo capítulo.

## **4 DINÂMICAS E INTERAÇÕES ENTRE TURISMO E TERRITÓRIO EM PORTIMÃO: UM ENFOQUE NA PRAIA DA ROCHA**

Toda a relação entre o desenvolvimento do turismo e a constituição de Portimão enquanto território sempre remete, direta ou indiretamente, ao mar. Desde os primórdios da cidade de Portimão, o mar sempre atuou de forma relevante ao desenvolvimento local. Foi através do mar que chegaram os primeiros habitantes e foi esse mesmo mar que forneceu os recursos necessários ao desenvolvimento da indústria conserveira em tempos atrás. Interessante notar que, na atualidade, o mar continua a representar um importante papel no desenvolvimento local e no modo de vida dos residentes de Portimão, agora já não tanto pelos produtos daí advindos, mas, sobretudo, pelo desejo que a imagem das praias algarvias, juntamente com o seu ameno clima mediterrâneo, despertam nos estrangeiros.

Em outras palavras, o mar foi o principal responsável pela transformação de Portimão em um território turístico. Mas mesmo estes territórios não são estáticos. Os territórios turísticos ou, na concepção de Barros (1998), as paisagens continentais de função turística, modificam-se quando: i) passam a receber infra-estruturas, ii) mudanças ocorrem nos arranjos dos elementos paisagísticos e iii) alteram-se os estilos de vida e perfis da demanda. Desta maneira, dá-se a dinâmica histórico-geográfica dessas paisagens. É com essa perspectiva que se pretende analisar o caso de Portimão e, em especial, o da praia da Rocha. A opção por analisar o caso da praia da Rocha deve-se ao fato de que a própria história do turismo em Portimão se confunde com a história do turismo nesta praia. Logo, é neste local onde a turistificação em Portimão mostra-se mais evidente.

### **4.1 O Processo de Turistificação: origem e evolução do turismo em Portimão**

Embora desde os finais do século XIX e princípios do XX, Portimão já recebesse visitantes, a cidade assistiu, à semelhança do restante do Algarve, a um tardio desenvolvimento turístico quando comparado com outros destinos do Mediterrâneo europeu (RAMOS, 1999). Foi nos finais do século XIX e início do XX que o desenvolvimento da atividade turística no concelho de Portimão fincou suas raízes.

Considerado o primeiro centro de vida no Algarve e segundo porto comercial (após Vila Real de Santo António), Portimão passou a assistir, nessa época, ao surgimento das primeiras iniciativas na prestação de serviços de alojamento e restauração aos visitantes<sup>76</sup>. Datam desse período dois cafés (Café-Restaurant Traquino e Café Democrático) e quatro hotéis de pequeno porte localizados no centro da vila (Hotel Francês, Soromenho, Central e Samsão) (RAMOS, 1999).

Segundo aponta Ramos (1999), os visitantes, normalmente oriundos de outras localidades das regiões do Algarve e do Alentejo, bem como da região espanhola da Andaluzia, eram em número reduzido. Como o objetivo final da viagem era as termas de Monchique, esses primeiros visitantes apenas passavam por Portimão e praia da Rocha, não permanecendo muito tempo. De qualquer modo, Lourenço (1990) afirma que a proximidade da estação termal de Monchique desempenhou um interessante papel na promoção de Portimão pelos primeiros visitantes.

Contudo, será a partir do momento da “descoberta” da praia da Rocha pelas elites locais que a atividade turística em Portimão passará a se expandir e ganhar notoriedade regional e nacional. Situada a dois quilômetros do centro de Portimão, entre a fortaleza de Santa Catarina (edificada junto à foz do rio Arade) e o morro dos castelos (NUNES, 1956), a praia da Rocha (Figura 9) foi eleita, pela elite de Portimão e dos arredores, como o espaço propício ao exercício da sociabilidade e de práticas de lazer<sup>77</sup>, passando a promovê-lo no território nacional.

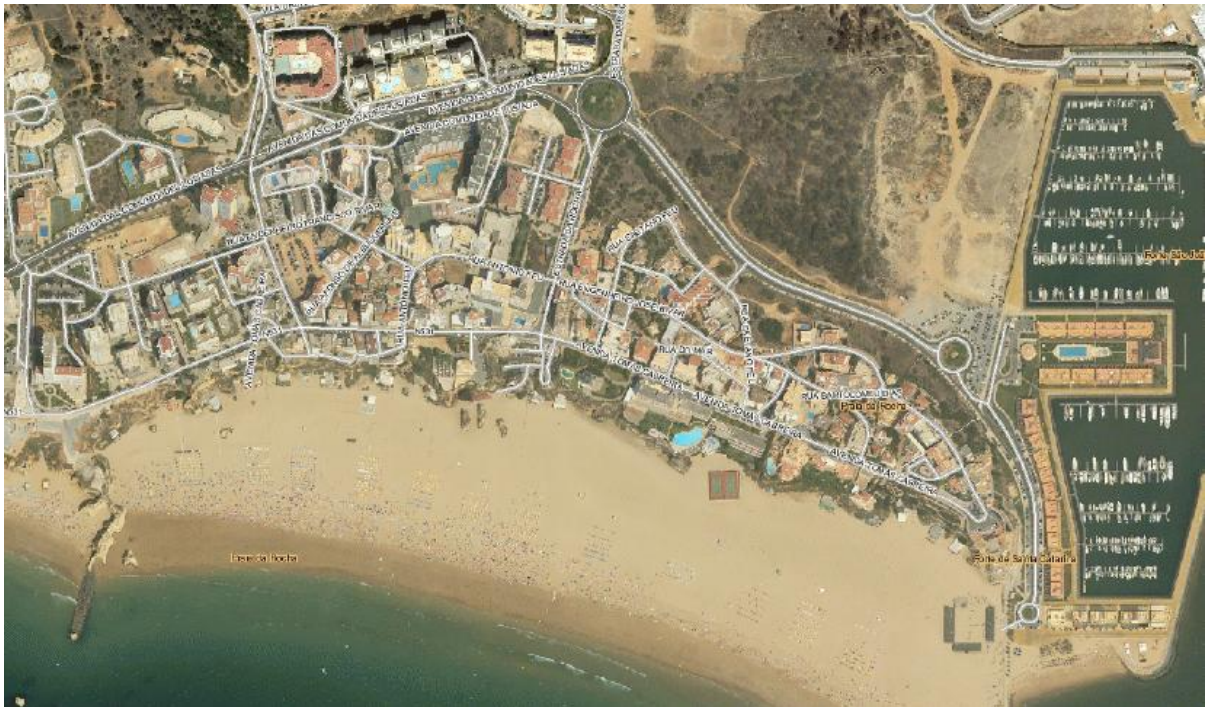
Durante a primeira metade do século XX, as praias algarvias se mantiveram como pequenas estâncias freqüentadas pela população da província e do Alentejo:

A sua força atractiva permaneceu modesta, incluindo a da Praia da Rocha. Embora não desconhecida dos ingleses, esta continuou a ser a praia das classes mais endinheiradas do Baixo Algarve Central e Ocidental e de raros lisboetas, quase todos com filiação regional (CAVACO, 1979, p. 16).

---

<sup>76</sup> Segundo Ventura & Marques (1993, p. 64), “a vila, cujas características urbanas se acentuaram na segunda metade do século XIX, oferecia serviços de alojamento e alimentação àqueles que a ela vinham para tratar dos seus negócios”.

<sup>77</sup> Na opinião de Ramos (1999, p. 92), a praia da Rocha passou a ser um local de sociabilidades, “onde as elites, unidas por relações de sociabilidade baseadas em laços de amizade e de estatuto, começam a juntar-se”.



**Figura 9: Foto Aérea da praia da Rocha (escala 1:5900)**

Fonte: Algarve Digital – Mapas do Algarve<sup>78</sup>.

Assim, de todas as praias de Portimão, a praia da Rocha foi a que mais obteve destaque no desenvolvimento turístico do concelho, tendo sido considerada o expoente máximo do turismo no Algarve entre a década de 50 e 80 do Séc. XX (RAMOS, 1999). Ainda nos dias atuais, segundo Lourenço (1990), a praia da Rocha consiste no principal ponto de atração de Portimão, até mesmo porque “pela própria ‘vida’ que a cidade oferece, o turismo acaba por refugiar-se na Praia da Rocha, onde as principais componentes para umas boas férias parecem continuar a reunir-se, pelo menos para alguns” (RAMOS, 1999, p. 97).

#### **4.1.1 A praia da Rocha: a constituição de um território turístico**

Inicialmente conhecida como praia de Santa Catarina, segundo Ramos (1999), a praia da Rocha, no final do Séc. XIX, era uma estância balnear por descobrir, sendo as termas de Monchique um dos únicos locais algarvios que atraíam turistas. Antes de seus atributos naturais e vocação turística terem sido descobertos pela elite local, a praia da Rocha, tal como observa Duarte (2002), só era freqüentada na noite de São João por pessoas de Monchique e por viajantes que passavam por Portimão com destino às termas de Monchique ou à Andaluzia.

<sup>78</sup> Disponível em: <http://geo.algarvedigital.pt/Default.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2008.

De acordo com Ramos (1999), os visitantes, a caminho de Monchique e de Fóia, apenas passavam pela Rocha, muito embora a praia já atraísse alguns banhistas que durante o verão se alojavam em casas e quintas existentes no local. Também Ventura & Marques (1993) observam que, nessa época, banhistas freqüentavam a praia da Rocha apenas durante o período balnear, que começava em finais de maio e se estendia até outubro. A praia da Rocha, portanto, inicialmente apenas freqüentada no verão, permanecia praticamente deserta no restante do ano<sup>79</sup>. Nessa altura, algumas famílias de Portimão mantinham segunda residência na praia da Rocha, onde passavam o verão (RAMOS, 1999). Não havia grande concentração humana nessa localidade por conta do isolamento da praia, a qual carecia de estruturas eficientes de acessos e de estabelecimentos comerciais capazes de possibilitar alguma autonomia em relação aos produtos comercializados em Portimão (RAMOS, 1999).

Porém, com a chegada da época balnear do verão, essa praia assumia outra identidade, viva e dinâmica, já não sendo um sítio desabitado (RAMOS, 1999). Há que se referir, o desenvolvimento da atividade turística não ocorreu de forma espontânea, mas sim, como resultado de um esforço conjunto da elite local na divulgação da praia de forma a promover a visitação turística no início do século XX. Tal como afirma Duarte (2002, p. 86): “Os notáveis da vila (monárquicos e republicanos) tiveram um papel fundamental na promoção da região, na descoberta da Praia da Rocha e da nova ‘indústria’ do turismo”.

Segundo Duarte (2002), foi Francisco Bivar Weinholtz o primeiro “promotor” dos atributos naturais da praia da Rocha por meio da Sociedade de Propaganda de Portugal<sup>80</sup>. Esse industrial, juntamente com Pádua Franco e António Teixeira Gomes foram os pioneiros da Sociedade de Propaganda de Portugal em Portimão, tendo promovido, por meio dela, os interesses da praia da Rocha. Ainda de acordo com essa autora, Bivar Weinholtz, ciente do potencial turístico dessa praia e antevendo o desenvolvimento da atividade turística local, sugeriu a António Viola que construísse

---

<sup>79</sup> “O reduzido significado deste turismo está bem patente na pequena urbanização destes lugares de veraneio: a Praia da Rocha limitou-se a um arruamento no cimo da arriba, com pequenas unidades de recepção (estalagem e pensões) e algumas vivendas” (CAVACO, 1979, p. 16).

<sup>80</sup> A Sociedade de Propaganda de Portugal, fundada em 1906, consistiu em uma entidade com finalidade de promover o turismo português no cenário mundial, cujo delegado em Portimão era António Teixeira Bicker. Segundo Duarte (2002, p. 88), o trabalho dessa entidade era bem visto, tanto por monárquicos quanto pelos republicanos, “que consideravam a instituição patriótica no seu trabalho de promoção de Portugal, ao fomentar as relações nacionais e internacionais”.

um pequeno hotel, fazendo surgir então o primeiro hotel da praia da Rocha: o Hotel Viola.

Foram esses entusiastas<sup>81</sup> que, nos seus círculos sociais, começaram a divulgar as belezas naturais dessa praia, além de terem começado a promover atividades de animação de forma a atrair os visitantes (DUARTE, 2002). Foi nesse contexto que as famílias Maravilha, Bivar, Palma e Negrão passaram a ser frequentadoras assíduas da praia da Rocha (DUARTE, 2002).

No início do Séc. XX, no ano de 1903, Bivar Weinholtz empreendeu a construção do Salão de Festas e Clube, que acabaria por se tornar, posteriormente, o cassino local (DUARTE, 2002). Em 1908, mesmo sem possuir uma infra-estrutura capaz de acolher efetivamente os visitantes, a praia da Rocha já era conhecida como uma estância balnear (VENTURA & MARQUES, 1993; RAMOS, 1999), ano em que foi inaugurado o primeiro comboio semanal a ligar Lisboa a Faro (FLORES, 1999). Desse modo, segundo Ventura & Marques (1993), era no centro da vila de Portimão que as famílias encontravam estruturas de alojamento, embora, na época balnear, a capacidade de acolhimento dos hotéis, pensões e casas de aluguel se esgotasse.

A crescente procura pela praia da Rocha pôde ser evidenciada, segundo Ventura & Marques (1993), pela inauguração do cassino em 1910, evento que marcou uma fase de melhoramentos na estrutura local, os quais passaram a atrair as elites aristocráticas do sul de Portugal e da Andaluzia. O cassino era formado por um salão de jogos e um salão de baile, onde eram realizados concertos de músicas. Tratava-se de um lugar de entretenimento, de sociabilidade e de convívio das elites, que proporcionava aos banhistas, durante o verão, a “ocupação para os momentos de indolência e oportunidade para os cavalheiros galantes e as meninas da sociedade dançarem animadamente” (VENTURA & MARQUES, 1993, p. 107). Muitas vezes, o cassino era arrendado por empresas para servir de cenário para diversas atividades lúdicas (DUARTE, 2002).

Nessa época, aristocratas (tais como a família Bivar e o visconde da Rocha), industriais conserveiros (tais como Cayetano Feu, João Fialho e Ojeda Martins) e altos

---

<sup>81</sup> Duarte (2002) cita, ainda, diversas personalidades que tiveram destaque na promoção da Rocha por meio da imprensa, tais como: Jerónimo Negrão Büisel, João Francisco Leote, António Júdice Magalhães Barros, tendo esse último escrito uma série de artigos sobre a praia da Rocha publicada no jornal O Algarve. Também Mário Lyster Franco atuou como um promotor dos atributos turísticos dessa praia por meio do Diário de Notícias, onde trabalhava como redactor.

funcionários (Dr. Magalhães Barros é um exemplo) passaram a ocupar a praia da Rocha construindo suas casas ou chalés, onde recebiam inúmeros visitantes (VENTURA & MARQUES, 1993). De acordo com Ventura & Marques (1993, p. 107), as residências dessas elites “ostentavam o nome da família ou optavam por um indicativo da sua função - «Meu Repouso», «Week End» ou simplesmente «Vila Contente»”.

A procura por casas passou a se intensificar a ponto que, em 1911, algumas pessoas de Portimão começaram a construir imóveis para alugá-los (RAMOS, 1999). As construções de vivendas e chalés ao longo da avenida marginal da praia da Rocha para o uso de residentes e turistas mais ricos, na opinião de Ramos (1999), marcaram as feições deste destino turístico. Ainda em 1911, na ocasião do Congresso de Turismo em Lisboa, foi constituída uma comissão de acolhimento e itinerários, formada por Bivar Weinholtz, Luís Maria Vieira, José Pearce d’Azevedo, Rudolfo Torrens, Jerónimo Negrão Büisel, António do Carmo Provisório, José Fialho, entre outros dos poderes locais, que tentou, sem sucesso, levar os congressistas a Portimão e à praia da Rocha (DUARTE, 2002).

Cada vez mais a praia da Rocha ia ganhando notoriedade, a ponto que em 1911, durante uma conferência sobre a indústria em Portugal, Tomás Cabreira, Ministro das Finanças na I República e deputado do Algarve, visionando ser o turismo uma “indústria” de próspero futuro em Portugal, sugeriu ao Governo a criação das estações de inverno em Cascais e na praia da Rocha (FLORES, 1999). Em 1912, por iniciativa da Sociedade de Propaganda de Portugal, foi instalado um posto meteorológico na praia da Rocha, resultando na realização de diversos estudos sobre as condições climáticas locais, as quais, segundo Duarte (2002), constituíam-se na base da promoção dessa praia.

Durante o verão de 1912, veranistas oriundos de Lagos, Monchique, Faro e Coimbra, bem como a própria burguesia local e poucas pessoas de Lisboa freqüentaram a praia da Rocha. Foi também durante esse período que os andaluzes passaram a freqüentar essa praia com mais assiduidade (FLORES, 1999). Segundo Flores (1999, p. 600), esses primeiros turistas, membros da elite local e regional<sup>82</sup>, repartiam “os seus ócios pelo

---

<sup>82</sup> Interessante notar que no início do desenvolvimento da atividade turística, segundo Prista (apud Ramos, 1999, p. 71), “os pobres iam para Quarteira, os remediados para Albufeira, os ricos para Armação de Pêra e os finos para a Rocha”.

banho matinal recomendável para a saúde, pela fruição da frescura do mar, da paisagem inteiramente virgem e pelo «dolce farniente» da vida social local”.

Em 1913, fruto de mais uma iniciativa de promoção da Sociedade de Propaganda de Portugal, houve a visita de um grupo de jornalistas ingleses que percorreu Monchique, Fóia, Barranco dos Pisões, Caldas, Lagos e praia da Luz, com parada final na praia da Rocha e hospedagem no Hotel Viola (DUARTE, 2002). Nessa ocasião, foi realizada uma festa no cinematógrafo da praia da Rocha, durante a qual ocorreram mostras de filmes, concerto musical e uma conferência sobre o Algarve (DUARTE, 2002).

No período após a I Guerra Mundial, os ingleses começaram a freqüentar as praias do Algarve, como reflexo da intensificação das relações comerciais com a Inglaterra. Com a praia da Rocha não foi diferente, passando a ser comum a presença de turistas ingleses<sup>83</sup>, principalmente na época de inverno (FLORES, 1999).

1915 foi o ano da realização do I Congresso Regional Algarvio no cassino da praia da Rocha. Desse modo, foi formada uma comissão de iniciativa privada que contou com o apoio da Câmara Municipal com o intuito de promover melhoramentos na avenida marginal e na acessibilidade à localidade (DUARTE, 2002). Esse evento, na opinião de Duarte (2002, p. 89), “veio confirmar a importância da Praia da Rocha como estação balnear e futura estância de turismo europeia, e nele foi exigida a criação duma zona de turismo que potenciase o desenvolvimento daquela praia”. Durante o congresso, tomando-se consciência da relevância do jogo no futuro turístico da praia da Rocha, foi defendida a sua regulamentação (CABREIRA *apud* DUARTE, 2002), além de terem sido discutidas iniciativas de desenvolvimento para o Algarve e, particularmente, para a praia da Rocha (VENTURA & MARQUES, 1993).

Com esse Congresso, a praia da Rocha se projetou como um lugar de interesse turístico, atraindo a atenção de algumas personalidades como: o organizador do evento, Tomás Cabreira, o qual “trocou definitivamente Biarritz pela Praia da Rocha e defendeu com vigor as suas excepcionais características e potencialidades” e Adelino Mendes, então correspondente do jornal A Capital, que passou a promover essa praia, afirmando que em Portugal não se encontrava nada igual (DUARTE, 2002, p. 90).

---

<sup>83</sup> Segundo Ramos (1999, p. 83), os turistas ingleses passariam a “condicionar fortemente” o turismo local devido à sua constante presença, sobretudo após a II Guerra Mundial.

Em 1917 foi a vez da abertura de um escritório da Sociedade de Propaganda de Portugal em Paris, chefiado por um entusiasta da praia da Rocha, Pádua Franco, que passou a promover em território francês as atrações turísticas dessa localidade (DUARTE, 2002).

O crescente interesse pela praia da Rocha pôde ser evidenciado pelo maior número na construção de habitações, tendo sido principalmente no início da década de 20 o período em que a elite industrial de Portimão a elegeu como um lugar para a construção de suas residências (*chalets*<sup>84</sup>), bem como, como um cenário de investimentos (DUARTE, 2002)<sup>85</sup>:

Localmente, a acumulação de elevado estatuto económico equivalia igualmente a um destacado estatuto social e simbólico, pelo que os conserveiros, a nova elite económica, deixaram a sua marca na evolução da Praia da Rocha.

Assim, sobretudo os industriais conserveiros de Portimão edificaram nessa praia as suas casas e também investiram na compra de terrenos, já se antevendo à sua valorização. E, dessa forma, pôde-se observar no final da década de 20 uma série de modificações urbanísticas nesse cenário (DUARTE, 2002).

A fama da praia da Rocha começou a se difundir pela província e por todo o país, fato que resultou no incremento gradual dessa estação balnear. Em 1927, Raul Proença (*apud* VENTURA & MARQUES, 1993), escreveu no Guia de Portugal que a praia era freqüentada anualmente, em média, por 700 banhistas, os quais se distribuíam por aproximadamente cem casas de aluguel e pelo Hotel Viola, o único estabelecimento hoteleiro situado nessa praia.

Nessa altura, o Hotel Viola, já não dava resposta ao aumento da demanda turística, “encontrando-se na época balnear permanentemente esgotado por uma fiel clientela, que anualmente fazia dele a sua moradia de férias” (DUARTE, 2002, p. 185). Os visitantes, segundo Ventura & Marques (1993, p. 110), “tinham de se contentar com alojamento improvisado em vãos de escada” ou tinham que compartilhar a habitação com outros hóspedes. Nesse sentido, Duarte (2002, p. 190) afirma que “a beleza natural contrastava,

---

<sup>84</sup> Tal como Fúster (1991) observou que na Costa Blanca (Espanha), na gênese do turismo, os chalés foram as primeiras formas de colonização desses espaços.

<sup>85</sup> Evidenciando o maior interesse pelo desenvolvimento turístico da praia da Rocha, agora na esfera pública, na legislação de 1918, essa praia foi considerada uma das primeiras “Terras de Turismo” de Portugal (DUARTE, 2002).

porém, com as condições de acomodação dadas aos turistas estrangeiros, habituados a aquecimento central e a habitações mais amplas e arejadas”.

Os turistas que não conseguiam se hospedar no hotel – na maioria, pessoas com condição econômica mais baixa (RAMOS, 1999) – se hospedavam nas pensões e hospedarias de Portimão<sup>86</sup> (RAMOS, 1999; DUARTE, 2002). Além da precariedade das acomodações, a praia da Rocha carecia de um sistema de esgotos e rede de água canalizada, bem como de melhoramentos na sua avenida marginal.

Assim, diante da flagrante necessidade da dotação de infra-estruturas fundamentais, foi formada, em 1930, a Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha por Cayetano Feu, João Josino da Costa e José Simões Quintas. Essa Comissão, “consciente da rentabilidade da actividade turística, pressionou a autarquia e os empresários no sentido de maior investimento” (VENTURA & MARQUES, 1993, p. 116), conseguindo impulsionar alguns melhoramentos na localidade (RAMOS, 1999; DUARTE, 2002), chegando mesmo a ter papel essencial na evolução urbanística dessa praia<sup>87</sup> (DUARTE, 2002). Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas por esta Comissão, foram empreendidos alguns melhoramentos, enumerados por Ventura & Marques (1993): a abertura da estação de telégrafo postal, a reparação da estrada para a Rocha, o alargamento e a iluminação do percurso até a praia do Vau e a construção do Pavilhão Avenida.

O Pavilhão Avenida, inaugurado em 1930, imprimiu marcas na vida social da Rocha dos anos 30, por meio dos diversos eventos que promoveu, tais como: bailes, a eleição da Rainha das praias do Algarve, concertos, conferências, etc. Segundo (DUARTE, 2002, p. 188):

A actividade social promovida pelo Pavilhão Avenida era moderna demais para as famílias mais tradicionais e conservadoras de Portimão, que se escandalizavam com a quantidade de dinheiro gasto por muitos que consideravam os novos ricos. Apesar de tipicamente mundano, o Pavilhão Avenida promoveu a cultura através de inúmeras conferências e fez a divulgação da poesia e de poetas algarvios.

---

<sup>86</sup> Para percorrer o trajeto de cerca de 2 Km entre o centro de Portimão e a praia da Rocha, tornava-se necessário o uso das carrinhas como uma espécie de táxi. Essas encontravam-se disponíveis no Largo do Dique, onde os banhistas negociavam o preço do percurso, tendo muitas vezes que esperar completar a lotação máxima de seis pessoas. Com a intensificação da procura turística, o movimento das carrinhas tornou-se tão forte que gerava engarrafamentos na estrada junto à falésia. (VENTURA & MARQUES, 1993; RAMOS, 1999).

<sup>87</sup> De acordo com Duarte (2002), a Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, temendo uma construção descontrolada, foi responsável pelo embargo de construções que não apresentavam previamente a planta do projeto.

Em 1931, foi realizado o asfaltamento da estrada da Rocha, além de ter sido criada uma empresa construtora para venda de lotes e construção de casas econômicas para arrendamento (VENTURA & MARQUES, 1993; RAMOS, 1999). Em 1932, foi a vez do cassino ser remodelado. Também nesse mesmo ano, o Hotel Viola foi remodelado pela empresa hoteleira Praia da Rocha, passando a ser denominado de Hotel da Rocha, dispondo de oitenta quartos, casa de banho, sala de jantar e sala de visita. Ainda em 1932, a praia da Rocha foi promovida durante a Grande Exposição Industrial Portuguesa (DUARTE, 2002).

Em 1933, foi fundado, por iniciativa de Américo Negrão Büisel, o *Baby Clube*, com o intuito de promover aulas de ginástica e atividades de animação na praia da Rocha (DUARTE, 2002). Nesse mesmo ano, em uma iniciativa de movimentação do turismo doméstico, a CP promoveu excursões que chegaram a levar grupos de cerca de 500 visitantes que eram recebidos em clima de festividade (DUARTE, 2002).

Em 1934, observou-se a povoação da praia pela nobreza andaluza (marqueses de Alba Serrada, condes de Marvila, conde El Castillo de Tagu e viscondessa de Almocadeu) e também uma maior visitação pelos ingleses (VENTURA & MARQUES, 1993). Em 1936, deu-se a inauguração do Hotel Bela Vista (por iniciativa de Henrique Bivar de Vasconcelos, o qual arrendou a Vila da Nossa Senhora das Dores e transformou-a num hotel de elite, disputado pelas famílias inglesas) que veio a somar à parca oferta de alojamento do Hotel Viola (RAMOS, 1999). Ainda em 1936, criaram-se carreiras de camionetas entre Portimão e praia da Rocha, que passaram a substituir as tradicionais carrinhas (VENTURA & MARQUES, 1993).

Nesse mesmo ano, houve ainda o I Congresso Nacional de Turismo onde foi apresentado *Memória justificativa dum Plano de melhoramentos da Praia da Rocha*. Face às necessidades de melhorias nas infra-estruturas básicas, tratava-se de uma proposta para a construção de arruamentos e de uma rede de esgotos, além da arborização dos espaços públicos e da construção de um hotel de grande porte – Hotel Algarve, cuja construção só ocorreria na década de 60 (VENTURA & MARQUES, 1993; RAMOS, 1999). Também nesse período, em meados dos anos 30, entre o casario que ia sendo edificado ao longo da avenida marginal, foram surgindo algumas pensões, de estrutura modesta, como a Pensão Oceano, Avenida, Sol e Pinguim (VENTURA & MARQUES, 1993). Começaram ainda, a serem desenvolvidas, durante o verão,

atividades voltadas para a recepção dos turistas, como a instalação na praia dos primeiros toldos de aluguel (RAMOS, 1999).

Com as graduais melhorias, também os números de turistas que freqüentavam a praia da Rocha aumentaram, atingindo o número de 1.000 visitantes durante o ano de 1936 (VENTURA & MARQUES, 1993). Desse modo, durante a primeira metade do Séc. XX, o número de visitantes na praia da Rocha foi se intensificando cada vez mais, “dando lugar a uma regular e crescente colônia balnear estival, que promovia infindáveis festas, ‘chás’, récitas, ‘quêtes’, pic-nics, passeios, regatas, torneios de ténis e serões” (DUARTE, 2002, p. 87).

Mas, foi principalmente após a II Guerra Mundial que a atividade turística começa a se desenvolver com maior intensidade em Portimão e na praia da Rocha, com forte presença dos turistas ingleses (RAMOS, 1999). Assim, com a crescente procura pela praia, buscou-se dinamizar o espaço de forma a obter lucro com a visitação e também de modo a criar novas alternativas de lazer além dos toldos, dos passeios no areal e dos banhos de mar. Foi com essa perspectiva que, a partir da década de 50, surgiram os primeiros restaurantes da praia, que inicialmente funcionavam apenas durante o verão, em barracas de madeira montadas na praia no início da época balnear e desmontadas no final de setembro (RAMOS, 1999).

Sobre o cotidiano vivenciado pelos turistas na praia da Rocha durante a primeira metade do Séc. XX, Duarte (2002, p. 87) afirma que havia grande participação dos visitantes nas atividades do cassino, fato que leva a autora a considerar que “o interesse pelo jogo foi um factor importantíssimo na evolução desta praia”. Diante do exposto, pode-se inclusive afirmar que à semelhança das cidades turísticas investigadas por Mullins (1991), a praia da Rocha, com seu cassino, era um lugar voltado para o consumo e para o lazer, onde “vivia-se um ambiente ousado (...) provocado pela agitação do jogo e do prazer” (RAMOS, 1999, p. 92). Essa essência de lugar voltado para o lazer se estenderá pelas décadas seguintes, porém usufruída por um público diferente das elites freqüentadoras de outrora<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Ramos (1999, p. 184) faz uma distinção entre dois períodos de desenvolvimento da atividade turística na praia da Rocha. O primeiro denomina “a praia pequena”, que pode ser caracterizada por um “turismo de menores dimensões e mais elitista”. O segundo consiste no período vivenciado a partir dos anos setenta, durante o qual o desenvolvimento da atividade turística ocorreu “de uma forma mais rápida e

A partir da década de 60, no Algarve, “a emigração e o desenvolvimento do turismo e dos serviços fizeram concentrar todas as atenções nas terras do litoral” (DAVEAU *et al*, 1997, p. 25-26), tendo então essa região surgido “aos olhos dos governantes de então, como um paraíso de praias e de divisas, um lugar onde o lucro era fácil e rápido” (NETO & AMÂNCIO, 1997, p. 32). Assistiu-se, não apenas nas praias do Algarve, mas também em outros destinos turísticos europeus, um verdadeiro *boom* da atividade turística, resultante da prosperidade econômica do Pós-Guerra.

Em toda essa região, a intensificação do fluxo turístico foi favorecida pela inauguração do aeroporto de Faro em 1965, o qual proporcionou a vinda de milhares de turistas estrangeiros. É nessa época que se observa na praia da Rocha um significativo incremento da demanda alemã e a chegada dos primeiros turistas franceses e holandeses (RAMOS, 1999).

Em 1962, foi finalizada a construção do Hotel Algarve, num período em que estavam a ser construídos vários hotéis de menor porte, além de pensões. Paralelamente à construção desses hotéis, o campismo passou a ter maior expressão na praia da Rocha durante o verão (RAMOS, 1999). Nesse período, observa-se também a proliferação de atrativos noturnos e de lojas de *souvenirs* (RAMOS, 1999) e de um novo tipo de equipamento turístico, os aldeamentos turísticos (GAMEIRO, 2004).

A partir da década de 70, após o término da Ditadura, e ao longo da década de 80, ocorreu grande intensificação da visitação não apenas na praia da Rocha, mas também em todo o Algarve. Foi nessa época, segundo Ramos (1999), que ocorreu o mais expressivo crescimento hoteleiro na praia da Rocha: muitas vivendas foram vendidas, passando a dar lugar a novas edificações, tendo-se construído os primeiros arranha-céus e lotes de apartamentos. Também foi construído o Hotel Júpiter. Nessa época, os primeiros empresários ingleses<sup>89</sup> passaram a marcar expressivamente a ocupação da

---

intensa, tendo ocorrido as principais transformações a que esta estância esteve sujeita, para já não falar na mudança paisagística que se deu com esta operação”. Desse modo, a autora conclui: “passou-se para um turismo fortemente massificado onde a praia se torna um espaço, cada vez mais pertencente à esfera do ‘público’”.

<sup>89</sup> Segundo Duarte (2002), já em 1928 constatava-se o interesse dos ingleses em investir na praia da Rocha, na ocasião em que uma empresa britânica fez uma proposta de investir e gerir o jogo no Algarve. No entanto, face às condições impostas pelos ingleses que desagradavam o governo português, o projeto acabou por não se concretizar. Três anos mais tarde seria a vez da empresa bancária The Corporation London Banhi demonstrar o interesse estrangeiro pela Praia da Rocha, através do domínio das cotas da Sociedade Anónima de Responsabilidade Ld<sup>a</sup> – Praia da Rocha, a qual possuía 570.000 metros quadrados

praia da Rocha, fazendo-se abrir as primeiras discotecas e campos de golfe (RAMOS, 1999).

Assim, é nesse período que equipamentos turísticos, tais como restaurantes e bares, lojas de *souvenirs* e de artesanato, discotecas e casas noturnas, além dos blocos de apartamentos, passaram a povoar densamente a sua avenida marginal e as ruas adjacentes. Também a praia sofreu alterações, com o seu areal mais extenso, após as obras de desassoreamento do rio Arade (VENTURA & MARQUES, 1993).

Estava-se a assistir, pois, à massificação do turismo na praia da Rocha. O seu território estava a se tornar completamente turistificado, especializado em uma única função: as atividades de turismo e lazer. Constitui-se um novo território turístico, inserido no contexto internacional de valorização das estâncias balneares. Com a massificação do turismo na praia da Rocha, assiste-se a uma mudança do perfil do seu turista: as elites de outrora passam a dar lugar às classes menos abastadas. A praia estava a se tornar acessível a todos.

#### **4.1.2 Análise da dinâmica turística de Portimão**

De modo a descrever de forma numérica o processo de turistificação de Portimão, ou seja, a evolução da sua atividade turística, optou-se por realizar um levantamento de dados relativos à demanda e à oferta turística do concelho. Face à ausência de informações estatísticas oficiais sobre a oferta de alojamento não-classificado, apenas foram utilizados, como base da presente análise, os seguintes números disponibilizados pelo INE<sup>90</sup>: quantidade de estabelecimentos hoteleiros classificados e respectiva oferta de leitos, número de hóspedes registrados nesses equipamentos e respectivas dormidas e países de procedência. Sempre que possível buscou-se realizar uma comparação com os números referentes ao País e ao Algarve de forma a demonstrar a representatividade de Portimão nos cenários nacional e regional. O recorte temporal para essa análise consistiu no período entre 1969 (data da primeira publicação do documento *Estatísticas do Turismo* do INE) e 2006 (os dados mais atuais disponíveis).

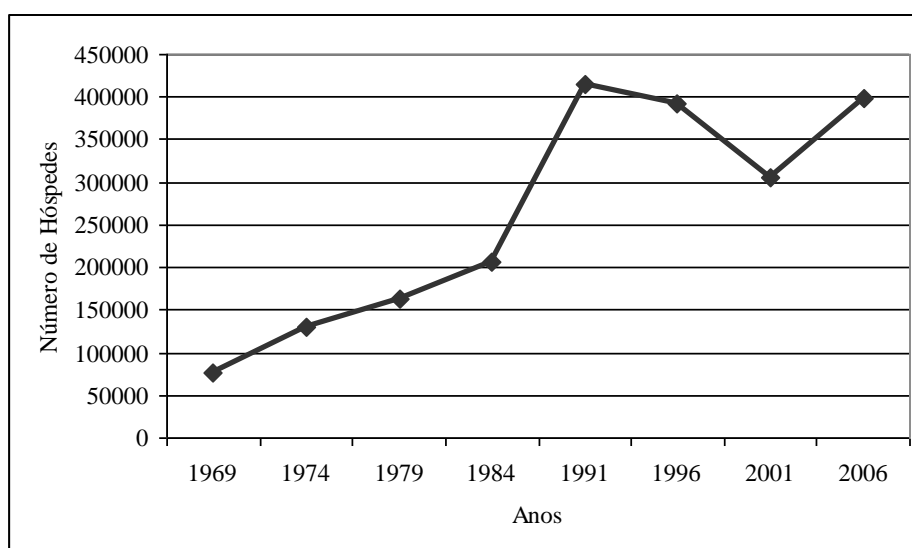
---

de área para construção, além de ser a proprietária do casino e de uma parte de hotel. No entanto, pouco foi realizado (DUARTE, 2002).

<sup>90</sup> Para os anos de 1969 a 1984 foram consultadas o documento *Estatísticas do Turismo* do INE referente a cada ano. Para as análises do ano de 1991, usaram-se como base os dados do INE contidos no PROTAL (2007), enquanto que para os anos de 1996, 2001 e 2006 foram usadas as publicações do INE *Anuários Estatísticos do Algarve*, excetuando-se os dados relativos ao País que foram retirados das *Estatísticas do Turismo*.

Analisando-se os números referentes à escala temporal de 1969 a 1991, observa-se que a procura turística pelo concelho de Portimão – tanto em relação ao número de hóspedes registrados nos estabelecimentos hoteleiros classificados, quanto ao número de dormidas – aumentou substancialmente. Nesse período, o turismo em Portimão esteve em contínua expansão, tendo atingido o ápice da visitação em 1991, a partir do qual é possível observar taxas de decréscimo.

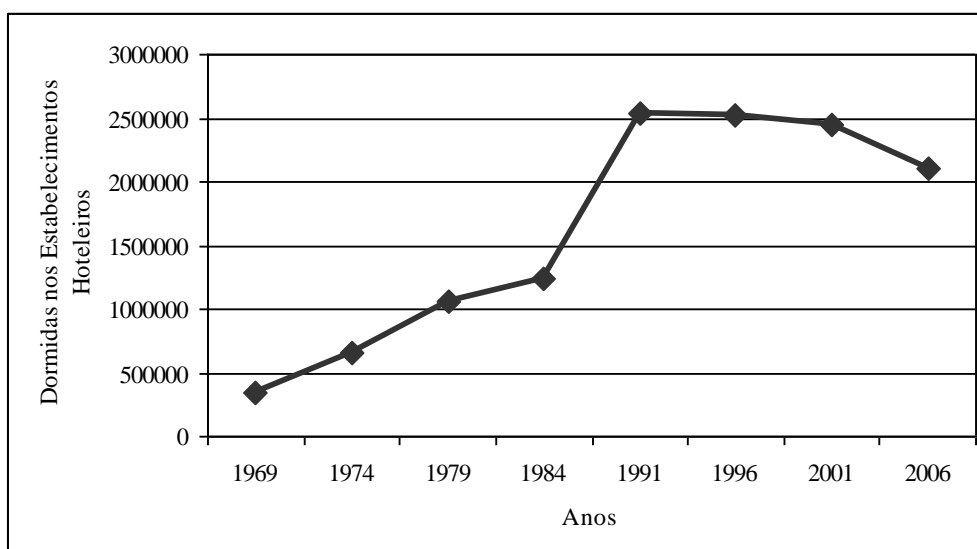
Em 1969, Portimão recebeu 75.395 hóspedes registrados nos estabelecimentos hoteleiros classificados, um quantitativo que aumentou progressivamente até o ano de 1991, o qual contabilizou 414.965 hóspedes, ou seja, um crescimento de 450% (Figura 10). Após esse período, o número de hóspedes passou a decair, de 392.064 em 1996 para 305.496 em 2001. Entre 2001 e 2006, esse número voltou a subir, tendo-se registrado 398.375 hóspedes nos estabelecimentos do concelho.



**Figura 10: Evolução do Número de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

Em relação à evolução do número de dormidas registradas nos estabelecimentos hoteleiros classificados de Portimão, observou-se semelhante dinâmica, tendo sido 1991 o ano de melhor desempenho (Figura 11). Entre 1969 e 1991, observou-se uma variação positiva de 645%, enquanto que entre 1991 e 2006, registrou-se um decréscimo de 17%.

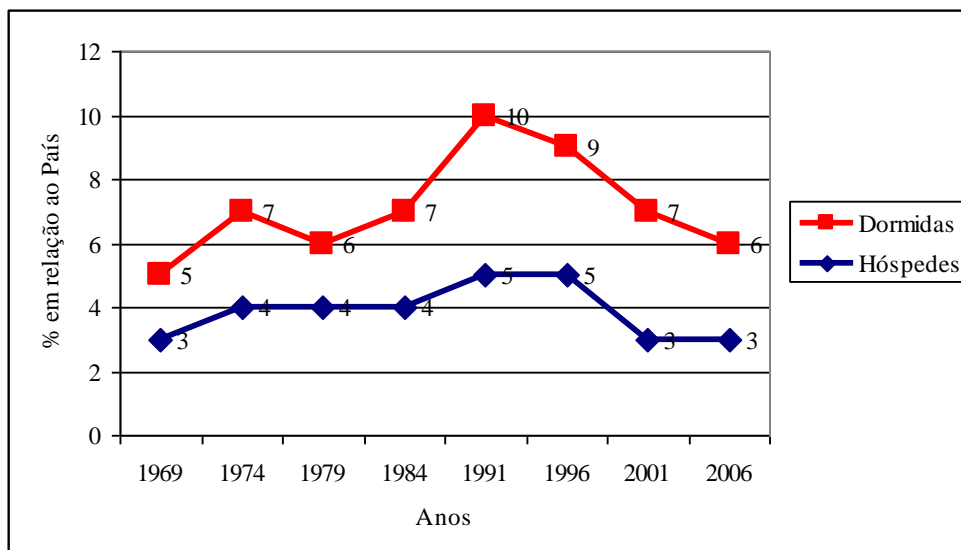


**Figura 11: Evolução do Número de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

É interessante notar nas figuras 10 e 11 o salto que a atividade turística dá entre 1984 e 1991, com um crescimento da ordem de 101% de hóspedes e de 104% de dormidas. Após esse período, entre 1991 e 2001, observa-se um decréscimo de 26% de hóspedes e 3,6% de dormidas. Convém notar também que entre 2001 e 2006, enquanto o número de hóspedes cresceu 30%, o número de dormidas diminuiu 14%.

No tocante à representatividade desses números registrados em Portimão quando comparados aos números do País, é possível afirmar que a participação do turismo de Portimão no cenário turístico nacional teve seu apogeu no ano de 1991, tendo concentrado 5% dos hóspedes e 10% das dormidas (Figura 12). Até 1991, observou-se, a cada cinco anos, um contínuo crescimento da fatia de participação de Portimão no turismo português; e após 1991, a participação de Portimão passou a decair, registrando-se atualmente 6% do número de dormidas e 3% do de hóspedes.

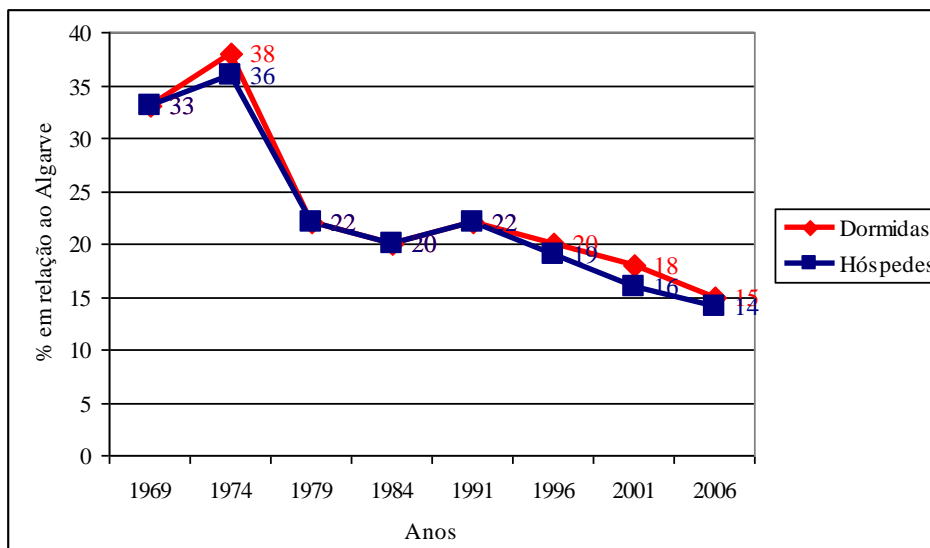


**Figura 12: Evolução da representatividade dos números de dormidas e hóspedes registrados em Portimão em relação aos números do País (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

Em relação à representatividade do turismo de Portimão face ao desempenho do Algarve, observa-se uma dinâmica distinta da verificada no cenário nacional (Figura 13). 1969 e 1974 foram os anos que registraram a maior participação das dormidas e hóspedes de Portimão no cenário regional, no momento em que a praia da Rocha era considerada o expoente máximo do turismo algarvio.

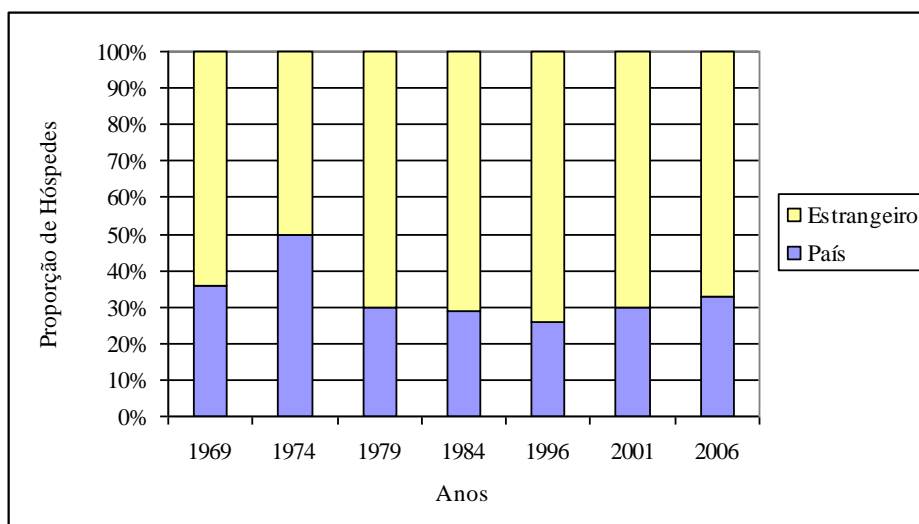
A partir desse período, o contínuo decréscimo da participação do turismo de Portimão reflete a expansão da atividade turística nos demais concelhos da região, sendo Albufeira um importante exemplo de destinação turística em ascensão. O número de dormidas (339.683) e de hóspedes (75.395) em Portimão que em 1969 representou 33% dos números registrados no Algarve, passou a representar em 2006 15% (2.102.236 dormidas) e 14% (398.375 hóspedes), respectivamente.



**Figura 13: Evolução da representatividade dos números de dormidas e hóspedes registrados em Portimão em relação aos números do Algarve (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

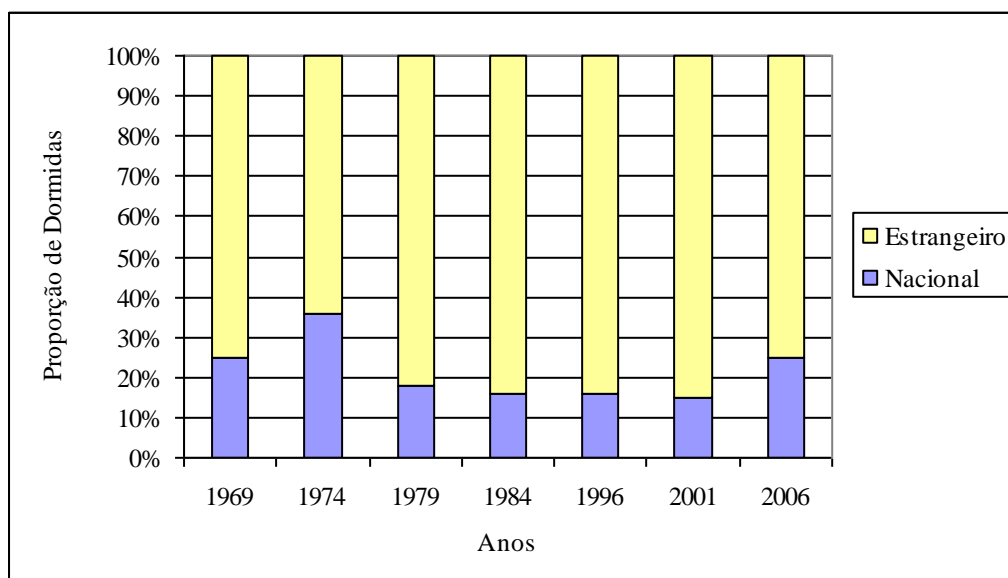
Desde a gênese da atividade turística em Portimão, pode-se perceber a grande representatividade da demanda estrangeira, indicando o predomínio do mercado internacional em relação ao doméstico, conforme figuras 14 e 15. De acordo com a figura 14, pode-se perceber que apenas em 1974 a proporção de hóspedes estrangeiros esteve igualada aos nacionais, tendo-se totalizado 50%. Nos demais anos analisados, a taxa de estrangeiros registrados nos estabelecimentos hoteleiros classificados chegou a atingir valores superiores a 60%.



**Figura 14: Proporção de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

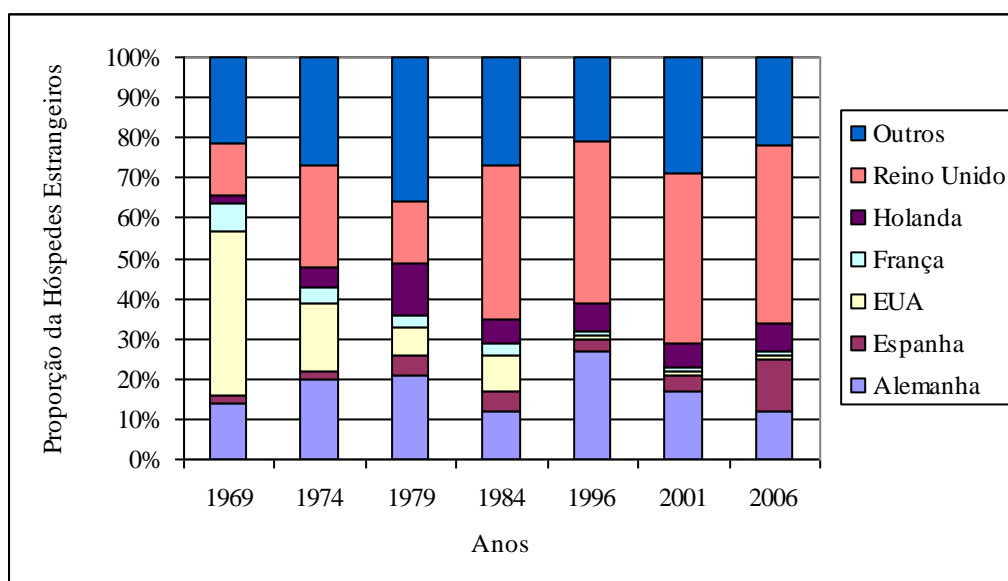
Do mesmo modo que o mercado estrangeiro é o principal responsável pelo número de hóspedes, é em relação ao número de dormidas em Portimão, sempre tendo representado taxas superiores a 60%, conforme figura 15. Tal como nos outros concelhos do Algarve, os estrangeiros são responsáveis pela maior visitação e pelo maior número de dormidas.



**Figura 15: Proporção de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

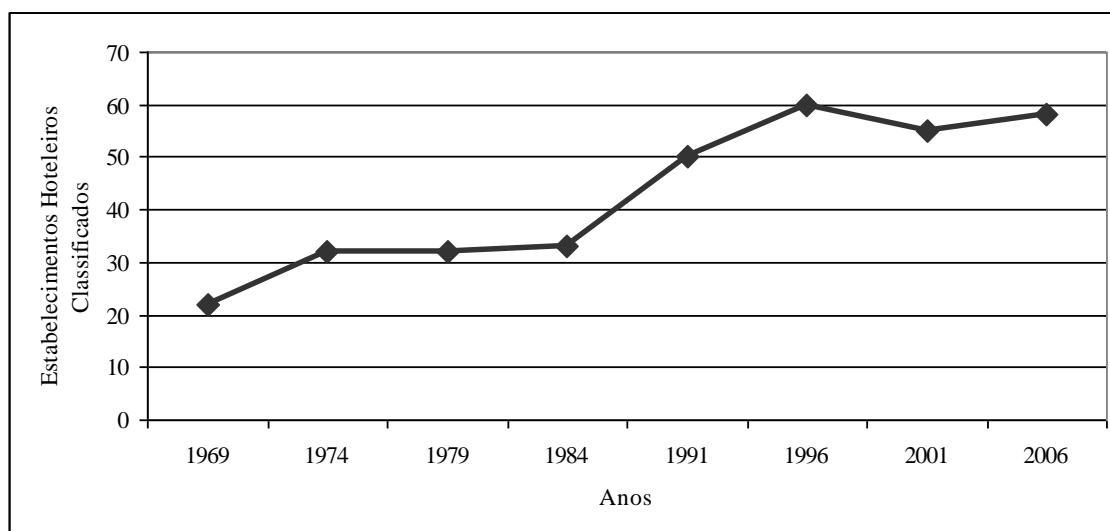
Entre os países de residência, destacam-se, ao longo dos anos, a forte presença dos britânicos e alemães, seguidos pelos holandeses e espanhóis (Figura 16). O Reino Unido consiste atualmente no principal mercado emissor, tendo concentrado 44% dos hóspedes registrados em Portimão em 2006. O peso desse mercado passou a aumentar a partir de 1979, após progressiva perda do peso relativo das visitas advindas dos Estados Unidos da América, tendo triplicado no período analisado. Já o peso do mercado alemão permaneceu praticamente constante ao longo de três décadas, embora se tenham notado algumas variações.



**Figura 16: Hóspedes do Estrangeiro nos Estabelecimentos Hoteleiros Classificados de Portimão (1969-2006)**

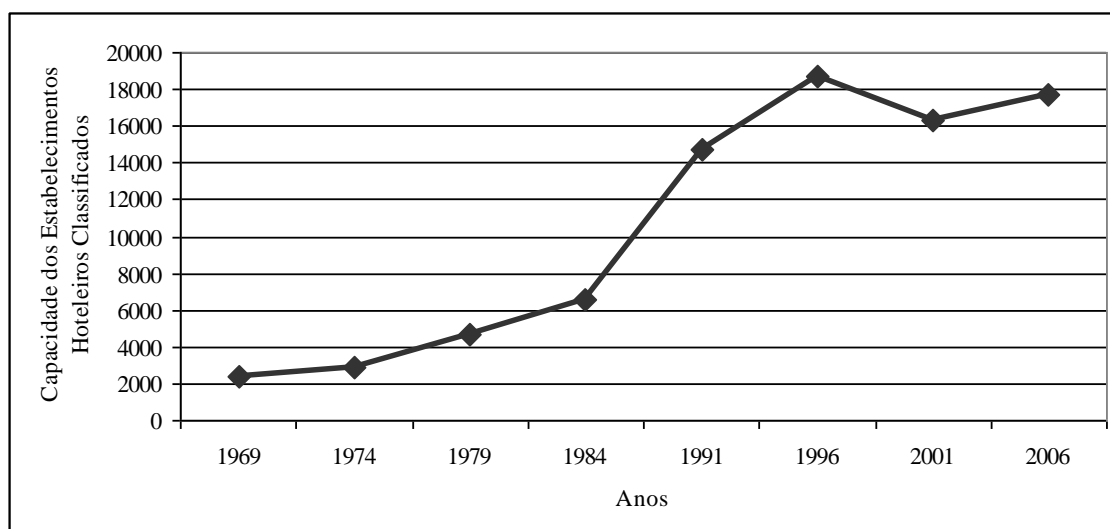
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

Em relação à oferta hoteleira classificada, observa-se em Portimão, na escala temporal analisada, um crescimento contínuo, seja em relação à quantidade de estabelecimentos hoteleiros classificados (Figura 17), seja em relação ao número de camas (capacidade dos estabelecimentos) (Figura 18).



**Figura 17: Evolução do número de estabelecimentos hoteleiros em Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

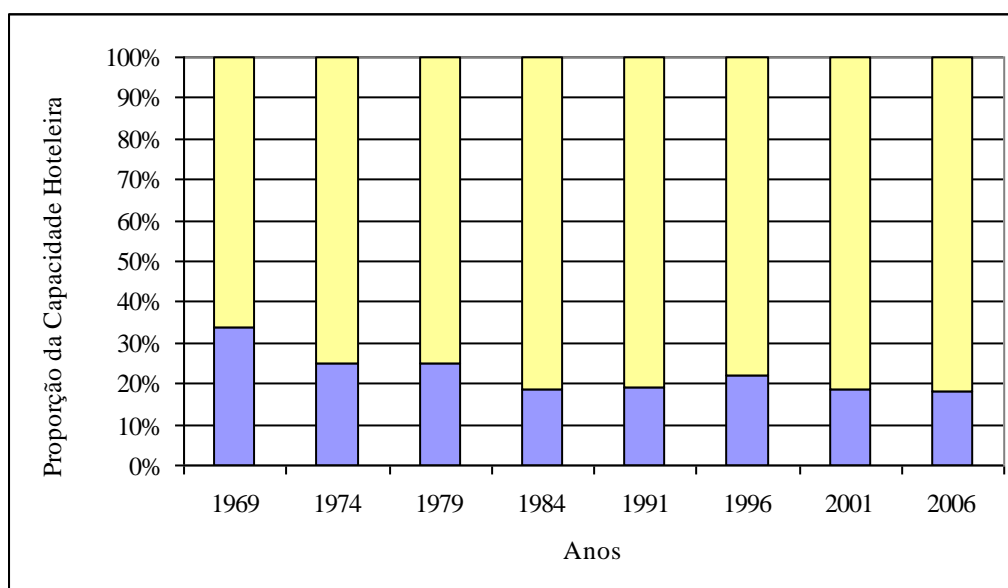


**Figura 18: Evolução da capacidade dos estabelecimentos hoteleiros em Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

Em 1969 o que eram apenas 22 estabelecimentos hoteleiros classificados, passaram a 58 em um período de pouco mais de três décadas, correspondendo a um aumento da ordem de 163%. O total de leitos aumentou 638% nesse mesmo período, de 2.404 em 1969 para 17.742 leitos em 2006. É possível verificar que a partir de 1969 até 1984 houve um crescimento contínuo da oferta hoteleira e que, após esse ano, tal oferta deu um salto substancial, o que certamente está relacionado com a intensificação da procura turística e da massificação do destino turístico Portimão vivenciadas entre as décadas de 80 e 90 do século XX.

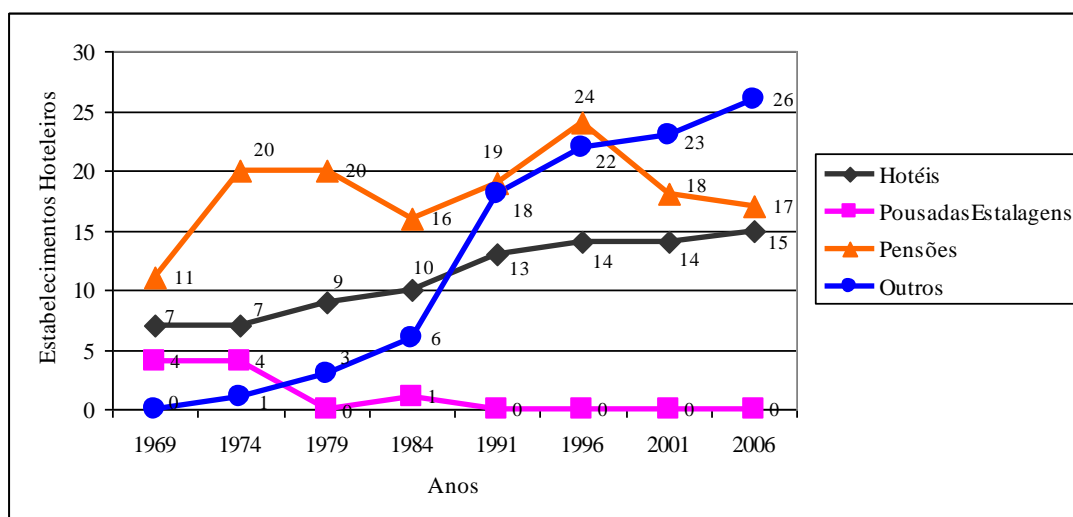
Comparando a capacidade hoteleira de Portimão com a do Algarve, pode constatar-se uma contínua perda da representatividade do concelho face aos demais ao longo do período estudado (Figura 19). A capacidade dos estabelecimentos de Portimão que em 1969 correspondia a 33,8% da capacidade total do Algarve caiu para 19,3% em 1991. Em 2006, a capacidade de Portimão representou 18,1% do total da região.



**Figura 19: Representatividade da capacidade hoteleira de Portimão em relação ao Algarve (%)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

Quanto ao perfil da oferta hoteleira, observa-se na figura 20 que a categoria “outros”<sup>91</sup> foi a que apresentou maior dinamicidade ao longo das décadas, tendo triplicado entre 1984 e 1991 e sendo atualmente a de maior representatividade no concelho. Em seguida têm-se as pensões que sempre foram em maior número que os hotéis.

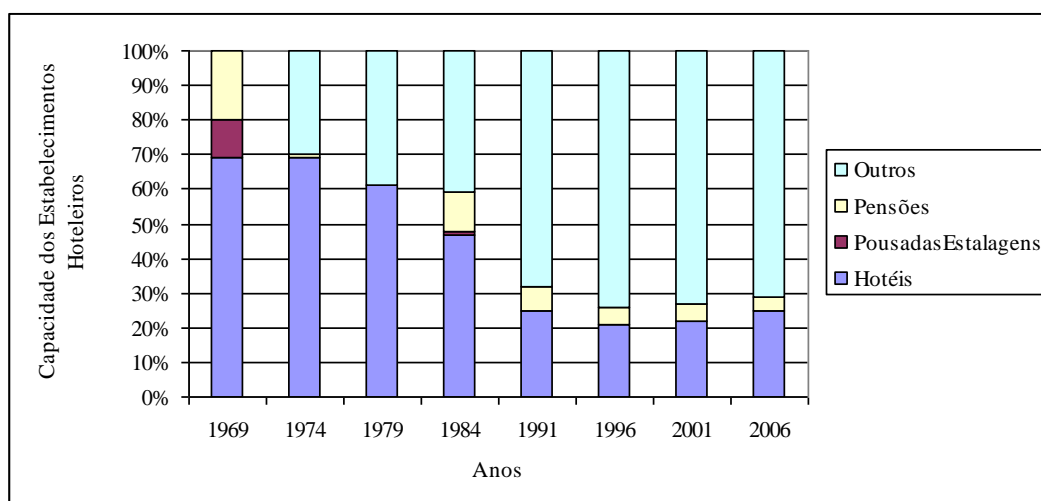


**Figura 20: Evolução do perfil da oferta hoteleira de Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

<sup>91</sup> A categoria de estabelecimentos hoteleiros “outros” é composta por seis tipos de equipamentos: Hotéis-Apartamentos e Motéis (incluídos nos dados do INE a partir de 1974), Apartamentos Turísticos e Aldeamentos Turísticos (incluídos nos dados do INE a partir de 1984) e Pousadas e Estalagens (a partir de 2001).

No entanto, a figura 21 revela que até 1984 a maior capacidade de alojamento esteve a cargo dos hotéis, sendo que a partir desse período até os tempos atuais a categoria “outros” assumiu maior representatividade, sendo a responsável atualmente por 71% da capacidade total do concelho. Tal fato indica o carácter *self catering* da demanda turística de Portimão, na medida em que a maior parte da oferta hoteleira classificada corresponde a equipamentos para uma demanda auto-suficiente, tais como hotéis-apartamentos e apartamentos turísticos.



**Figura 21: Proporção da capacidade dos diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros de Portimão (1969-2006)**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (vários anos).

Por fim, no intuito de ilustrar a importância do turismo para o concelho de Portimão, calculou-se o Índice de Defert, a partir da relação entre o número de leitos (capacidade dos estabelecimentos hoteleiros) e a população residente. Aplicando a fórmula proposta por Defert (*apud* PEARCE, 2003),  $T_{(t)} = N \times 100 / P$ , sendo N o número de leitos em 2006 e P a população residente no concelho em 2006, obteve-se o seguinte resultado:

$$T_{(t)} = 17742 \times 100 / 48611 = 36,49$$

O Índice de Defert indica que o número de leitos classificados, ou seja, o número máximo de turistas que o concelho pode abrigar de uma única vez, corresponde a 36,49% da população fixa.

Sabendo-se que quanto mais próximo de 100 for o Índice, maior será a relevância do turismo e maior a vulnerabilidade da destinação em relação às oscilações da demanda e, diante da realidade estudada em Portimão, deve-se fazer uma ressalva: para esse cálculo apenas foram utilizados os dados disponíveis nas estatísticas oficiais de turismo, ou seja, a quantidade de leitos dos estabelecimentos hoteleiros classificados; o que significa que o Índice seria bem mais expressivo caso fossem considerados todos os leitos da oferta hoteleira não-classificada. Ademais, como bem lembra Pearce (2003), o Índice tende a declinar com o aumento na escala espacial investigada, já que a relevância do turismo tende a ser enfraquecida por outras atividades econômicas; e no caso de Portimão considerou-se todo o concelho, embora seja na área costeira que se concentra a maior parte da oferta e da demanda turística.

## **4.2 As Transformações Sócio-espaciais no Território de Portimão: desenvolvimento turístico, urbanização e impactos territoriais**

O território, como refere Santos (1985), está em evolução permanente, fruto da ação e da interação de fatores endógenos e exógenos. Não se trata, portanto, de algo estático e inerte. E, de fato não o é porque existem determinados elementos que lhe impõem certa dinâmica. Compreender quais são estes fenômenos e como eles operam é algo complexo e sujeito a várias interpretações metodológicas. Para tratar do assunto, optou-se pela interpretação de Santos (1985), para quem a produção de um território pode ser compreendida a partir de quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades espaciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

Em termos práticos, a forma pode ser definida como a materialização dos processos que se desenvolvem em determinado território, enquanto a função implica uma tarefa ou papel a ser desempenhado pela forma criada. Ou seja, toda forma é concebida com a finalidade de cumprir uma (ou várias) função(ões). Já a estrutura se refere à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento. Por sua vez, o processo é

entendido como uma ação realizada continuamente, visando um resultado qualquer (RODRIGUES, 1997). Considerando o turismo como um processo, buscar-se-á entender como o mesmo foi responsável pela produção de novas formas, novas funções e, por fim, como produziu uma nova estrutura territorial. Enfim, o que se pretende é entender como o turismo transformou a praia da Rocha e Portimão em um território turístico.

Foi entre o rio e o mar que Portimão se ergueu e foi com base nos recursos por eles ofertados que se desenvolveu e se expandiu ao longo dos séculos<sup>92</sup>. Seja pelos recursos pesqueiros e agrícolas de outrora, seja pelos atuais recursos turísticos, o fato é que Portimão soube aproveitar as potencialidades dos ambientes fluvial e marítimo para se tornar um importante centro de vida do Algarve. Ao longo de sua trajetória, Portimão modificou sua morfologia, passando de lugar agrícola a centro urbano, sendo dotado cada vez mais de feições urbanas.

Em um primeiro momento, foram as atividades agrícolas e pesqueiras que influenciaram a ocupação e estruturação do território de Portimão, fazendo-se concentrar todas as atenções em seu núcleo urbano, edificado às margens do rio Arade e de seu porto. Nesse período, foram as atividades ligadas ao rio e ao mar – como a pesca, o escoamento de produtos agrícolas e as trocas comerciais – que marcaram as feições desse território e que impulsionaram a urbanização da cidade. Em um segundo momento, foi a atividade turística, focada no recurso sol e mar, a responsável pela criação de uma nova centralidade, desta vez, na faixa do litoral. É com essa perspectiva que se descreverá, a partir desse instante, os processos de ocupação territorial e de urbanização da cidade de Portimão decorrentes da expansão da atividade turística, buscando, sempre que possível, dar especial enfoque à praia da Rocha.

O tecido urbano da vila de Portimão no início de sua fundação, segundo consta no PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994), era constituído por cinco ruas paralelas, tendo alcançado, porém, uma rápida expansão que preencheu com edificações

---

<sup>92</sup> “Uma população numerosa, uma forte e constante actividade económica, um meio ambiente favorável, constituem três dos factores-chave que têm vindo a caracterizar Portimão, ao longo dos séculos XIX e XX, determinando decisivamente os seus modelos de desenvolvimento e a sua capacidade de gerar dinâmicas de fixação e atracção de populações, a partir de um território no qual, a geografia da sua envolvente fluvial e marítima, sempre exerceu um impacte positivo na modelação das suas actividades. Desde a antiga vila industrial e piscatória, à actual cidade prestadora de serviços de acolhimento às sociedades de lazer e turismo contemporâneas, aqueles factores são responsáveis pelos crescentes fluxos migratórios (internos e externos), que para Portimão se dirigem” (GAMEIRO, 2004, p. 15).

toda a zona intramuros. Até o Séc. XVII, a área edificada de Portimão continuou a se expandir, ultrapassando os limites de suas muralhas. Contudo, de acordo com o PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994), não se pode apontar significativas transformações urbanas entre os séculos XVII e XVIII, tendo sido construídos apenas alguns edifícios em Portimão e a fortaleza de Santa Catarina na praia da Rocha. Durante os séculos XVIII e XIX, Portimão assiste a uma nova expansão urbana, tendo sido edificadas novos quarteirões junto ao rio Arade (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994).

Mas foi somente a partir do final do Séc. XIX que Portimão veio a assistir as primeiras mudanças significativas na sua estrutura territorial, com o desenvolvimento da indústria de conservas de peixes. Para Gameiro (2004), as principais transformações estruturais que Portimão sofreu podem ser evidenciadas pelo deslocamento do eixo de desenvolvimento das suas atividades econômicas principais: as atividades marcadamente rurais e artesanais são seguidas pelo aperfeiçoamento das técnicas e do desenvolvimento da indústria conserveira (período que se estende do final do século XIX até final da década de 50 do século XX), seguidos pela expansão da atividade turística (a partir da década de 60 do século XX).

Dessa forma, conforme aponta Gameiro (2004, p. 15), o período compreendido entre os finais do Séc. XIX e a primeira metade do XX foi marcado pela transição...

(...) da vida rural e da influência mediterrânica do sal na conservação, salmoura e estiva do pescado, para a crescente introdução da mecanização industrial e de um novo processo tecnológico de conservação, através da cozedura a vapor e da esterilização, os quais, para além dos confrontos e problemas sociais que produziram, viriam a desenhar na paisagem de Portimão, uma primeira alteração na sua volumetria, protagonizada pelas dezenas de edifícios fabris, implantados na sua malha urbana.

Inseriu-se um novo sistema de objetos, condizente com a nova funcionalização do espaço, fazendo-se constituir, na concepção de Gameiro (2004), o primeiro eixo de desenvolvimento de Portimão, situado na faixa ribeirinha da margem direita do rio Arade, em sentido Norte-Sul. Nessa área localizavam-se, portanto, salinas, fumeiros, o mercado, as fábricas de conserva, estaleiros, oficinas, entre outros objetos ligados a essa atividade econômica (GAMEIRO, 2004).

Acompanhando o desenvolvimento dessa atividade econômica no início do Séc. XX, as ruas foram se desenvolvendo paralelamente ao rio, no sentido Norte-Sul e posteriormente se expandiu a EN 124, no mesmo sentido (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994). A construção, nessa época, da ponte sobre o Arade e do caminho de ferro (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994) marca um novo período de prosperidade econômica, baseado nas potencialidades do rio e do mar.

Paralelamente ao desenvolvimento do eixo ribeirinho de Portimão, no início do século XX, o turismo na praia da Rocha começava a despontar, conforme discutido anteriormente. Datam desse período as primeiras transformações da sua paisagem natural com a construção dos primeiros chalés: “associada a uma paisagem vincadamente industrial e marítima, surgem as construções tipo palacetes ou vivendas, reflectindo o espaço das elites locais” (GAMEIRO, 2004, p. 15). Na opinião de Ramos (1999), essas construções, ao longo da avenida marginal da praia da Rocha, imprimiram marcas nas feições do futuro destino turístico; e no final da década de 20, segundo Duarte (2002), modificações urbanísticas já eram percebidas nesse território<sup>93</sup>, muito embora a expansão do turismo e de seus efeitos no território só viesse a se intensificar algumas décadas mais tarde.

Em resumo, durante as primeiras décadas do século XX, a urbanização da cidade esteve associada à implantação das unidades fabris e à localização das principais vias de comunicação<sup>94</sup>, as quais constituíram-se como os limites de expansão urbana até meados dos anos oitenta (RAMOS, 1999). Com efeito, conforme apontam Ventura & Marques (1993), foram as atividades de comércio, pesca e indústria o principal motor do crescimento e urbanização de Portimão na primeira metade do séc. XX.

Portimão estava a se desenvolver economicamente e, por conseguinte, a atrair e fixar maior contingente populacional, conforme pode ser observado na tabela 2. Pode perceber-se que a maior parcela da população do concelho sempre esteve concentrada na freguesia de Portimão, onde se situa o principal núcleo urbano do concelho (a própria cidade de Portimão); ademais, era nesse espaço, às margens do Arade, que se

---

<sup>93</sup> Contudo, de acordo com um comerciante da praia da Rocha citado por Ramos (1999), nos anos 20 a avenida marginal não passava de um pequeno aglomerado de casas situadas entre a pensão Penguin e o cassino, onde residiam 48 famílias.

<sup>94</sup> Correspondiam ao eixo viário que ligava a ponte de estrada à rua Infante D. Henrique e à linha ferroviária, construída entre 1915 e 1922 (RAMOS, 1999).

localizavam as unidades fabris de conserva de peixes. É interessante observar o significativo aumento da população do concelho no período entre 1911 e 1930, o que certamente se deve ao desenvolvimento da indústria conserveira e a sua capacidade de atrair novos residentes e de fixar os autóctones.

**Tabela 2: Evolução da população do concelho de Portimão, por freguesias (1864-1950)**

<b>Localidade</b>	<b>1864</b>	<b>1878</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1911</b>	<b>1920</b>	<b>1930</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
Alvor	2157	2287	2443	3051	3102	2894	3342	3303	3751
Mexilhoeira Grande	1727	1962	2422	2752	2985	2935	3064	3437	3262
Portimão	5499	6318	6961	7897	9610	9154	14725	14679	16684
Concelho de Portimão	9883	10567	11826	13700	15697	14983	21131	21419	23697

Fonte: INE (1969).

A cidade crescia no momento em que o êxodo rural do interior serrano para o Litoral alimentava a indústria conserveira (VENTURA & MARQUES, 1993). É possível afirmar, pois, que na medida em que a indústria conserveira e as atividades portuárias se desenvolviam em Portimão, atraindo maiores contingentes populacionais durante a primeira metade do século XX, transformações no território lhe eram impostas (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994; RAMOS, 1999).

Com base nos depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo e na bibliografia consultada, pode-se dizer que o desenvolvimento da indústria conserveira e das atividades portuárias a ela ligadas foi responsável pela urbanização de Portimão da primeira metade do século XX. Segundo Ramos (1999), essa atividade econômica proporcionou o desenvolvimento do potencial de Portimão enquanto um destino turístico na medida em que promoveu melhorias nas infra-estruturas básicas e de acessos.

Será, sobretudo, a partir da década de 60, com o desenvolvimento de uma nova atividade econômica também baseada nos recursos marítimos, porém com finalidades totalmente distintas, que as transformações no território de Portimão serão cada vez mais profundas. Começa-se a observar uma clara tendência na urbanização da faixa costeira. A partir da segunda metade do século XX, Portimão assiste à consolidação da especialização da função turística e de lazer, sobretudo no seu litoral, ao mesmo tempo em que a economia local começava a desacelerar com o fechamento das fábricas conserveiras. Assim, nas palavras de Gameiro (2004, p. 14-15), mais uma vez será a geografia e as particularidades do seu território (como o clima e os recursos naturais)

“os grandes responsáveis para a sua afirmação enquanto importante destino turístico nacional e internacional e para a sua mais profunda metamorfose social e urbana”.

A partir desse período se dá início a um novo ciclo sócio-econômico, centrado no turismo<sup>95</sup>, cuja amplitude e dinamismo passam a influenciar diretamente a organização social e a estrutura econômica de Portimão. Trata-se do segundo eixo de desenvolvimento de Portimão defendido por Gameiro (2004), que se estende da década de 60 até os anos 80. Desta vez consubstanciado na ocupação da faixa costeira do oceano Atlântico<sup>96</sup>, no sentido Leste-Oeste, esse segundo eixo corresponde à “explosão” da atividade turística vivenciada em Portimão e, especialmente, na praia da Rocha e outras parcelas do litoral (vide anexos I, II, III e IV). A ocupação do território se expande, portanto, para além do núcleo urbano da cidade, situando-se na orla marítima e criando nesse espaço uma nova centralidade que se estende da praia da Rocha até Alvor (GAMEIRO, 2004).

Inserida no mercado global das paisagens turísticas, Portimão passou a receber uma crescente população flutuante, ávida pelos atrativos turísticos locais, principalmente nos meses de verão, conforme já demonstrado nesse capítulo. Naturalmente, com a expansão do turismo em Portimão na década de 60 e principalmente nas décadas de 70 e 80 do Séc. XX, houve uma grande proliferação de postos de trabalho relacionados direta ou indiretamente com a atividade, como em equipamentos hoteleiros, de restauração, construção civil, serviços, etc. A cidade passou, então, a ser atrativa não apenas para as passagens efêmeras dos turistas, como também para a fixação de populações advindas do interior do concelho e de outras localidades. Nesse sentido, Gameiro (2004) lembra a chegada de portugueses das antigas colônias e de imigrantes africanos atraídos pelas ofertas de trabalho no setor do turismo e da construção civil. Assim como em décadas anteriores o êxodo rural do interior para o litoral sustentou a indústria conserveira, passou a fornecer os trabalhadores para atuarem na atividade turística (VENTURA & MARQUES, 1993).

---

<sup>95</sup> Foi essa nova atividade econômica, na opinião de Lourenço (1990), que permitiu Portimão manter seu *status* de grande centro urbano do Algarve, juntamente com Faro.

<sup>96</sup> De acordo com Ramos (1999, p. 75), “a ocupação turística da linha da costa coincidiu com um período de recessão das actividades marítimas algarvias, desincentivadas pela decadência da indústria conserveira e pela emigração de muitos pescadores. Os valores que os terrenos atingiram, fizeram com que a comunidade piscatória, em crise, aceitasse vendê-los.”

Desse modo, de acordo com as tabelas 3 e 4, é possível perceber o dinamismo demográfico vivenciado pelo concelho de Portimão após o advento do turismo na década de 60. Assim como na primeira metade do século XX (vide tabela 2), a população concelhia continuou a crescer, como um reflexo do desenvolvimento da atividade turística. Observa-se que em um período de quatro décadas, entre 1970 e 2001, a população local quase duplicou.

**Tabela 3: Evolução da população residente no concelho de Portimão, por freguesias (1960-2001)**

<b>Localidade</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>
Alvor	3705	3912	4805	4236	4977
Mexilhoeira Grande	3291	2800	3391	3374	3598
Portimão	17145	18205	26268	31223	36243
Concelho de Portimão	24141	24917	34464	38833	44818

Fonte: INE (1971, 1982), INE (*apud* AGÊNCIA DO ARADE, 2005).

**Tabela 4: Evolução da densidade populacional (Hab/Km<sup>2</sup>) no concelho de Portimão, por freguesias (1960-2001)**

<b>Localidade</b>	<b>Área Km<sup>2</sup></b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>
Alvor	15,07	245,8	259,5	318,8	281	330,2
Mexilhoeira Grande	91,4	36	30,63	37,1	36,9	39,3
Portimão	75,08	228,3	242,47	349,8	415,8	482,7
Concelho de Portimão	181,55	132,9	137,24	189,8	213,8	246,8

Fonte: INE (1971, 1982), INE (*apud* AGÊNCIA DO ARADE, 2005).

Mais uma vez, a maior concentração populacional encontra-se na freguesia-sede do concelho, onde está situada a praia da Rocha e a maior parte dos equipamentos turísticos. Como pode ser verificado na tabela acima, entre 1970 e 1981 observa-se o maior crescimento populacional vivenciado pelo concelho, com uma variação de 39%, justamente no momento em que ocorre a intensificação e massificação do turismo local. Ainda nesse período, houve um aumento em 52,56 habitantes/Km<sup>2</sup> na freguesia de Portimão, o que representa uma maior dinâmica populacional face ao *boom* do turismo.

O dinamismo demográfico observado em Portimão corrobora com a afirmação de Cavaco (1979, p. 01) de que “nas regiões que registaram nos últimos decénios, ou mesmo anteriormente, afluxos turísticos volumosos, verifica-se forte correlação entre o desenvolvimento do turismo e a demografia”. É nesse sentido que essa autora observou que os concelhos e freguesias mais dinâmicos, em termos demográficos, foram justamente as áreas costeiras valorizadas pelo turismo. Tornando-se atrativas não só

para turistas, como para residentes em busca de oportunidades de empregos e melhorias das rendas, foram áreas de valorização turística como as do Algarve que apresentaram taxas de rejuvenescimento populacional nas últimas décadas. Portimão é um exemplo.

A atividade turística cada vez mais dominante na economia local passa, gradualmente, a ocupar o lugar das atividades tradicionais e a imprimir marcas mais visíveis no território de Portimão. A cidade se desenvolve com base na nova atividade econômica dominante e, com isso, o território se molda, seja para dar suporte à inserção dos novos objetos dessa atividade, seja para abrigar uma população crescente, atraída pelos postos de trabalho. As novas necessidades geradas pela atividade turística, e em particular pelos turistas, criam uma nova racionalidade no uso e na ocupação do território.

Novos sistemas de objetos foram, pouco a pouco, sendo inseridos no território turístico, desde os primórdios da constituição da praia da Rocha turística, ainda em finais do século XIX. Mas foi precisamente a partir da década de 60 e principalmente em 1970 que as modificações da paisagem são mais visíveis, no momento em que antigas construções da praia da Rocha foram dando lugar a modernos edifícios e torres foram sendo construídas junto às falésias (vide fotografia área da praia da Rocha de final da década de 60 no anexo I). Intentando-se suprir as necessidades de lazer de uma típica demanda turística de sol e mar e, com isso, acompanhar as tendências de mercado, os promotores turísticos (empresários e poder público) empenharam-se em dotar o território de todas as amenidades essenciais, tais como: equipamentos hoteleiros de diversas tipologias e categorias, bares, restaurantes, casas noturnas, infra-estrutura básica de acessos, abastecimento de água, entre outros.

Contudo, deve-se considerar também que “quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função” (SANTOS, 2004a, p. 96). Assim, novas formas não passaram apenas a existir no território, mas, também, passaram a coexistir com as antigas formas no território. As antigas residências se refuncionalizaram para comportar empreendimentos turísticos, pequenas casas deram lugar a restaurantes, ou ainda, tais imóveis foram destruídos para construção de novas estruturas, como apartamentos turísticos e hotéis (LOURENÇO, 1990). É criado um ambiente de lazer para abrigar e entreter os turistas.

Com efeito, Portimão estava a se transformar, a ganhar novas formas diante da nova função de seu território. Dessa maneira, corrobora-se com Gameiro (2004, p. 15) quando afirma que:

Estas transformações tiveram efeitos claros e visíveis na paisagem de Portimão e no enorme consumo do espaço do seu território, na tentativa de adequação às necessidades de resposta da procura turística e de lazer que se fazia sentir e assentaram na substituição dos antigos *chalets*, pela construção exponencial de prédios, torres, apartamentos, hotéis, bares, restaurantes, discotecas, até à actualidade das marinas e campos de golfe.

Tais alterações evidentemente não passariam incólumes. Mudanças morfológicas e funcionais implicam, necessariamente, em alterações estruturais. E foi precisamente isto que aconteceu em Portimão. Com as diversas construções a se intensificarem, constatou-se uma maior especulação imobiliária devido à acentuada procura de terrenos e imóveis (VENTURA & MARQUES, 1993). Em resumo, amplas áreas foram urbanizadas e ocupadas pelos novos residentes e visitantes estivais. De acordo com o PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994, p. 319):

(...) urbanizaram-se, então, grandes áreas cujo parque habitacional se destinou à população flutuante ali alojada apenas durante a época estival, construiu-se diverso equipamento de apoio, nomeadamente à indústria hoteleira, e depressa os antigos aglomerados foram transformados, descaracterizando-se.

Essa urbanização decorrente do turismo em Portimão, ou seja, a urbanização turística, principalmente na área de influência do litoral, de acordo com Lourenço (1990), compreendeu, sobretudo, a construção de infra-estrutura hoteleira para comportar os fluxos turísticos crescentes e a construção de alojamentos para as populações residentes.

De uma forma geral, essa urbanização à qual se refere Lourenço (1990) assentou-se em dois tipos de construções: as construções turísticas (albergues, pensões, hotéis, apartamentos turísticos, apart-hotéis e restaurantes) e as sociais (casas e apartamentos para os habitantes locais). É importante ressaltar que embora a evolução destes dois tipos de construções, em termos cronológicos, tenha ocorrido simultaneamente, a sua espacialização é diferente, visto que as destinadas à população local se concentravam no núcleo urbano de Portimão e as construções turísticas estavam, em sua maioria,

concentradas na praia da Rocha. Destarte, Lourenço (1990) observa que a urbanização de Portimão ocorreu em dois pólos: a cidade de Portimão e a praia da Rocha<sup>97</sup>.

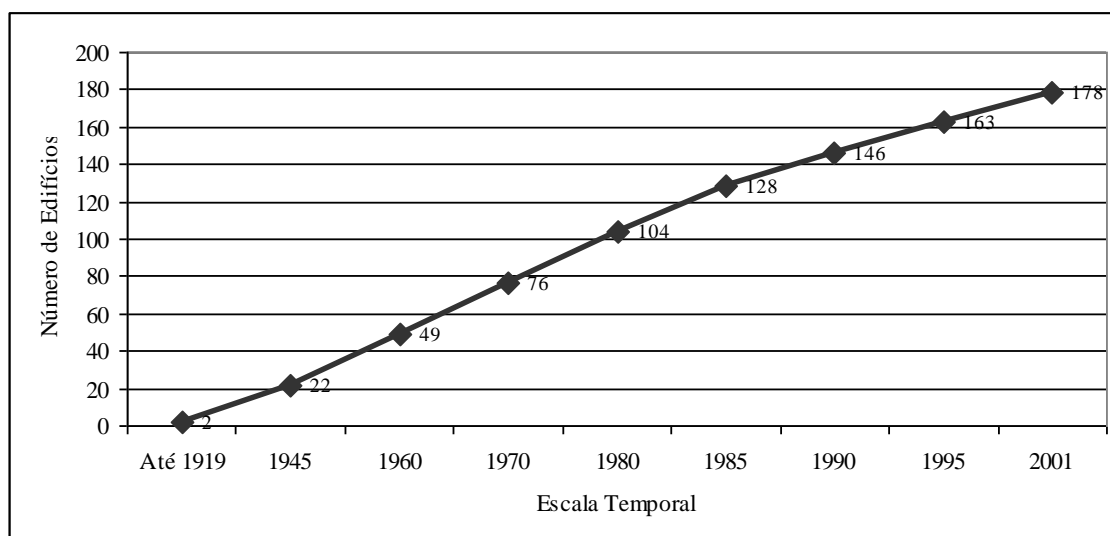
Ambas as localidades se desenvolveram de maneira diferente porque as intenções subjacentes eram diferentes. Convém lembrar (2004a), quando este define o território como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Nada mais evidente: a cidade de Portimão foi dotada de sistemas de objetos específicos para atender às necessidades dos cidadãos, pelo mesmo sistema de ações e intenções que entendiam que a praia da Rocha deveria abrigar outro tipo de sistema de objetos: estruturas específicas para atender a desejos lúdicos dos turistas.

O número de edifícios construídos concluídos por ano é um indicativo claro da evolução positiva do volume e do dinamismo da construção civil. Segundo Lourenço (1990), entre 1946 e 1960, foram construídos 1.634 edifícios em Portimão; entre 1961 e 1970 foram construídos 1.373 edifícios, entre 1971 e 1975, 1.029 edifícios e entre 1976 e 1981, 1.098 edifícios. No ano de 2001, para cada Km<sup>2</sup> no concelho de Portimão, contabilizaram-se 168,7 alojamentos e 65,54 edifícios, o que significa um aumento em relação aos números de 1991: 126,26 aloj/Km<sup>2</sup> e 57,44 edif/Km<sup>2</sup> (INE, 2003). Dos 11.898 edifícios do concelho de Portimão, 10.713 são exclusivamente residenciais, 1.111 são parcialmente residenciais e 74 são principalmente não residenciais (INE, 2003). Do total de edifícios, cerca de 1,5% estão na praia da Rocha – 178. Quanto ao regime de ocupação, do total de alojamentos familiares clássicos do concelho, 53,55% eram de residência habitual, 36,13% de uso sazonal (como por exemplo, para fins de uso no verão) e 10,32% estavam vagos.

O gráfico da figura 22 mostra a contínua evolução do número de edifícios clássicos na praia da Rocha, segundo dados do INE (pesquisa direta, 2008). Na primeira metade do século XX, assistiu-se a um crescimento em 2150% no número de edifícios entre 1919 e 1945. Entre 1960 e 2001, a variação foi de 263%. O resultado da expansão urbanística na praia da Rocha pode ser constatado a partir da comparação entre as fotografias aéreas de 1967 (anexo I), 1987 (anexo II), 1995 (anexo III) e 2005 (anexo IV) fornecidas pelo Instituto Geográfico Português.

---

<sup>97</sup> Muito embora se tenha verificado na pesquisa de campo que a área costeira da freguesia de Alvor também tenha sofrido significativos impactos territoriais do desenvolvimento turístico.



**Figura 22: Evolução do Número de Edifícios clássicos na praia da Rocha**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (pesquisa direta, 2008).

Tal como Lourenço (1990) e o PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994), acredita-se que esta evolução do número de construções assentou sobre a própria evolução da atividade turística, já que grande parte das obras é para este fim. Pode-se afirmar, portanto, que tanto o crescimento demográfico quanto a ampliação da demanda turística conferiram um ritmo intenso ao crescimento urbano de Portimão, tendo a cidade se modernizado e os seus espaços transfigurado-se (VENTURA & MARQUES, 1993).

Em suma, “o cosmopolitismo instalou-se definitivamente. Os vestígios materiais da praia paradisíaca desapareceram quase por completo” (VENTURA & MARQUES, 1993, p. 118). Com essa perspectiva, as palavras de Daveau *et al* (1997, p. 80) resumem bem o contexto do desenvolvimento turístico na praia da Rocha, que embora tenha ocasionado o desenvolvimento sócio-econômico do concelho, também significou profundas transformações territoriais no ambiente bucólico de outrora:

Com as suas águas cristalinas, a areia branca povoada de esparsos e curiosos alfloramentos rochosos, um mar turquesa e um infinito céu azul, a praia da Rocha foi durante uma fase já longínqua a imagem de um Algarve a descobrir, se não mesmo um Portugal desconhecido. Quando, talvez ainda com esses cartazes na memória, nos deslocamos de Portimão para a praia da Rocha, percebemos que aquela imagem de paz e tranquilidade foi destruída. Uma urbanização densa de formas estranhas esmagou o areal.

À racionalidade da urbanização turística da praia da Rocha deve-se a criação de uma zona monofuncional, fortemente dependente da atividade turística e de veraneio. Está-se

a falar de uma estância eminentemente turística. Nesse sentido, Lourenço (1990) cita que no ano de 1980 com 37 estabelecimentos hoteleiros, a capacidade de acolhimento da praia da Rocha era superior à da própria cidade de Portimão (pelo menos 3.644 camas a mais). Ainda a título de exemplificação da representatividade do turismo na praia da Rocha, observa-se que em 1990 eram trinta estabelecimentos hoteleiros existentes nessa praia enquanto que o restante do concelho possuía em torno de 50 (INE, 1991).

Com efeito, é notório que a explosão turística vivenciada em Portimão e em todo o Algarve “teve conseqüências irreversíveis no plano económico, social e espacial” da região (VENTURA & MARQUES, 1993, p. 118). Nesse sentido, vale lembrar Barros (1998, p. 37) quando afirma que as mudanças no uso do solo provocadas pelo turismo, ao consumir os territórios, “quebra antigas coexistências e equilíbrios de elementos da paisagem e gera uma série de novas interações estresses entre os assentamentos humanos e o sistema biofísico”. Como resultado dessas dinâmicas e interações, está-se diante da paisagem geográfica fruto da expansão turística (BARROS, 1998) ou, dito de outra forma, do território turístico.

Dessas interações entre os assentamentos humanos e o sistema biofísico provocadas pela função turística, poderão resultar conseqüências negativas nos territórios turísticos: seja do ponto de vista estético, seja em relação aos possíveis conflitos entre os diversos atores, seja em relação aos impactos nos ecossistemas. Em Portimão e especialmente na praia da Rocha, os impactos negativos no território se fizeram sentir, sobretudo entre as décadas de 60 e 90. Face à ausência de um instrumento regulador ou de um plano de orientação quanto ao planejamento urbano-turístico, como um plano diretor para definir normas de uso e ocupação do solo, o desenvolvimento turístico de Portimão e da praia da Rocha esteve entregue aos interesses particulares, conforme apontam Ventura & Marques (1993, p. 88):

O boom turístico e o crescente peso do sector terciário, responsáveis pela especulação imobiliária e a ausência de um plano director que definisse parâmetros e limites, acarretou danos irreparáveis na fisionomia de um espaço de grande vitalidade económica e demográfica.

Conforme consta no PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994), a ocupação do solo ocorreu nos locais mais apetecíveis ao turismo, que eram ao mesmo tempo os mais sensíveis. As construções ao longo da avenida marginal da praia da

Rocha não respeitaram nenhum critério de ordenamento urbanístico, muitas vezes sendo erguidas edificações nas proximidades da beira-mar e nos altos das falésias (figuras 23, 24, 25 e 26), fato que leva Ramos (1999, p. 96) a afirmar que a praia da Rocha é um dos “mais flagrantes exemplos do desordenamento que algumas zonas costeiras sofreram devido ao turismo”.



**Figuras 23, 24, 25 e 26: Edificações para fins turísticos no topo das falésias**

Foto: a autora (2008).

Assim seguiu a expansão urbana da praia da Rocha e demais áreas do concelho de Portimão até finais da década de 80<sup>98</sup>. Em nome do desenvolvimento da atividade turística, buscando-se atrair cada vez mais turistas e residentes estivais, ocuparam-se os terrenos e construíram-se edificações nos lugares mais atraentes ao capital turístico. Ademais, observou-se um empobrecimento estético da arquitetura dos novos edifícios, em nome da rentabilidade econômica dos materiais utilizados e da funcionalidade das novas formas. Novas características arquitetônicas foram adotadas e, ao mesmo tempo

---

<sup>98</sup> Há que se ressaltar, entretanto, que o que aconteceu em Portimão nada mais foi do que um reflexo ocorrido a nível global. Segundo Papatheodorou (2004), Inskip (1991) e Mason (2006), até a década de 1980 o planejamento do turismo era sinônimo de desenvolvimento de novos meios para acomodar a demanda, através da abertura de novos hotéis e vias de acesso.

em que a cidade se modernizava, despersonalizava-se (RAMOS, 1999), assumindo formas comuns a diversos destinos turísticos de sol e mar.

Pondo à parte a questão da massificação, o que se observa na praia da Rocha, desde os seus primórdios, é a presença de um aspecto comum às destinações costeiras: a morfologia *front de mer* (SONEIRO, 1991; PEARCE, 2003). Conforme pode ser notado na figura 27, a distribuição espacial das edificações ocorre de forma linear, acompanhando a faixa costeira. À semelhança de outras estâncias balneares (levando-se em consideração que a praia é o principal recurso turístico) essa forma “de frente para o mar” é uma dominante na constituição da paisagem turística da praia da Rocha.

Assim como Pearce (2003) observou em diversas estâncias turísticas, na praia da Rocha, paralelamente à faixa de praia, há um passeio público na primeira linha, seguido por uma avenida e por uma linha de edificações – formas densas de acomodações e lojas, bares e restaurantes (Figura 28). Contudo, em determinados trechos da orla algumas edificações ocupam o topo das falésias.



**Figura 27: Vista Parcial da praia da Rocha**



**Figura 28: Orla da praia da Rocha**

Fotos: a autora (2008).

Com a chegada da década de 90, assistiu-se a uma mudança nos padrões urbanísticos de Portimão. Diante dos efeitos negativos da massificação do turismo em Portimão e dos visíveis impactos no território acumulados ao longo das décadas, tem início uma nova fase de desenvolvimento, enquadrada nos instrumentos legais de planejamento e ordenamento do território. Essa fase é, pois, inaugurada pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve em 1992 e pelo Plano Director Municipal em 1995. É a partir desse período que se começa a busca pelo disciplinamento da ocupação territorial do turismo e de outras atividades econômicas, muito embora a

descaracterização do tecido urbana já constituísse, na praia da Rocha e em Portimão, uma das principais ameaças ao turismo.

À esta fase Gameiro (2004) atribui o último eixo de desenvolvimento de Portimão, durante o qual a administração pública do concelho começa a considerar os efeitos negativos do período anterior sobre a paisagem e a qualidade de vida dos cidadãos. Com essa perspectiva, o poder público dá início ao planeamento de novos equipamentos municipais coletivos, como a Biblioteca Municipal e o Museu Municipal (GAMEIRO, 2004).

Se por um lado o final do século XX e o início do século XXI trouxeram novas perspectivas no ordenamento do território, por outro, trouxe novas tendências para o desenvolvimento do setor turístico<sup>99</sup>. Face à acentuada competitividade entre os destinos turísticos da atualidade, esses territórios passam a planejar a atividade de modo a cativar um público cada vez mais exigente e qualificado. Assim, os territórios turísticos, refletindo os valores da sociedade em que se inserem, se moldam de maneira a se manterem competitivos no mercado, o que de certa forma corrobora com Brito Henriques (1996) quando afirma que o conjunto de valores e ideologias da sociedade em um dado contexto histórico influenciam o processo de produção dos territórios turísticos.

Face à concorrência de outros destinos turísticos, Portimão se viu obrigado a modificar o seu modelo de desenvolvimento turístico massificado de sol e mar. Assim, tanto o poder público quanto o empresariado local vêm traçando estratégias de diferenciação e dinamização da oferta turística do concelho. Nos próximos anos, as atividades relacionadas ao turismo e ao lazer, de acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve (2006), deverão continuar sendo o motor do desenvolvimento econômico algarvio, devendo-se, para isso, buscar (re)qualificar o território e os produtos turísticos. Diante desse novo cenário, a administração pública do concelho de Portimão tem empreendido diversas ações no sentido de acompanhar as mudanças no perfil da demanda turística e de contornar a problemática da massificação do turismo local.

---

<sup>99</sup> A atividade turística, acompanhando as tendências da economia mundial, passa por mudanças na medida em que busca uma adequação aos novos padrões de competitividade. À essa fase do turismo, conforme aponta Fonseca (2005), se denomina Nova Era do Turismo.

Esforços começam a ser empreendidos no intuito de driblar a sazonalidade típica de uma estância de sol e mar, através da diversificação da oferta turística local. Como complemento ao turismo balnear, tem-se observado o incentivo à prática do turismo de eventos<sup>100</sup>, golfe, esportes náuticos e turismo cultural. De forma a alcançar um público diferenciado e a conferir um novo impulso à atividade turística local, em 2000, deu-se a inauguração da Marina de Portimão na foz do rio Arade (Figura 29).



**Figura 29: Marina de Portimão**

Foto: a autora (2008).

Durante entrevistas realizadas na fase da pesquisa de campo, foi possível identificar as principais ações governamentais mais atuais, como: a conversão da antiga fábrica de conservas Feu no Museu Municipal de Portimão, a recuperação da casa de Manuel Teixeira Gomes, a construção do Complexo Desportivo e a requalificação da praia da Rocha.

Atualmente se encontra em andamento a segunda fase do projeto de Requalificação e Valorização da Frente Ribeirinha de Portimão (área situada entre o Clube Náutico e o Parque de Feiras e Exposições). Trata-se de um projeto em parceria público-privada que tem como objetivo primordial promover o desenvolvimento integrado da localidade, mediante a construção de áreas de lazer, de restauração e de comércio, além do reordenamento do trânsito local e a criação de equipamentos-âncora. O porto de cruzeiros também contou com um projeto de requalificação e ampliação, de modo a permitir que o destino turístico Portimão se integre nas rotas internacionais de cruzeiros.

---

<sup>100</sup> Como forte indício dessa tendência para o desenvolvimento do turismo de eventos, pode-se citar a inauguração do centro de eventos Portimão Arena e a promoção de diversos eventos, tais como Festival da Sardinha, Grande Prêmio de Fórmula 1 em Motonáutica e *Breitling Med Cup*.

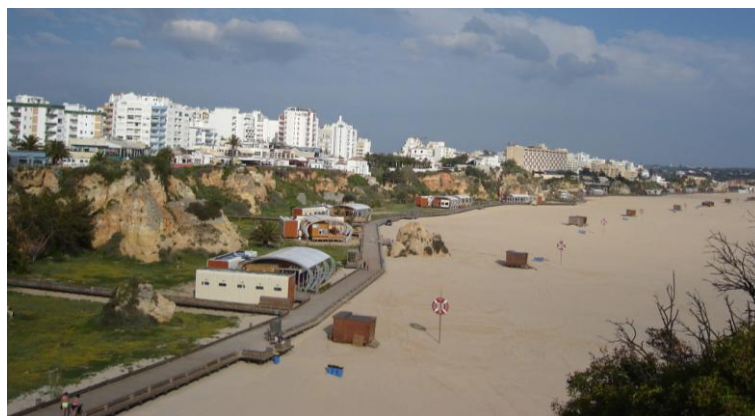
O Museu Municipal de Portimão (Figura 30), a partir de um investimento global de nove milhões e meio de euros, surge no âmbito da iniciativa de requalificar a zona ribeirinha de Portimão (entre a ponte de ferro e a doca de recreio), além de lhe conferir uma nova centralidade (pesquisa direta, 2008).



**Figura 30: Museu Municipal de Portimão em antiga fábrica de conservas**  
Foto: a autora (2008).

A inauguração do museu, prevista para meados de 2008, representa não apenas uma aposta na diversificação da oferta turística local (turismo cultural) como também uma ação de resgate da história e das identidades locais, relacionadas com as potencialidades do rio e do mar.

Por sua vez, o projeto de requalificação e ordenamento do areal da praia da Rocha, promovido pela Câmara Municipal de Portimão, CCDR-Algarve e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, teve como principal intuito aumentar a atratividade da praia (Figura 31).



**Figura 31: Visão parcial do areal da praia da Rocha após projeto de requalificação**  
Foto: a autora (2008).

Contando com o apoio da iniciativa privada na qualificação da oferta turística de alojamento e na inserção de estruturas de apoio na praia (Figura 32), esse projeto foi o vencedor, em 2007, do “Prémio de Turismo – Valorizar o Espaço Público” na categoria “Ambiente Praia”, promovido pelo Turismo de Portugal.



**Figura 32: Estruturas de apoio da praia da Rocha – equipamentos de restauração**  
Foto: a autora (2008).

Como principal projeto da iniciativa privada, pode-se mencionar o Autódromo Internacional do Algarve. Na opinião do atual Presidente da Câmara, Manuel António da Luz, esse empreendimento corresponde a um projeto de caráter estruturante. Situado na freguesia de Mexilhoeira Grande, o projeto teve o Plano de Pormenor aprovado em fevereiro de 2007 e tem como previsão de conclusão das obras de infra-estrutura finais de 2008. Com essa iniciativa, pretende-se combater a sazonalidade, além de combater a desertificação do interior do concelho, através da geração de empregos de centenas de empregos diretos.

Com um investimento estimado em duzentos milhões de euros, o projeto do Autódromo prevê a construção de um parque tecnológico, *kartódromo*, complexo desportivo, autódromo, restaurantes e lojas, além de um resort turístico com um hotel de 5 estrelas (capacidade para duzentos quartos), apartamentos de luxo, SPA, *courts* de ténis, percurso eqüestre, centro de conferências e negócios.

Além desses projetos estruturantes, deve-se mencionar a constante evolução da capacidade hoteleira do concelho, com a previsão de construção de três hotéis de 5 estrelas<sup>101</sup>. Com uma melhor qualificação da oferta, pretende-se atingir um público-alvo mais elitista, diferenciando-se, assim, do público massivo das décadas anteriores. Outra

---

<sup>101</sup> Segundo a Câmara Municipal (pesquisa direta, 2008), a viabilidade desses projetos se encontra atualmente em discussão na CCDR-Algarve.

iniciativa consiste no investimento, pelo grupo hoteleiro Solverde, de trinta milhões de euros na estruturação do golfe na propriedade Herdade da Cabeça Boa, de forma a driblar a sazonalidade do Hotel Algarve Casino.

Deve-se citar também a proposta de restauro do Convento de São Francisco, situado na zona ribeirinha, para abrigar um hotel de charme, com capacidade para 60 quartos. O imóvel de interesse público data do século XVI e será convertido em um hotel voltado para o segmento de luxo, carregado de forte vertente cultural.

Há que se referir, ainda, o mega-projeto turístico-imobiliário a ser desenvolvido na área serrana do concelho, em Morgado de Arge. Caso aprovado, o projeto promoverá a criação de milhares de camas em um investimento da ordem dos 564 milhões de euros, e ocupará uma área de 1445 hectares, dos quais 375.000 metros quadrados será de área construída, com vivendas e hotel de luxo, além de um campo de golfe. Trata-se de um projeto de baixa densidade de área construída que aposta na vertente ambiental, o qual buscará equilibrar a oferta turística entre a costa e o interior do concelho. Com essas diversas iniciativas, Portimão busca se refortalecer no contexto regional, buscando projetar-se ainda nos cenários nacional e internacional.

Diante de todas essas características, acredita-se que se trata de um destino turístico consolidado, nos moldes propostos por Butler (1980), conforme pode ser observado no quadro 7:

**Quadro 7: Fases do processo de turistificação de Portimão (Praia da Rocha)**

<b>Fase</b>	<b>Período</b>	<b>Características</b>
<b>Exploração</b>	Finais do Séc. XIX	<p>Praia da Rocha como local de passagem para os viajantes que se dirigiam às termas de Monchique; frequentada apenas durante o período balnear.</p> <p>Baixa concentração humana. Ausência de infra-estrutura e de serviços.</p> <p>Algumas famílias de Portimão mantinham segunda residência na praia da Rocha</p>
<b>Envolvimento</b>	Início do Séc. XX até meados da década de 50	<p>Engajamento de alguns atores locais na promoção e desenvolvimento do turismo local. Esforço conjunto da elite local na divulgação da praia da Rocha para promover a visitação turística.</p> <p>Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha. Surgem as primeiras, embora modestas, infra-estruturas voltadas para atender aos turistas: cassino, imóveis para arrendamento, etc. Aos poucos, melhoramentos iam sendo realizados no entorno da praia, como o asfaltamento da estrada principal.</p> <p>A elite industrial de Portimão elegeu a praia da Rocha como um lugar para a construção de <i>chalets</i> e como um cenário de investimentos.</p> <p>A fama da praia da Rocha começou a se difundir pela província e por todo o país, fato que resultou no incremento gradual dessa estação balnear.</p> <p>Primeiros restaurantes da praia.</p>
<b>Desenvolvimento</b>	Década de 60 até finais dos anos 80	<p>Intensificação do fluxo turístico.</p> <p>Construção de infra-estruturas de grande porte: Hotel Algarve (1962) e Aeroporto de Faro (1965).</p> <p>Expressivo crescimento do setor hoteleiro. Grandes contingentes de turistas.</p> <p>Intensa urbanização na praia da Rocha.</p> <p>Impactos negativos na paisagem.</p>
<b>Consolidação</b>	Década de 90 até os dias atuais	<p>“Altos e baixos” no fluxo turístico.</p> <p>Inclusão do turismo no processo de ordenamento do território (PDM e PROTAL).</p> <p>Elaboração de estratégias de diversificação da oferta turística.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Butler (1980).

Atualmente, pode-se afirmar que há uma forte concentração urbanística na praia da Rocha (Figura 33), sendo a sua faixa costeira ocupada essencialmente por equipamentos ligados ao setor de turismo, lazer e serviços, como por exemplo estabelecimentos

hoteleiros, equipamentos de restauração, alojamentos para segundas residências, equipamentos de lazer, comércio, de apoio ao turista, etc. (Figuras 34, 35, 36 e 37).



**Figura 33: Concentração urbana na praia da Rocha**  
Foto: a autora (2008).



**Figuras 34, 35, 36 e 37: Estruturas de apoio ao turista na praia da Rocha**  
Fotos: a autora (2008).

Observa-se grande ocupação da faixa costeira entre a praia da Rocha e a Ria de Alvor, encontrado-se escassos espaços livres (RTA, 2001; Pesquisa direta, 2008). A urbanização, enquanto um processo dinâmico, ainda se faz sentir em Portimão. Conforme consta no PDM (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, 1994) e observado durante a pesquisa de campo, prossegue o crescimento das áreas urbanizadas,

as quais se expandem para o sul do centro de Portimão, encaminhando-se para uma junção com a praia da Rocha.

Em resumo, atrelada ao desenvolvimento do turismo e do setor de serviços, a cidade continua a se expandir e modificar-se internamente, correspondendo em muitos trechos a um verdadeiro canteiro de obras, conforme pode ser atestado pelas figuras 38, 39, 40 e 41.



**Figuras 38, 39, 40 e 41: Construções na cidade de Portimão**  
Fotos: a autora (2008).

Tal como afirma Andriotis (2006), na maioria das estâncias turísticas costeiras, com exceção daquelas planejadas exclusivamente para o uso turístico e desenvolvidas por um único empreendedor, a urbanização ocorre de forma progressiva e contínua.

Face, portanto, às características observadas, defende-se que o processo de urbanização verificado na praia da Rocha foi, desde sua origem, claramente uma urbanização turística, o que não necessariamente significa que a urbanização verificada em Portimão também o seja. O que se pôde verificar com o estudo do caso de Portimão é que a urbanização turística não necessariamente moldou toda a cidade, embora alguns de seus

efeitos se façam sentir direta e indiretamente para além da praia da Rocha. Ou seja, tal como Mullins (2003), entende-se que a urbanização turística, enquanto um processo, ocorre de forma paralela com outras formas de urbanização<sup>102</sup>. Mas, se o turismo não determinou a urbanização de Portimão como um todo, poder-se-ia afirmar que Portimão trata-se de uma cidade turística nos moldes definidos por Mullins (1991)?

### **4.3 Portimão, uma cidade turística? Considerações sobre a urbanização turística**

Autores como Mullins (1991, 1994, 2003), Gladstone (1998), Carlos (2001), Lopes Junior (2000a e 1997) e Fonseca & Costa (2004) argumentam que atualmente novas atividades produtivas, tais como as relacionadas ao lazer e ao turismo, têm influenciado o processo de produção espacial das cidades.

Resultante do *boom* da atividade turística mundial vivenciado a partir da segunda metade do Séc. XX, vem assistindo-se à (re)funcionalização e urbanização de muitos lugares, seja em ambientes naturais, seja em grandes metrópoles, onde passam a existir novas dinâmicas. As evidências levam a crer que o turismo tem promovido em diversas localidades um processo de urbanização diferente daquele vivenciado com a industrialização.

À urbanização induzida pelo turismo convencionou-se denominar “urbanização turística”, cujo conceito surgiu nos anos 90 com Patrick Mullins (1991) para designar uma nova forma de urbanização pós-industrial e pós-moderna. Após o pioneirismo de Mullins em abordar essa temática, alguns autores vêm discutindo, principalmente mediante estudos empíricos, as características desse fenômeno de produção das cidades turísticas. Como uma contribuição a esta discussão, pretende-se debater as principais características das cidades turísticas, usando como realidade empírica o destino turístico Portimão.

Com o advento do turismo em Portimão, nomeadamente centrado na prática balnear, um novo sistema de objetos passou a ocupar o território, criando novas formas e coexistindo com antigas. A demografia ganhou um novo dinamismo, verificado anteriormente nos tempos de glória da indústria conserveira. Novos contingentes

---

<sup>102</sup> “As a process, tourism urbanization parallels other forms of urbanization” (MULLINS, 2003, p.127).

populacionais passaram a habitar Portimão, em estadas curtas, preferencialmente durante os meses de verão. A praia da Rocha, em tempos atrás um “território do vazio”, ganhou ares de praia urbana, dotada de infra-estruturas capazes de acolher e entreter massas de turistas. Como resultado do desenvolvimento da função turística e de serviços, a cidade, pouco a pouco, foi se modificando. É com essa perspectiva que se pretende verificar, com base nas referências existentes e comparando-as ao caso investigado, se é possível assinalar Portimão como uma “cidade turística” nos termos propostos por Mullins (1991).

Para atender a tal propósito é necessário, primeiramente, fazer uma distinção entre urbanização turística e cidade turística. Todos os autores investigados no âmbito deste estudo ora interpretam cidade turística e urbanização turística como termos diferentes, ora interpretam-nos como sinônimos. Ora urbanização é entendida como processo<sup>103</sup>, ora é entendida como forma espacial<sup>104</sup>. Tal fato pode ser uma consequência da dificuldade em dissociar o processo do produto, até mesmo porque, na prática, essa dissociação torna-se inviável, visto que estão intrinsecamente interligados. Em verdade, a dissociação torna-se possível apenas teoricamente.

A urbanização, antes de tudo, é o processo de disseminação do urbano no espaço (LIMONAD, 1999), é o fazer urbano (ANGULO & DOMINGUEZ, 1991). E tal como Fonseca & Costa (2004), entende-se que a cidade é o lócus da materialização do processo de urbanização e que não é possível dissociar esse processo do da produção do espaço urbano.

Neste sentido, urbanização deve ser considerada enquanto um processo que gera um produto: o espaço urbano, o centro urbano ou a cidade<sup>105</sup>. Note-se que considerar a cidade como produto não significa, necessariamente, que o produto seja estático. Com efeito, a cidade está constantemente se transformando, se modificando, assimilando novas formas e alterando antigas formas e funções.

---

<sup>103</sup> Vide, por exemplo, Mullins (2003, p. 126): “*Tourism urbanization is the process by which cities and towns are built or redeveloped explicitly for tourists*”.

<sup>104</sup> O mesmo autor Mullins (1991, p. 332) em referência anterior afirma: “*Tourism urbanization as a new spatial form*”.

<sup>105</sup> Muito embora se acredite que a produção do espaço urbano consiste em um processo mais complexo, um produto das relações sociais.

A mesma lógica se aplica à discussão de urbanização turística e cidade turística. A urbanização turística é aquela induzida pelo desenvolvimento da atividade turística e, como refere Lopes Junior (2000b), traduz-se na emergência de uma reorganização espacial da cidade, orientada para a produção de lugares de consumo e o consumo de lugares, voltados para o prazer. A urbanização turística enquanto processo distinto da urbanização industrial, conforme observa Anton Clavé (1998), tende a responder a uma prática urbana singular, funcionalmente e estruturalmente diferenciada da cidade convencional. São estas características que fazem com que as cidades turísticas assumam características distintas das demais cidades. Mas, ao fim e ao cabo, a essência do que é urbanização e cidade se mantém, ou seja, urbanização enquanto processo e cidade enquanto produto.

É preciso que esta distinção fique bastante clara, uma vez que é fundamental para se entender que o que será discutido de agora em diante não é propriamente o processo de urbanização turística (o qual, em certa medida, foi descrito no item 4.2), mas sim, as características de seu produto, ou seja, as características de uma cidade turística.

Investigadores como Mullins<sup>106</sup> (1991, 1994, 2003), Gladstone<sup>107</sup> (1998), Luchiari<sup>108</sup> (1998) e Mascarenhas<sup>109</sup> (2004) identificaram algumas particularidades no uso do solo, na espacialização da morfologia urbana e nos aspectos sócio-econômicos das cidades turísticas em relação a cidades não-turísticas. As diversas cidades turísticas investigadas ora apresentaram características decorrentes da urbanização turística similares entre si – características essas mais marcantes que distinguem do processo de produção das cidades industriais (LUCHIARI, 2000); ora apresentaram aspectos distintos, até mesmo porque, como lembra Luchiari (2000), os lugares são únicos. Cada cidade assimila tais características de forma diferenciada, conforme será discutido a partir de agora.

É interessante tomar como ponto de partida a idéia de que na economia de uma cidade turística, o consumo prevalece sobre as atividades produtivas (MULLINS, 1991;

---

<sup>106</sup> A partir do desenho de um *framework* próprio, Mullins (1991, 1994, 2003) estudou as características das cidades turísticas australianas Gold Coast e Sunshine Coast.

<sup>107</sup> Gladstone (1998), estudou as características das cidades turísticas norte-americanas Atlantic City, Las Vegas, Orlando e Reno comparando-as à teoria de Mullins (1991).

<sup>108</sup> Através de estudos teóricos.

<sup>109</sup> Mascarenhas (2004) investigou cidades turísticas brasileiras do interior do Rio de Janeiro, como Visconde de Mauá, Búzios e Paraty, comparando suas características principais com as de cidades não-turísticas dessa região, como Atafona e Porto Real.

LUCHIARI, 2000<sup>110</sup>; MASCARENHAS, 2004). Isso ocorre porque os turistas (em sua maioria, membros das elites e camadas médias das metrópoles) elegem as cidades turísticas como locais para a realização de seus desejos, “convertendo-as em aglomerações sazonais de serviços e artigos de prazer, voltados para uma clientela externa” (MASCARENHAS, 2004, p. 04). Além disso, a mão-de-obra costuma concentrar-se no setor de serviços (principalmente os relacionados ao turismo) e na construção civil (impulsionada pelo turismo e pelo crescimento demográfico) (MASCARENHAS, 2004).

De fato, observou-se em Portimão, à semelhança de outras cidades turísticas, que sua economia é movida atualmente pelo setor de serviços, na medida em que emprega 80,5% do total de trabalhadores por conta de outrem<sup>111</sup> (INE, 2007a). A realidade de Portimão corrobora com o entendimento de Salgueiro<sup>112</sup> (1992) de que as aglomerações urbanas são essencialmente centros terciários<sup>113</sup>, no seu caso, um centro especializado nas funções turísticas e de lazer.

Outra característica marcante das cidades turísticas consiste no seu arranjo espacial, afinal, são cidades espacialmente diferentes, decorrentes de relações sociais distintas. Nas cidades onde o principal fator de atração é o mar, por exemplo, as estruturas urbano-turísticas tendem a se concentrar na costa. Ademais, é a faixa turística a mais valiosa das cidades turísticas, onde o metro quadrado alcança os maiores valores.

Tal como Mullins (1991) observou em Gold Coast e Sunshine Coast, constatou-se que é na faixa costeira de Portimão, principalmente na praia da Rocha, onde estão concentradas as acomodações e serviços turísticos (restauração, lojas, locadoras de veículos, etc.). Sendo o mar o atrativo turístico âncora de Portimão, nada mais natural afirmar que é nas proximidades desse território que se observa o maior grau de turistificação. No entanto, atualmente tem-se observado a emergência do rio Arade

---

<sup>110</sup> Segundo Luchiari (2000), as cidades turísticas são organizadas não para a produção, mas sim para o consumo de bens, serviços e paisagens, o que não necessariamente signifique que não haja produção.

<sup>111</sup> De acordo com o INE (2007a), dos 12.877 trabalhadores por conta de outrem em Portimão (6.669 homens e 6.208 mulheres), em 2006, 168 (142 homens e 26 mulheres) estão empregados no setor primário, 2.344 (1.931 homens e 413 mulheres) no setor secundário e 10.365 no terciário (4.596 homens e 5.769 mulheres).

<sup>112</sup> Ademais, “o conjunto de actividades englobado no sector terciário tem conhecido em todos os períodos da História especial desenvolvimento nos centros urbanos” (SALGUEIRO, 1992, p. 124).

<sup>113</sup> Como funções características de certas cidades especializadas nos serviços, Salgueiro (1992) menciona: cultural, religiosa e turística.

como um atrativo turístico, resultado de um esforço do poder público em dinamizar a oferta turística local. Nesse caso, pode-se dizer que futuramente o rio também passe a atuar como um pólo de desenvolvimento turístico do concelho, tendo a sua configuração territorial, à semelhança da faixa costeira, fortemente influenciada pela atividade turística.

Ao contrário de Sunshine Coast e Gold Coast (MULLINS, 1991)<sup>114</sup>, pode-se afirmar que Portimão possui um distrito central de negócios, propriamente localizado no centro histórico de Portimão, onde estão concentrados estabelecimentos comerciais, empresas, a sede da Câmara Municipal, restauração e outros equipamentos de apoio à população residente, além do centro urbano de Alvor. A cerca de 2 Km de distância da cidade de Portimão, situa-se a praia da Rocha com todas as amenidades destinadas à população flutuante, as quais estendem-se pela faixa costeira. O centro da cidade, que se expandiu sobretudo com a indústria conserveira, tem sua estrutura territorial mais voltada para o atendimento das necessidades dos residentes permanentes; já a estrutura da praia da Rocha é voltada nomeadamente para o consumo dos turistas, com suas lojas, hotéis, casas noturnas, entre outros.

Ainda conforme Mullins (1991), o ambiente natural é utilizado como principal motivo para atração de visitantes nas cidades turísticas. Já Gladstone (1998), rebate este argumento ao referir que cidades turísticas como Las Vegas e Orlando seduzem seus visitantes usando como atrativo não a praia, mas os jogos, os cassinos, os espetáculos, os parques temáticos e outras atrações urbanas. Em Portimão, pode-se dizer que se observa um misto destas duas estratégias de promoção, onde o apelo do *marketing* turístico se apóia na associação do ambiente natural ao patrimônio histórico-cultural e ao cosmopolitismo local, conforme pode ser observado nos trechos de materiais promocionais do concelho elaborados pela Região de Turismo do Algarve:

O faiscar prateado da sardinha no cesto que voa para o cais. A silhueta de fortalezas reflectindo-se nas águas azuis. As praias extensas convidando ao sol e ao mar. Os tranqüilos areais em enseadas que são nichos escavados na rocha vermelha. A cor de espetáculos. A emoção do jogo. O verde de um campo de golfe entre pinheiros e flores. Vestígios de um passado remoto em ruínas de castelos e necrópoles primitivas. Faces do prisma colorido que é Portimão. Atractivos de um centro de férias internacional. (Material promocional da década de 80. Fonte: RTA, pesquisa direta).

---

<sup>114</sup> “Neither the Gold Coast nor the Sunshine Coast have traditional central business districts. Instead they have a number of smaller commercial and tourist centres scattered along the coasts and these cater to residents, tourists and nearby rural producers” (MULLINS, 1991, p. 332).

Primeiro o mar azul, de ondas macias. Depois o ouro em pó de areais enquadrados por falésias e rochedos. A atmosfera cosmopolita dos centros turísticos. Este é o Algarve das férias, do sol e da praia. Portimão e o seu concelho têm mais para oferecer. História vivida em monumentos. A beleza eterna da Natureza na Ria de Alvor. O encanto dos campos cultivados, das colinas cobertas de pinheiros e flores silvestres, trepando serra acima dando, assim, uma nova dimensão aos dias vividos no Algarve (Material promocional da década de 90. Fonte: RTA, pesquisa direta).

Ainda há outra característica a se assinalar: independente da imagem formada, os cartões-postais são uma via para a promoção das cidades turísticas (LUCHIARI, 2000). De fato, há uma valorização estética da paisagem da cidade turística – seja a paisagem natural e/ou a construída e isto é uma fonte sistematicamente explorada por cidades turísticas, a exemplo de Portimão. Não sem motivo: *“the visually striking character of these tourist cities’ physical environments evoke distinctive images – images of pleasure, fun, enjoyment etc. – and these are also symbols of post-modernity”* (MULLINS, 1991, p. 333).

Portimão certamente produz tais imagens-símbolos da pós-modernidade, na medida em que vem criando ambientes de diversão e promovendo eventos. A arquitetura dos novos edifícios, a marina, o cassino, o futuro autódromo, as lojas, os campos de golfe, combinados com as praias, as rochas, o sol e o clima ameno ao longo do ano (*sun, sand and sea*) são símbolos do lazer. É essa imagem que faz com que as cidades turísticas sejam simbolicamente distintas (MULLINS, 1991; GLADSTONE, 1998).

Nessas cidades, tal como foi observado em Portimão (Figuras 42 e 43), há, na opinião de Luchiari (2000), a produção de novos lugares de consumo reconhecidos mundialmente como ambientes “domesticados pelo cotidiano da modernidade”, tais como: centros comerciais (*shopping centers*), galerias, redes de *fast food*, etc.



**Figura 42: Restaurante chinês e bares**

**Figura 43: Pub irlandês**

Foto: a autora (2008).

Os turistas, em geral, buscam por estruturas reconhecíveis, incapazes de causar um estranhamento. A esse respeito, é interessante mencionar a narrativa de uma antiga moradora da praia da Rocha (*apud* RAMOS, 1999, p. 171):

*Aqui à volta na Rocha também não há comida portuguesa, aqui na esquina há 'fish and chips', há 'pies' não sei quantas, não sei de quê, há comida inglesa ou irlandesa. Noutra lado há hambúrgueres e batatas fritas. Portanto eles também não vêm comer comida portuguesa (...).*

As cidades turísticas também são caracterizadas pelo rápido crescimento populacional e da força de trabalho, cujas taxas tendem a ultrapassar as médias regionais e/ou nacionais (MULLINS, 1991<sup>115</sup>; GLADSTONE, 1998; MASCARENHAS, 2004<sup>116</sup>). Aliás, de todas as características que se aplicam a uma cidade turística, talvez seja esse dinamismo demográfico a característica mais marcante, visto que foi observado por todos esses autores e também em Portimão.

Ao contrário de certos concelhos do interior, que sofrem com as perdas populacionais, Portimão e outros concelhos de litoral do Algarve<sup>117</sup> têm proporcionado (principalmente por meio do desenvolvimento turístico) a fixação de contingentes populacionais. Portimão, conforme já discutido, teve sua primeira expansão demográfica na primeira metade do século XX com o desenvolvimento da indústria conserveira. Com o esfriamento dessa atividade econômica, o concelho assistiu na segunda metade do século XX à emergência de uma nova economia baseada no turismo e nos serviços e, como consequência, de um novo dinamismo demográfico. O período de maior crescimento populacional vivenciado pelo concelho foi entre 1970 e 1981, com uma variação positiva de 39%; coincidindo com o auge do turismo local. Assim, segundo Ventura & Marques (1993, p. 120):

Na última década, beneficiando da condição de concelho do litoral, Portimão continuou a exercer um forte poder atractivo para a fixação de gentes e de actividades económicas, em oposição aos concelhos de interior, cuja tendência para o despovoamento se acentuou. Registando o segundo maior crescimento populacional do Algarve, depois do concelho de Albufeira, conta hoje com cerca de 50.000 habitantes.

---

<sup>115</sup> Mullins (1991) constatou, por exemplo, que Gold Coast e Sunshine Coast possuem as maiores taxas de crescimento populacional e da força de trabalho da Austrália.

<sup>116</sup> Mascarenhas (2004) verificou que as cidades turísticas do interior do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, foram as que tiveram os maiores índices de crescimento demográfico do Estado.

<sup>117</sup> Vide, por exemplo, o caso de Albufeira que teve um acelerado crescimento demográfico em virtude do desenvolvimento do turismo (GONÇALVES, 1996).

De acordo com o INE (2007a), a taxa de crescimento efetivo da população do concelho de Portimão foi de 1,42%. Embora as taxas de crescimento não se mantenham tão altas quanto em tempos atrás, ainda verifica-se que o turismo promove as condições de fixação da população.

Muito embora as cidades turísticas, em virtude de seu dinamismo econômico resultante do turismo, consigam manter a sua demografia dinâmica, Mullins (1991) e Mascarenhas (2004) observam que a baixa remuneração dos empregos, o subemprego e o desemprego são comuns nessas cidades. Ao contrário desses autores, Gladstone (1998) verificou que as cidades turísticas norte-americanas registraram os menores níveis de desemprego que a média nacional. Já em Portimão verificou-se que a taxa de desemprego do concelho está acima da média algarvia, conforme pode ser observado no quadro 8:

**Quadro 8: Taxas de Desemprego (%) no concelho de Portimão e Região Algarve**

Localidade	1991			2001		
	Homem e Mulher	Homem	Mulher	Homem e Mulher	Homem	Mulher
Algarve	5,1	3,5	7,7	6,2	4,8	8,1
Portimão	5,3	4,1	7,0	7,4	6,2	8,9

Fonte: INE (2002b).

Para Anton Clavé (1998), a cidade turística é caracterizada pela sua flexibilidade e sua contínua busca por sistemas de mudanças, para se manter competitiva no mercado turístico. A cidade está freqüentemente a renovar suas estruturas, sua imagem. Em Portimão não é diferente. De modo a se manter no *ranking* dos destinos turísticos mais visitados do Algarve e do país, a administração local vem investindo fortemente na dinamização da oferta turística, buscando oferecer aos turistas não apenas uma componente de sol e mar, mas também uma componente cultural (o novo museu da cidade é um exemplo), desportiva e cosmopolita. A cidade de Portimão vem buscando alterar a imagem de destino massificado dos anos 60 a 80 para um destino de alta qualidade. Com isso, novas estruturas, novos sistemas de objetos vão sendo inseridos em seu território.

Em resumo, devido às particularidades do turismo, a materialização da urbanização turística tende a ocorrer de forma distinta da urbanização resultante do desenvolvimento

das manufaturas. Nada mais óbvio. Se a produção do espaço urbano-turístico ocorre com a finalidade de acolher uma população exterior ao lugar, ávida pelo consumo de paisagens, bens e serviços voltados para o lazer, é razoável supor que ocorra de forma distinta. É nesse sentido que se pode afirmar que as cidades turísticas são distintas das não-turísticas.

A partir da comparação entre algumas características das cidades turísticas (decorrentes da urbanização turística) presentes na literatura e aquelas observadas em Portimão, foi possível chegar ao entendimento de que a dinâmica da cidade de Portimão em muito se assemelha às dinâmicas das cidades turísticas. De fato, é visível a relevância do turismo na produção espacial de Portimão, sobretudo de sua área costeira, o que leva à afirmativa de que, assumindo como verdadeiras as características propostas por Mullins (1991), pode-se classificar Portimão como uma cidade turística. No entanto, considerando que a cidade turística para Mullins (1991), conforme mencionado no segundo capítulo dessa dissertação, consiste em uma cidade unicamente construída para o consumo de diversão, prazer, recreação e relaxamento e face ao que foi encontrado neste estudo, torna-se necessário fazer algumas considerações sobre o conceito de cidade turística.

Por exemplo, Londres e Paris, cidades conhecidas mundialmente pela confluência de milhares de turistas, não poderiam ser consideradas como cidades turísticas; não, ao menos, segundo a ótica de Mullins (1991). Contudo, a atividade turística nestas cidades é tão intensa, marcante e evidente que seria impossível não classificá-las como tal (embora não se possa dizer que a economia nestas cidades gire majoritariamente em torno do turismo e que o turismo exerça um papel decisivo no ordenamento do território). Logo, parece não haver razão para não se considerar aquelas cidades onde a atividade turística é apenas uma entre outras atividades, como cidades turísticas.

Tal observação só torna possível uma conclusão: a definição do que é ou não uma cidade turística ainda tem bastante o que progredir. Em certa medida, o que ocorre com a cidade turística é algo semelhante ao que descreve Salgueiro (1992, p. 123):

(...) algumas cidades desempenham funções especializadas porque uma determinada actividade ganha maior expressão sobre as demais, facto que a terminologia vulgar consagra ao falar de cidades industriais, universitárias, termais, etc., e cuja classificação se tem revelado uma tarefa difícil.

Aliás, com a popularização dos transportes e a abrangência dos meios de comunicação de massa, praticamente qualquer cidade é potencialmente passível de ser uma cidade turística<sup>118</sup>, pelo que, pode-se dizer, o termo “cidade turística” está, atualmente, descontextualizado. Cidade turística não pode ser entendida unicamente como aquela caracterizada por Mullins (1991), simplesmente porque as condições atuais não permitem tal simplificação.

Sendo assim, e a título de contribuição, sugere-se uma classificação menos rígida e dicotomizada que simplesmente cidade “turística” e “não-turística”. Entende-se que há espaço para classificações intermediárias como, por exemplo, cidades “eminentemente turísticas”, onde o turismo assume o papel de destaque enquanto principal motor econômico, e cidades onde o turismo é apenas um coadjuvante, mas que nem por isso não mereça ser adjetivada de cidade turística.

Neste sentido, seria nas cidades eminentemente turísticas onde a urbanização turística se mostraria em sua forma mais explícita e cujas características mais se assemelhariam/aproximariam daquelas delineadas por Mullins (1991), Gladstone (1998) e Mascarenhas (2004). Enfim, o que se propõe é que o termo cidade turística ceda lugar a terminologias menos rígidas.

Feitas, pois, estas considerações, entende-se que a presente dissertação cumpriu com seu objetivo de refletir sobre as relações entre turismo e território em Portimão. Assim, cumpre apresentar as principais conclusões desta pesquisa.

---

<sup>118</sup> Até mesmo porque, como aponta Nicolas (2006, p. 425), “*El espacio turístico es cada vez menos un espacio exclusivamente marcado por el turismo. Así como las actividades de la producción se hacen presentes en los espacios turísticos (el comercio ambulante en las playas, por ejemplo, o los mismos servicios formales ofrecidos al turista hasta en el mar), las actividades del ocio y el turismo trastocan cada vez más los espacios supuestamente relacionados exclusivamente con el mundo de la producción. Esto es la turistificación*”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações que se desenvolvem entre a atividade turística e o território são complexas e abrem uma gama de possibilidades para investigações. O que se buscou com esta dissertação foi ponderar, a partir da perspectiva evolutiva da Geografia do Turismo, sobre a turistificação, ou seja, o processo através do qual um território se transforma em território turístico. O estudo do caso de Portimão (nomeadamente da praia da Rocha) permitiu extrair algumas considerações que se apresentam a seguir.

A primeira e principal delas se refere ao processo de turistificação propriamente dito. O que se observou foi que o mesmo não se deu de forma ocasional. Constatou-se que a turistificação de Portimão começa bem antes do surgimento das primeiras infra-estruturas específicas para dar suporte à atividade. Pode-se dizer que a turistificação de Portimão começa ainda no início do Séc. XX com os entusiastas da praia da Rocha e com a Sociedade de Propaganda de Portugal a promoverem a visitação da praia da Rocha. Nesta época já se notavam algumas infra-estruturas turísticas, mas nada que pudesse indicar que a atividade teria um papel de destaque na estruturação do território de Portimão.

Convivendo timidamente com a indústria conserveira de Portimão, o turismo viu-se valorizado a partir da década de 60, com a massificação dos destinos turísticos do Algarve. É a partir desse momento que o turismo assume, particularmente na praia da Rocha, um papel de destaque e é principalmente a partir daí que toda a urbanização nesta área vai se dar, direta ou indiretamente, em função da atividade. Ou seja, é a partir daí que se pode efetivamente falar na praia da Rocha enquanto um território turístico.

De acordo com Cruz (2002), na maioria dos destinos turísticos, o urbano antecede o turismo. No caso estudado, constataram-se duas situações: na cidade de Portimão, de fato, observa-se que o turismo surge em um território urbanizado; já na praia da Rocha observou-se o contrário: a urbanização foi posterior e decorrente do turismo. Assim, em linhas gerais, o que se pode dizer da turistificação da praia da Rocha é que foi resultado de um conjunto de intenções e ações cujo objetivo foi o de atrair cada vez mais turistas. Este processo foi viabilizado pela construção de novas formas territoriais com funções específicas (tais como cassino e hotéis) e pela refuncionalização de antigas formas. Tais ações permitiram que a praia da Rocha se convertesse em um território turístico. Ou

seja, de um território do vazio, a praia da Rocha transforma-se num território do turismo. Quanto a Portimão, embora não se possa dizer que o processo de turistificação moldou o concelho como um todo; é notória que a adição de novas formas, aliada à refuncionalização das antigas, trouxe uma nova lógica de utilização do território que influenciou na estrutura territorial, ao menos na área mais próxima ao mar. Como afirma Ramos (1999, p. 07):

Portimão, mais especificamente a Praia da Rocha, revelou-se o exemplo perfeito de um meio em que o fenómeno turístico determinou diversos aspectos desta cidade, desde as actividades socio-económicas aí desenvolvidas, passando pelas construções arquitectónicas e paisagistas, à própria cultura popular.

Desse modo, pode-se dizer que, numa perspectiva histórica, a economia de Portimão experimentou uma transição de uma economia centrada no setor primário e secundário para o setor terciário. Em outras palavras, Portimão transformou-se de um território das indústrias conserveiras para um território centrado principalmente nos negócios do ócio e do lazer. Não é só a observação histórica que sustenta tal afirmação. Utilizando algumas características definidas por Mullins (1991) para o que seria uma cidade turística, constatou-se que, de fato, Portimão apresenta a maior parte delas.

Outra observação deste estudo foi que embora “urbanização turística” e “cidade turística” sejam considerados como termos distintos, verificou-se que em certas referências foram tratados como sinônimos. Assim, defende-se no presente estudo, que “urbanização turística” deve ser tratada como um processo, ao passo que “cidade turística” como um produto.

A propósito da urbanização induzida pelo turismo, o que se pode dizer é que, a partir das observações diretas na área de estudo e do cruzamento com as informações coletadas na revisão de literatura, é possível atestar que o turismo, enquanto atividade econômica e prática social, induziu e ainda induz em Portimão uma forma *sui generis* de urbanização. Modelo de urbanização este caracterizado por uma nova dinâmica condizente com a realidade da pós-modernidade.

Tais constatações levam a outras ponderações. Por exemplo, o fato de a urbanização turística constituir uma forma *suis generis* de urbanização, irá, conseqüentemente, requerer uma forma *suis generis* de ordenamento territorial. Logo, irá também

demandar novos relacionamentos entre autarquias e empresas, novas estratégias de *marketing* de serviços. Como lembra Anton Clavé (1998), a suposição errônea de que a urbanização turística é um fenômeno análogo à urbanização das cidades convencionais (destinadas até pouco tempo à residência, à produção e distribuição), e a não diferenciação entre estas e as cidades turísticas (destinadas ao consumo de bens supérfluos) ocasionaram mal-entendidos a nível acadêmico e técnico e nas esferas de planejamento e gestão do território, o que prejudicou o desenvolvimento de conceitos e instrumentos específicos para elas. Investigar quais seriam e com deveriam se dar estes novos relacionamentos, constitui, portanto, uma sugestão interessante para a realização de futuros trabalhos no domínio do estudo sobre turismo e território.

Da referida comparação entre a realidade observada em Portimão e o conceito de cidade turística apresentado por Mullins (1991), verificou-se que o mais interessante não foi constatar que Portimão apresentava as mesmas características definidas por este autor para o que seja uma cidade turística. Mas, pelo contrário, foi constatar que uma cidade turística não é necessariamente aquela que vive exclusivamente do turismo como defende Mullins (1991). Não necessariamente uma cidade turística viverá unicamente do turismo, do mesmo modo que nem toda a cidade turística apresentará sempre as mesmas características definidas por esse autor. A partir de tal constatação, conclui-se que a atual interpretação/definição para o que seja uma cidade turística merece ser melhor aprofundada e discutida; e, para o caso português, defende-se a realização de estudos comparativos entre as diversas cidades onde o turismo se faz presente.

Finalmente, resta destacar que não se está, necessariamente, a classificar como equivocada a interpretação de Mullins (1991) quando afirma que uma cidade turística é aquela que vive do turismo e para o turismo. Este autor chegou a esta conclusão a partir da análise de uma realidade específica e sob determinadas circunstâncias. Como lembra Salgueiro (2001, p. 50), “o sujeito não é neutro nem totalmente independente do objecto de estudo. Quem estuda tem idéias e valores que condicionam aquilo que vê, a selecção dos elementos que vai analisar”. O que se fez neste estudo, foi apenas apresentar contribuições para um melhor entendimento acerca deste fenômeno tão interessante e ainda pouco discutido chamado turistificação.

## REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. (1991). *Administración Del Turismo: Conceptualización y organización*. Trillas, México.
- ADORNO, T.(2002). *Indústria Cultural e Sociedade*. Paz e Terra, São Paulo.
- AGÊNCIA DO ARADE (2005). *Destino Turístico Arade: Uma Estratégia de Intervenção. Volume I – Auditoria de Recursos e Produtos*. Agência do Arade, Portimão.
- ALMEIDA, M. G. (1999). *Cultura: invenção e construção do objeto turístico. Espaço aberto turismo e formação profissional*. AGB-Seção Fortaleza, Fortaleza.
- ALVAREZ, J. D. (1991). *Geografía del Turismo*. Síntesis, Madri.
- ALVES, R. M.(2007). *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- ANDRADE, M.C. (1992). *Geografia: Ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. Atlas, São Paulo.
- ANDRIOTIS, K. (2006). Hosts, Guests and Politics: Coastal Resorts Morphological Change. *Annals of Tourism Research*, 33 (4): 1079–1098.
- ANGULO, J.; DOMÍNGUEZ, M. (1991). *Los Procesos de Urbanización*. Editorial Síntesis, Madri.
- ANTON CLAVÉ, S. (1998). La urbanización turística. De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. *Doc. Anàl. Geogr*, 32: 17-43.
- AULICINO, M. P. (2001). *Turismo e estâncias: impactos e benefícios para os municípios*. Futura, São Paulo.
- BACAL, S. (2003). *Lazer e o Universo dos Possíveis*. Aleph, São Paulo.
- BARRETTO, M. (1997). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Papirus, Campinas.
- BARROS, N. (1998). *Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens*. Editora Universitária de UFPE, Recife.
- BARROS, N. (2002). Análise Regional e Destinações Turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. *Turismo Visão e Ação*. Ano 4 (11): 09-32.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1997). *Geografia Urbana*. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- BECKEN, S. (2002). Analysing international tourist flows to estimate energy use associated with air travel. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(2): 114-131.
- BENI, M. C. (2001). A política do Turismo. In: TRIGO, L. G. G. (org.). *Turismo. Como aprender, como ensinar*. SENAC, São Paulo: 177-202.
- BENI, M. C. (2002). *Análise Estrutural do Turismo*. 7ª ed. SENAC, São Paulo.
- BERNARDES, J. (2003). Mudança, técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I; GOMES, P.; CORRÊA, R. (orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*, 6ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 239-269.
- BERTONCELLO, R. (1995). La dinámica territorializadora de una atividade produtiva. *Estudos Territoriales*, 17: 2-25.
- BISSOLI, M. A. (1999). *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. Futura, São Paulo.
- BRITO HENRIQUES, E. (1996). *A Lisboa Turística: Entre o Imaginário e a Cidade – A Construção de um Lugar Turístico Urbano*. Edições Colibri, Lisboa.
- BRITO HENRIQUES, E. (2003). A cidade, destino de turismo. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série, vol. 19: 163-172.
- BRITO, C. (2005). *25 Anos que Mudaram o Algarve*. CCDR Algarve, Faro.
- BURNS, P. M.(2002). *Turismo e antropologia: uma introdução*. Chronos, São Paulo.
- BUTLER, R. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*. 14: 5-12.
- BUTLER, R. (2004). Geographical Research on Tourism, Recreation and Leisure: Origins, Eras and Directions. *Tourism Geographies*, 6 ( 2): 143–162.
- CALVENTE, M.C. (2001). O impacto do turismo sobre comunidades de Ilha Bela (SP). In: Lemos, A.I.G. (org). *Turismo: impactos socioambientais*. Hucitec, São Paulo: 85-92.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO (1994). *Plano Director Municipal de Portimão: Inventariação, Análise e Diagnóstico do Concelho*. Volume I e II. Câmara Municipal de Portimão, Portimão.
- CARA, R. B. (1996). El Turismo y los Procesos de Transformacion Territorial. In: RODRIGUES, A. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. HUCITEC, São Paulo: 86-93.
- CARLOS, A. F. (1999). O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. (org.). *Novos caminhos da geografia*. Contexto, São Paulo: 173-186.
- CARLOS, A. F. (2001). *Espaço-tempo na metrópole*. Contexto, São Paulo.

- CASANOVA, J. L. (1991). Turismo e Território: Alguns apontamentos. *Sociedade e Território*. Ano 5, 13: 33-37.
- CASIMIRO FILHO, F. (2002). *Contribuições do turismo à economia brasileira*. Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.
- CASTELLS, M. (1984). *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. 3ª ed. Editorial Presença, Lisboa.
- CASTILHO, C. (1998). Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma “nova” perspectiva de análise do espaço geográfico. *Revista de Geografia da UFPE* 14(1/2), Recife.
- CASTRO, N. (2006). *O Lugar do Turismo na Ciência Geográfica: Contribuições teórico-metodológicas à ação educativa*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CAVACO (2001). O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, Adyr (org). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001. p.15-34.
- CAVACO, C. (1979). *Turismo e Demografia no Algarve*. CEG, Lisboa.
- CAVACO, C. (2006). Práticas e lugares de turismo. In: FONSECA, M. L (coord). *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. CEG, Lisboa: 299-362.
- CCDR-Algarve. (2006). *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013*. CCDR, Faro.
- COLLINS, J. (2004). *Efforts To Promote Tourism As A Catalyst For Urban Redevelopment In Florida: Insights From The Anthropology Of Tourism And An Annotated Bibliography*. Dissertação de Mestrado, University of South Florida.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE. (2007). *Plano Regional de Ordenamento do Território - PROT Algarve: Um Território com Futuro*. Vol I.
- COMISSÃO EUROPEIA (2007). *Plano de acção para um turismo europeu mais sustentável: Relatório do grupo para a sustentabilidade do turismo* [Acedido em 10 de Janeiro de 2008]. [http://ec.europa.eu/enterprise/services/tourism/doc/tsg/tsg\\_final\\_report\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/enterprise/services/tourism/doc/tsg/tsg_final_report_pt.pdf)
- CORBIN, A. (1989). *O Território do Vazio – A Praia e o Imaginário Ocidental*. Cia das Letras, São Paulo.
- CORDEIRO, I. J. (2007). *Um estudo sobre a produção capitalista do espaço turístico e as perspectivas de desenvolvimento local na Praia de Gamela (Barra de Sirinhaém/PE)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

- CORIOLOANO, L. N. (2005). *Turismo e Geografia: abordagens críticas*. UECE, Fortaleza.
- CORIOLOANO, L. N. (2006). *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*. Annablume, São Paulo.
- CORRÊA, R. (2003). Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 6ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 15-47.
- COSTA, H.; OLIVEIRA, A. M.; RAMOS, M. (2002). População, Turismo e Urbanização: Conflitos de uso e gestão ambiental. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos populacionais. Anais, Ouro Preto.
- COSTA, M. *et al.* (2004). O turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. Ano 3, 6: 33-42.
- CRUZ, R. (1999). Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. (org). *Turismo: Impactos Socioambientais*. 2ª ed. HUCITEC, São Paulo: 263-272.
- CRUZ, R. C. (2002). *Política de Turismo e Território*. Contexto, São Paulo.
- DAVEAU, S. *et al.* (1997). *Portugal – O Sabor da Terra: Algarve*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- DE MASI, D. (2000a). *O Ócio Criativo*. Sextante, Rio de Janeiro.
- DE MASI, D. (2000b). Perspectiva para o Trabalho e o Tempo Livre. In: SESC – Serviço Social do Comércio. *Lazer numa Sociedade Globalizada: Leisure in a Globalized Society*. SESC-SP/WLRA, São Paulo: 121-137.
- DUARTE, M. J. (2002). *Industriais conserveiros em Portimão : 1ª metade do séc. XX : uma elite local*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- ENDRES, A. V. (2003). Redes políticas como novo instrumento de condução política do Estado: contextualização frente à complexidade social e possibilidades para o planejamento turístico. *Turismo Visão e Ação*. 5 (3): 217-238.
- FARIA, D.; CARNEIRO, K. (2001). *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Editoria Universidade de Brasília, Brasília.
- FLORES, A. (1999). O turismo no Algarve na primeira metade do século. In: MARQUES, M. G. (coord.). *O Algarve: Da Antiguidade aos nossos dias (Elemento para a sua história)*. Edições Colibri, Lisboa: 599-609.
- FONSECA, M. A. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. EDUFERN, Natal.

- FONSECA, M. A.; COSTA, A. A. (2004). A Racionalidade da Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: o espaço produzido para o visitante. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, Ano 3, 6: 25-32.
- FONTELES, J. O. (2004). *Turismo e impactos sócio-ambientais*. Aleph, São Paulo.
- FÚSTER, L. F. (1991). *Historia general del turismo de masas*. Alianza Editorial, Madri.
- GAMEIRO, J. (2004). Das fábricas aos hotéis – Metamorfoses sociais e transformação da paisagem em Portimão. *Revista Municipal Portimão*. Julho/Agosto: 14-15.
- GLADSTONE, D. (1998) Tourism Urbanization in the United States. *Urban Affairs Review*. 34 (1): 3-27.
- GOMES, E. T. (1998). A ressurgência do turismo nos anos 90 – campos de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na geografia. In: CORIOLANO, L. N. *Turismo com ética*. UECE, Fortaleza.
- GÓMEZ, A. L. (1988). *Aproximación Histórica al Estudio de la Geografía del Ocio – Guía introductoria*. Anthropos Editorial del Hombre, Barcelona.
- GONÇALVES, E. R. (1996). *Turismo de massas e estruturação do território: o caso de Albufeira*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- GÖSSLING, S. (2002). Global environmental consequences of tourism. *Global Environmental Change*, 12(1): 283-302.
- HALL, C. M.; STEPHEN, J. P. (2001). *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, place and space*. 2ª ed. Routledge, Nova York.
- HALL, C. M.; STEPHEN, J. P. (2003). *Managing Urban Tourism*. Prentice Hall, Londres.
- HARVEY, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. HUCITEC, São Paulo.
- HARVEY, D. (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. Annablume, São Paulo.
- HØYER, K. (2000). Sustainable tourism or sustainable mobility? The Norwegian case. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(2): 147-160.
- Høyer, K. (2000). Sustainable tourism or sustainable mobility? The Norwegian case. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(2), 147-160.
- HUNTER, C. (2002). Sustainable tourism and the touristic ecological footprint. *Environment, Development and Sustainability*, 4(1): pp.07-20.
- INE. (1964). *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes - 1960. Tomo I*. INE, Lisboa.

- INE. (1970). *Estatística do Turismo Continente e Ilhas Adjacentes 1969*. INE, Lisboa.
- INE. (1971). *11º Recenseamento Geral da População Continente e Ilhas Adjacentes 1970 Dados Preliminares*. INE, Lisboa.
- INE. (1975). *Estatística do Turismo Continente e Ilhas Adjacentes 1974*. INE, Lisboa.
- INE. (1980). *Estatística do Turismo Continente e Ilhas Adjacentes 1979*. INE, Lisboa.
- INE. (1982). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação Resultados Provisórios - Distrito de Faro 1981*. INE, Lisboa.
- INE. (1985). *Estatística do Turismo Continente e Ilhas Adjacentes 1984*. INE, Lisboa.
- INE. (1993). *Censos 91 Resultados Definitivos Região do Algarve*. INE, Lisboa.
- INE. (1997). *Anuário Estatístico da Região Algarve 1996*. INE, Évora.
- INE. (1997). *Estatística do Turismo 1996*. INE, Lisboa.
- INE. (2002). *Anuário Estatístico da Região Algarve 2001*. INE, Faro.
- INE. (2002). *Estatísticas do Turismo 2001*. INE, Lisboa.
- INE. (2002). *Recenseamento da População e da Habitação 2001 (Algarve)*. INE, Lisboa.
- INE. (2002a). *Atlas das Cidades de Portugal: 2002*. INE, Lisboa, 2002.
- INE. (2002b). *Censos 2001: resultados definitivos Algarve*. Lisboa, INE, 2002.
- INE. (2003). *Evolução do parque habitacional da região do Algarve na década de 90*. INE, Faro.
- INE. (2007a). *Anuário Estatístico da Região Algarve 2006*. Lisboa, INE.
- INE. (2007b). *Estatísticas do Turismo 2006*. Lisboa, 2007.
- INE. (2007c). *Estatísticas Demográficas 2005*. INE, Lisboa, 2007.
- INSKEEP, E. (1991). *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*. Van Nostrand Reinhold, New York.
- KNAFOU, R. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. HUCITEC, São Paulo: 62-74.
- KÖRÖSSY, N. (2007). *Turismo e Recursos Hídricos no Arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil): Reflexões sobre a sustentabilidade da atividade*

*turística a partir da análise do consumo de água pelos meios de hospedagem.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

KREISEL, W. (2004) Geography of leisure and tourism research in the German-speaking world: three pillars to progress. *Tourism Geographies*, 6 (2):163 – 185.

KRIPPENDORF, Jost (2003). *Sociologia do Turismo. Para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens*. 3ª ed. Aleph, São Paulo.

LEFEBVRE; H. (2001). *A Cidade do Capital*. 2ª ed. DP&A, Rio de Janeiro.

LIMA, A. (1997). *Um Olhar sobre Portimão*. Empresa Litográfica do Sul S.A., Câmara Municipal de Portimão, Portimão.

LIMA, C. V. (2006). *Urbanização Turística no Litoral Sul de Pernambuco: O Caso do Município de Tamandaré*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LIMONAD, E. (1999). Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização. *Geographia*. Ano 1, 1: 71-91.

LOPES JUNIOR, E. (1997). *A construção social da cidade do prazer: Urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

LOPES JUNIOR, E. (2000a). População e meio ambiente nas paisagens da urbanização turística do Nordeste: o caso de Natal. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs.). *População em Meio Ambiente: Debates e Desafios*. SENAC, São Paulo:213-231.

LOPES JUNIOR, E. (2000b). *A construção social da cidade do prazer: Natal*. EDUFRN, Natal.

LÓPEZ, A. (2002). Análisis territorial de los flujos turísticos en el Corredor Los Cabos, Baja California Sur. *Investigaciones Geográficas*, 47: 131-149.

LOUREIRO, F.; SOUZA, A. (2003). A urbanização de espaços públicos como incentivo ao turismo sustentável: uma proposta para o Parque do Areal em Viana – MA. In: CORIOLANO, L. N.; LIMA, L. C. (orgs). *Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental*. EDUECE, Fortaleza:197-210.

LOURENÇO, B. (1990). *L'arrivée du cheval de troie au coeur du monde rural. Analyse de l'évolution d'une Commune de l'Algarve (Région touristique de l'extrême-Sud du Portugal: La Commune de Portimao de 1940 a 1990. D'un Centre de 21 conserveries de poisson à une station touristique de luxe*. Dissertação de Mestrado, Université Paris VII, Paris.

LUCHIARI, M. T. (1999). *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

- LUCHIARI, M. T. (2000). Urbanização Turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C.; BRUNHS, H.; LUCHIARI, M. T. (orgs). *Olhares Contemporâneos sobre o turismo*. Papirus, São Paulo: 105-130.
- MACEDO, S.; PELLEGRINO, P. (1999). Do éden à cidade: transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2ª ed. HUCITEC, São Paulo: 156-160.
- MADRUGA, A. (1992). Litoralização: Da fantasia de liberdade à modernidade autofágica. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MASCARENHAS, G. (2004). Cenários contemporâneos da urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo*. 14. [Acedido em 12 de fevereiro de 2008]. <http://www.ivtrj.net/>. Acesso em jan/2007.
- MASON, P. (2006). *Tourism impacts, planning and management*. Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford.
- MATHIESON, A.; WALL, G. (1982). *Tourism: Economic, physical and social impacts*. Longman Publishing, London.
- MATTOS, A. (2004). Diretrizes para o dimensionamento do número de unidades habitacionais de hotéis resort. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MCKERCHER, B. (1999). A chaos approach to tourism. *Tourism Management*, 20(1): 425-434.
- MEI – MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Turismo de Portugal, Lisboa. [Acedido em 27 de Agosto de 2007]. [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/estrategianacionalparaoturismo/Anexos/PENT\\_VERSAO\\_REVISTA\\_PT.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/estrategianacionalparaoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf).
- MELLO E SILVA, S. (1996). Geografia, turismo e crescimento: O exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. HUCITEC, São Paulo: 122-143.
- MENDES, E.; LIMA, L.; CORIOLANO, L. (2004). Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. *Mercator*. 3(6): 43-52.
- MEYER-ARENDT, K. (2002). 'Commentary: geographical research on tourism in Mexico'. *Tourism Geographies*, 4(3): 255 – 260.
- MORAES, A. (1999). *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. Hucitec, São Paulo.
- MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. (2004). *Plano Aquarela: Marketing Turístico Internacional do Brasil*. MTUR/EMBRATUR/Chias Marketing, Brasília.

- MULLINS, P. (1991). Tourism urbanization. *International Journal of Urban Regional Research*. 15(3): 326-342.
- MULLINS, P. (1994). Class relations and tourism urbanization: The regeneration of the *petite bourgeoisie* and the emergence of a new urban form. *International Journal of Urban Regional Research*. 18(4): 590-608.
- MULLINS, P. (2003). The evolution of Australian tourism urbanization. In: HOFFMAN, L. *et al.* *Cities and Visitors: Regulating people, markets and city space*. Blackwell publishing, London: 126-144.
- MUMFORD, L. (1991). *A cidade na história*. Martins Fontes, São Paulo.
- NETO, M.; AMÂNCIO, L. (1997). Algumas estratégias identitárias dos algarvios face ao impacto do turismo – uma abordagem psicossociológica. *Dos Algarves – Revista da Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo*. 2(1): 31-38.
- NICOLAS, D. (org.). (1989). *Teoria y praxis del espacio turístico*. Universidad Autónoma Metropolitana, Xochomilco.
- NICOLAS, D. (1996). Elementos para un Analisis Sociogeografico del Turismo. In: RODRIGUES, A. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. HUCITEC, São Paulo: 39-53.
- NICOLAS, D. (2006). Geografía del Turismo. In: NICOLAS D.; LINDÓN, A. (orgs.) *Tratado de Geografía Humana*. Anthropos Editorial, Barcelona: 401-432.
- NUNES, J. (1956). *Portimão*. Coleção Estudos Algarvios, Lisboa.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. (2003). *Turismo Internacional: Uma Perspectiva Global*. 2ª ed. Bookman, Porto Alegre.
- OURIQUES, H. (2005). *A Produção do Turismo: Fetichismo e Dependência*. Alínea, Campinas.
- PACIONE, M. (2005). *Urban Geography: A global perspective*. 2ª edição. Routledge, Nova York.
- PAPATHEODOROU, A. (2004). Exploring the evolution of tourism resorts. *Annals of Tourism Research*, 31(1): 219-237.
- PARTIDÁRIO, M. R. (1999). *Critérios para um turismo ambientalmente responsável*. Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Caparica.
- PASSOS, J. M. (1995). *O Bilhete Ilustrado e a História Urbana do Algarve*. Ed. Caminho, Lisboa.
- PEARCE, D. (1989). *Tourist Development*. 2ª Ed. Longman Publishing.

PEARCE, D. (2003). *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. Aleph, São Paulo.

PIGRAM, J. (1999). Water resources management in island environments: The challenge of tourism development. In: Conference of the Universities Council on Water Resources, Havaí. [Acedido em 5 de Outubro de 2007]. <<http://www.une.edu.au/cwpr/Papers/update.pdf>>.

PIÑERO, J. (2005). *Aportaciones de la Geografía al Estudio Científico del Turismo*. 28(1):153-161. [Acedido em 12 de fevereiro de 2008]. <http://www.ingeba.euskalnet.net/lurralde/index.htm>.

RAMOS, A. (1999). *Praia da Rocha: Memórias, representações e dinâmicas*. Trabalho de Investigação de Licenciatura, UNL, Lisboa.

Região de Turismo do Algarve. (2001). *PRTA Anos 2000*. RTA, Faro.

RODRIGUES, A. (1996). Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. (org.). *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. HUCITEC, São Paulo: 17-32.

RODRIGUES, A. (1997). *Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. HUCITEC, São Paulo.

RODRIGUES, A. (2006). Turismo e território: A apreensão da dinâmica espacial. (p.247- 267). In: FONSECA, M. L. (coord). *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. CEG, Lisboa.

RUSCHMANN (1994). *Turismo e planeamento sustentável*. Papirus, São Paulo.

RUSCHMANN, D. (2002). *Turismo no Brasil: Análise e tendências*. Manole, Barueri.

RUSSELL, B. (2001). O Elogio ao Ócio. In: DE MASI, Domenico (org.). *A Economia do Ócio*. Sextante, Rio de Janeiro: 49-62.

SALGUEIRO, T. B. (1992). *A cidade em Portugal – Uma geografia urbana*. Edições Afrontamento, Porto.

SALGUEIRO, T. B. (2001). *Lisboa, periferia e centralidades*. Celta, Oeiras.

SANTANA, X.; AZEVEDO, C. (2005). Turismo e espaço: Uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona, 194 (116).

SANTOS, M. (1985). *Espaço e método*. Nobel, São Paulo.

SANTOS, M. (1989). *Manual de geografia urbana*. 2ª ed. Hucitec, São Paulo.

- SANTOS, M. (1994). *Técnica, tempo, espaço: globalização e meio técnico-científico-informacional*. Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, M. (2004a). *A Natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed, EDUSP, São Paulo.
- SANTOS, M. (2004b). *Pensando o espaço do homem*. 5ª ed, EDUSP, São Paulo.
- SELVA, V. (1988). *Organização espacial urbana de Natal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SHOVAL, N. et al. (2003). The decline of Israel's Mediterranean resorts: Life cycle change versus national tourism master planning. *Tourism Geographies*, 6(1): 59-78.
- SILVA, A. (2006). *O turismo e as transformações sócio-espaciais na comunidade de Nossa Senhora da Penha em João Pessoa – PB*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SILVA, J. A. (2006). A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Eletronic Edition, 59. [Acedido em 10 de Abril de 2008].  
<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/06/jass-0603.htm>.
- SIRGADO, R. (1991). *Turismo e desenvolvimento local e regional: o caso do concelho de Lagos na região do Algarve e no país*. Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SONEIRO, J. (1991). *Aproximacion a la Geografía del Turismo*. Ed. Síntesis, Madrid.
- SOUSA, A. (1994). *El Ocio Turístico en las Sociedades Industriales Avanzadas*. Bosch Casa Editorial, Barcelona.
- STANSFIELD, C. (1972). The development of modern seaside resort. *Parks and Recreation*, 5(10): 14-17.
- SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo Sustentável*. Aleph, São Paulo.
- TURISMO DE PORTUGAL. (2008). *O turismo em 2006 Portugal, Continente e Regiões Autônomas*.
- UMBELINO, J. (1999). *Lazer e Território: contributo geográfico para a análise do uso do tempo*. Série Estudos – nº1. Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Lisboa.
- URRY, J. (1996). *O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas*. Studio Nobel, São Paulo.
- VALENZUELA, R. (1986). Turismo y Territorio: ideas para una revisión crítica y constructiva de las prácticas espaciales del turismo. *Estudios Turísticos*, 90: 47-56.

VAQUERO, J. (1998). *Turismo y Territorio: Modelos del Espacio Litoral Almeriense*. Encuentro Médio Ambiental Almeriense. [Acedido em 5 de Outubro de 2007]. <http://www.gem.es/Materiales/Document/Documen/g06/d06101/d06101.htm>

VENTURA, M.; MARQUES, M. (1993). *Portimão*. Editorial Presença, Lisboa.

VERA REBOLLO, J. et al, (1997). *Análisis territorial del turismo: Una nueva geografía del turismo*. Editorial Ariel, Barcelona.

## ANEXO I

## Foto Aérea da Praia da Rocha (1967)



Escala Aproximada 1:5230

FONTE: IGEO

## ANEXO II

## Foto Aérea da Praia da Rocha (1987)



Escala Aproximada 1:7000

FONTE: IGEO

Foto Aérea da Praia da Rocha (1995)



ANEXO IV

Foto Aérea da Praia da Rocha (2005)



FONTE: IGEO

Escala Aproximada 1:15000